



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 35

II Sessão Legislativa

Horta, segunda-feira, 27 de novembro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

A sessão iniciou-se com a análise da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XI – “Plano Anual Regional para 2018** e da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XI – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2018”**.

Iniciado o debate com a intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), usaram posteriormente da palavra os/as Srs./as Deputados/as Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Luís Maurício (*PSD*), Francisco César (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), António Almeida (*PSD*), Mónica Seidi (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Roberto Monteiro (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Mónica Rocha (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), João Bruto da Costa (*PSD*), André Bradford (*PS*), Graça Silva (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Carlos Ferreira (*PSD*), António Lima (*BE*), Rui Martins (*CDS-PP*), Renata Correia Botelho (*PS*), Maria Isabel Quinto (*PS*), Marco Costa (*PSD*), Maria

João Carreiro (*PSD*), Paulo Parece (*PSD*), Susana Costa (*PS*), João Vasco Costa (*PS*), Sónia Nicolau (*PS*), Jorge Jorge (*PSD*), Maria João Carreiro (*PSD*), César Toste (*PSD*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*), a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, bom dia.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Manuel Gregório **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Roberto Lúcio Silva Pereira **Monteiro**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria **João** Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, o período legislativo deste mês de novembro reveste-se de grande importância, uma vez que serão discutidos o Plano Regional Anual e o Orçamento para 2018.

Estas matérias regem-se pelos artigos 163.º a 165.º do Regimento desta Assembleia e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes:

O Governo e o Partido Socialista dispõem de 245 minutos;

O PSD de 160 minutos;

O CDS de 55 minutos;

O Bloco de Esquerda de 20 minutos;

O PPM de 15 minutos.

Para dar início a este debate dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Iniciamos hoje o debate sobre as propostas do Plano Anual e do Orçamento da Região para 2018, propostas que concretizam a estratégia de planeamento que o Governo dos Açores pretende empreender.

Ouvimos, como sempre fizemos, os Açorianos, recolhendo sugestões que, em vários domínios, conduziram à melhoria e aperfeiçoamento destes documentos.

Aperfeiçoamentos que ainda poderão ser mais aprofundados no âmbito do debate que agora iniciamos e do acolhimento de propostas de alteração que as Senhoras e os Senhores Deputados entenderem fazer.

Apresentamos propostas que assentam na concretização dos compromissos que assumimos com os Açorianos.

A legitimidade das propostas agora apresentadas assenta, pois, nisso mesmo: assegurar a concretização do projeto escolhido pela larga maioria dos Açorianos.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Apresentar estes documentos não é mais, portanto, do que respeitar a vontade dos Açorianos.

Para nós, a opinião de cada Açoriano é importante!

Todos os partidos representam Açorianos, cuja voz deve ser ouvida e cujas propostas construtivas e realistas devem constituir um contributo válido para, permanentemente, aperfeiçoarmos o nosso trabalho e melhorarmos a vida dos Açorianos.

É sempre e será sempre possível fazer mais e melhor!

Fazer sempre mais e melhor é nunca ficarmos totalmente satisfeitos com os resultados alcançados.

Fazer sempre mais e melhor é – com a satisfação e confiança que advêm de termos conseguido ultrapassar com sucesso uma crise que afetou as famílias e as empresas açorianas –, sermos capazes de definir, claramente, uma nova ambição:

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: – a ambição de iniciarmos um novo ciclo de desenvolvimento dos Açores, gerador de ainda mais emprego, de melhor emprego, de mais rendimento, de ainda maior crescimento da economia, de maior competitividade das nossas empresas, de maior coesão social e de maior sustentabilidade na nossa estrutura produtiva num quadro permanente de estabilidade orçamental.

A definição de um novo ciclo de desenvolvimento da Região é um sinal de ambição, de determinação e, essencialmente, uma exigência a que nos impomos para respeitar e reforçar a confiança que os Açorianos depositaram em nós.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Confiança que, naturalmente, também resulta do trabalho feito e dos resultados conseguidos.

O Governo dos Açores assumiu claramente a retoma do crescimento económico e a criação de emprego como os principais objetivos estratégicos da sua ação.

Assumimos este desafio com coragem e determinação quando a economia regredia e o desemprego crescia.

Criámos, em 2013, a Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial com 60 medidas concretas para enfrentar esse desafio.

É, pois, o momento de fazermos a avaliação do resultado da nossa ação.

Se, entre 2011 e 2013, a economia açoriana registou uma retração acentuada, em 2014 conseguimos já inverter esta tendência, com o início da retoma, ainda que ténue, do crescimento económico (de 0,7%).

Já em 2015, o crescimento económico consolidou-se, registando os Açores um crescimento de 1,7%.

Esta realidade foi reforçada no último ano, tendo o crescimento aumentado para 2,1%, o que evidencia a sustentabilidade da retoma económica que os Açores empreenderam.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Se estes indicadores já demonstram que estamos a viver um novo ciclo de crescimento económico, atualmente todos os indicadores de produção, rendimento e consumo confirmam que, este ano, regista-se uma nova aceleração do crescimento económico.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Efetivamente, o Indicador de Atividade Económica registou um crescimento de 2,6% no mês de setembro, depois de crescer 2,4% em agosto e 2,1% em julho.

O crescimento do consumo privado, reflexo do aumento do rendimento disponível, é revelado pelo Índice Mensal de Vendas de Produtos Alimentares no Comércio a Retalho, que registou uma nova subida de 3,2% em outubro.

Pelos levantamentos em Multibanco, que têm vindo a aumentar desde 2014, que voltaram a crescer 3,5% nos primeiros 10 meses deste ano.

E na venda de automóveis novos, que também voltou a subir 19% no último trimestre.

Estes três indicadores, conjugadamente, confirmam uma retoma da confiança das famílias açorianas e um aumento generalizado do rendimento disponível.

A aceleração do crescimento económico é confirmada pelos indicadores de produção, como, por exemplo, o aumento significativo do consumo de energia elétrica pela indústria, (+4,4%) em outubro, o aumento dos proveitos do turismo (+25% até setembro), e pela retoma do setor da construção civil, com o consumo de cimento a aumentar (+32%) no terceiro trimestre deste ano.

Mas, a aceleração do crescimento económico este ano é ainda mais acentuada pela retoma do setor primário, que, até ao ano passado, dava sinais ainda de recessão.

Nomeadamente, depois de vários anos em quebra, a comercialização dos produtos lácteos no exterior da Região já cresceu 9,5% no último trimestre.

O leite entregue em fábrica aumentou 1,3% nos últimos nove meses e registou um acréscimo de 3,8% em setembro, enquanto a exportação de peixe fresco aumentou 10,5% no último trimestre.

O bom momento da economia açoriana é indesmentível e reconhecido por todos agentes económicos.

Assumimos como objetivo prioritário assegurar que os Açores retomassem o rumo do crescimento económico.

Hoje os resultados são consensuais: a economia açoriana voltou a acelerar e entramos num novo ciclo de desenvolvimento económico sustentado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Conseguimos, pois, vencer este desafio a bem dos Açores e a bem dos Açorianos.

A criação do emprego e a redução do desemprego constituía outro pilar essencial do nosso desafio.

A recessão económica que tinha afetado os Açores elevou para 18% a taxa de desemprego no 1.º trimestre de 2014.

Este foi, sem dúvida, o maior desafio com que nos defrontamos e para o qual tomamos todas as medidas, no limite dos nossos recursos e no limite das nossas competências para o vencer.

Hoje, passados pouco mais de três anos, estamos aqui para assumir o que fizemos e para apresentar os resultados da nossa ação governativa.

E vamos a resultados:

- Hoje temos nos Açores mais 13.358 Açorianos empregados do que há três anos.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro) e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: - Hoje temos nos Açores menos de metade dos desempregados que existiam.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: - Hoje a taxa de desemprego é a mais baixa dos últimos seis anos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: - Há nove anos que não existiam tantos Açorianos empregados.

- O emprego é o mais elevado desde 2008 e cresceu em todos os setores de atividade económica no último ano.

- Pelo terceiro trimestre consecutivo, verifica-se um aumento conjunto da população ativa e da população empregada, em simultâneo com uma diminuição do desemprego.

De acordo com os dados do INE, foram criados nos Açores, em apenas três anos e meio, mais 13.358 novos postos de trabalho e existem agora menos 11.690 Açorianos desempregados.

Mas estes dados, recentemente revelados, também destroem três mitos que alguns tentaram progressivamente criar para desmerecer a nossa trajetória consistente de criação de emprego e redução do desemprego.

Primeiro mito: que a redução do desemprego assentava em programas ocupacionais que camuflavam essa evolução.

Vamos aos factos: de acordo com o INE, hoje existem nos Açores mais 13.358 Açorianos empregados do que em março de 2014, e, de acordo com o IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, hoje existem nos Açores apenas mais 320 Açorianos ocupados do que em março de 2014.

Ou seja, de acordo com esses dados, hoje existem mais 13.038 Açorianos empregados sem influência da variação dos programas ocupacionais, o que representa 98% do emprego criado.

Deputados André Bradford e José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Dito de outra forma, em cada 100 novos empregos criados, apenas dois foram criados no âmbito do incremento dos programas ocupacionais, e 98 em cada 100 novos empregos foram criados sem qualquer influência da variação dos programas ocupacionais.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Caiu assim, definitivamente, este mito de que o crescimento do emprego era influenciado pelo crescimento dos programas ocupacionais.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Segundo mito: a redução do desemprego derivava da emigração, da redução da população e da desistência da procura de emprego.

De acordo com o INE, a população ativa, ou seja, os Açorianos que estão no mercado de trabalho e procuram emprego, é a mais elevada dos últimos 12 anos, ou seja, nunca estiveram tantos Açorianos no mercado de trabalho.

Deputados André Bradford e Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: Hoje temos nos Açores mais 1.667 Açorianos ativos do que no início de 2014 e, mesmo assim, conseguimos ter mais 13.358 Açorianos empregados e menos 11.690 Açorianos desempregados.

Ou seja, apesar do aumento da população ativa à procura de emprego no mercado trabalho, o desemprego desceu para menos de metade do que há três anos e meio.

Terceiro mito: apenas o setor do turismo está a criar emprego.

De acordo com os dados recentes do INE, registou-se um crescimento do emprego em todos setores de atividade económica no último ano, sendo que no setor primário o emprego cresceu 18,1%, no secundário 5,5% e no terciário 1,7%.

Ou seja, o crescimento do emprego está-se a verificar de forma conjugada em todos setores de atividade económica e não apenas num único setor.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Em conclusão, a nossa trajetória de criação de emprego e redução de desemprego não pode ser, de maneira nenhuma, justificada pela variação dos Açorianos ocupados, pela emigração, pela redução da população ativa ou pelo crescimento isolado de um setor de atividade económica.

Penso que ficam definitivamente anulados estes três mitos, que alguns tentaram promover para desmerecer o enorme esforço que todos os Açorianos fizeram para conseguirem obter estes resultados.

Deputado André Bradford e Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta realidade concretiza a estratégia que definimos em momentos de maior dificuldade.

A cada adversidade que surgiu procuramos sempre dar uma resposta, encontrar uma solução.

Até ao limite dos nossos recursos e das nossas competências, tomamos as medidas para minimizar os efeitos da conjuntura que nos foram colocados.

Não baixamos os braços e, em conjunto com os Açorianos, fomos à luta, enfrentamos os problemas de frente, com coragem e determinação.

Não nos desculpamos com os problemas, mas fizemos do ataque a esses problemas a causa principal da nossa ação governativa.

Se não o tivéssemos feito, estaríamos hoje aqui a falar das causas dos problemas e a justificá-los.

Como agimos com determinação, podemos hoje falar aos Açorianos – isso sim – dos resultados.

São resultados – e temos todo o orgulho em dizê-lo – que incorporam, essencialmente, todo o querer, toda a determinação, toda a coragem e todo o trabalho dos Açorianos.

O Governo fez o que lhe competia, mas foram os Açorianos, em toda a Região, os principais protagonistas e os responsáveis pela obtenção destes resultados positivos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E, se os Açorianos conseguiram incrementar uma retoma progressiva e sustentada do emprego, da atividade económica e do rendimento das famílias e das empresas, estamos conscientes do muito que ainda há a fazer. Estamos determinados a progredir, a aperfeiçoar o que urge melhorar e, essencialmente, a continuar a incrementar uma retoma ainda mais intensa e consistente do nosso desenvolvimento e a bem dos Açorianos.

O que até agora conseguimos constitui apenas uma motivação para reforçarmos o esforço no sentido de melhorar ainda mais todos os indicadores.

Mas que fique muito claro: não há nenhum resultado da nossa ação, nenhum indicador positivo, que nos faça diminuir o ímpeto e a vontade de fazer muito mais e melhor.

Os Açorianos merecem sempre que façamos mais e melhor e é essa a nossa motivação, é essa a nossa missão.

Neste contexto, importa iniciar um novo ciclo de desenvolvimento assente no reforço do incremento do investimento privado e na reorientação das políticas de apoio ao emprego, redirecionando progressivamente os incentivos para a estabilidade do emprego, para o aumento do rendimento do trabalho e para a maior qualificação do emprego criado.

Para incrementar este novo ciclo de desenvolvimento que se verifica na Região, o Governo dos Açores decidiu criar um conjunto de novas medidas e adequar outras já implementadas.

Este conjunto de novas medidas tem como objetivo promover a criação de ainda mais emprego,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais?!

O Orador: ... de contribuir para um melhor emprego, de reduzir a precariedade laboral, promover uma maior empregabilidade dos Açorianos abrangidos pelos programas de inserção profissional, reforçar a atratividade do investimento gerador de emprego estável na Região e a competitividade das nossas empresas em todas as ilhas, enquanto fator determinante para um crescimento económico e social coeso.

O Orçamento e o Plano de Investimentos que vos apresentamos pretendem constituir-se como um fator decisivo para o reforço da confiança das famílias e empresas açorianas.

Estes documentos asseguram a estabilidade orçamental, o aumento do rendimento disponível das famílias açorianas, o reforço da autonomia financeira, o rigor e contenção das despesas de funcionamento da administração regional, a redução da dependência externa em termos de fontes de financiamento, e o início da participação direta dos Açorianos na definição do investimento a executar.

A estabilidade da receita e da despesa prevista contribuem para o reforço da confiança dos investidores e dos agentes económicos e constituem um pilar essencial da nossa estratégia de desenvolvimento.

O reforço da autonomia financeira da Região, na sequência da evolução positiva nos últimos anos, permite-nos hoje assegurar que as receitas próprias da Região já são superiores às despesas de funcionamento da administração

regional, incluindo o funcionamento do Serviço Regional de Saúde e da Educação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Esta realidade garante, pela primeira vez, não só a afetação da totalidade das transferências do Orçamento de Estado e dos fundos comunitários à execução do investimento público, como canalizar para o financiamento do investimento parte das receitas próprias da Região, assegurando-se, assim, uma capacidade de investimento da Região mais estável e duradoura e menos dependente de fatores externos à Região.

Para reforçar o rigor e a contenção das despesas de funcionamento, apenas se registam aumentos decorrentes dos encargos com os descongelamentos na Administração Pública e das transferências para a Assembleia Legislativa nos termos definidos no seu Orçamento, aqui aprovado.

A outra prioridade dos documentos que vos apresentamos é a de garantir o aumento do rendimento disponível das famílias açorianas e que o mesmo continue a ser mais elevado do que a média nacional.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A redução do imposto sobre o rendimento do trabalho que irá beneficiar todos os trabalhadores que pagam IRS, conjugado com o descongelamento das progressões nas carreiras da Administração Pública, permitirão, em conjunto, reforçar em 28 milhões de euros o rendimento disponível das famílias açorianas no próximo ano.

Este esforço orçamental acresce ao facto de os Açorianos beneficiarem de impostos significativamente mais baixos do que no resto do país — nomeadamente o IRS, IRC, IVA, os impostos especiais sobre consumo e combustíveis —, e de beneficiarem de complementos de rendimento comparativamente ao resto do país, como, por exemplo, o complemento regional de pensão, a remuneração complementar, o complemento ao abono de

família ou o COMPAMID, entre muitos outros apoios e complementos de rendimento específicos.

A conjugação destas medidas permite assegurar que os Açorianos hoje tenham um rendimento disponível que é em 250 milhões de euros superior ao que teriam, se vivessem nas mesmas condições, na Madeira ou no continente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Ou seja, a conjugação destas medidas possibilita que cada Açoriano possa dispor, hoje, em média, de mais de 1.000 euros de rendimento líquido, do que teria se vivesse no resto do país, exatamente nas mesmas circunstâncias.

Hoje, as famílias e as empresas açorianas usufruem de impostos significativamente mais baixos do que no resto do país e do que na generalidade dos países da Europa.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Por exemplo, a taxa normal de IVA nos Açores é mais baixa do que em todos países da União Europeia, com exceção do Luxemburgo e Malta.

Ou seja, nos Açores o IVA à taxa normal é inferior ao que se verifica na Alemanha, França, Itália, Inglaterra, Espanha, por exemplo.

Deputado Francisco César (PS): Pois!...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Por isso é que somos os mais pobres!

O Orador: O Orçamento da Região que apresentamos cumpre também o compromisso de introduzir o orçamento participativo, possibilitando que os Açorianos, a partir deste ano, apresentem propostas de investimento concretas e escolham, em cada ilha, quais desses investimentos se irão concretizar, nas áreas do Ambiente, Turismo, Inclusão Social e Juventude.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: O Orçamento e o Plano de Investimentos da Região para 2018 pretende dar continuidade à política de estabilidade das finanças públicas regionais, num quadro que tem assegurado a sustentabilidade da Região.

Esta realidade tem sido sistematicamente confirmada e consolidada por todas as entidades nacionais e europeias.

Entidades que, periódica e sistematicamente, certificam as contas da Região, como a Comissão Europeia, o INE e o Banco de Portugal.

Após longos anos de turbulência financeira – em que foi imposto um resgate financeiro ao continente e à Madeira – que obrigou a violentos programas de ajustamento orçamental, houve apenas uma parte do território nacional que resistiu, que se manteve firme sem necessidade de aplicar qualquer programa ou qualquer medida de austeridade específica: a Região Autónoma dos Açores.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Com a retoma e a normalidade de funcionamento dos sistemas financeiro e orçamental do país, ficou para sempre marcado que os Açores, num momento muito difícil, deram um exemplo e se afirmaram como um referencial de estabilidade, de confiança e de credibilidade, o que constitui um valioso património na nossa afirmação enquanto Região.

No momento em que o país consegue cumprir as suas metas orçamentais e sair dos constrangimentos impostos pelos procedimentos por défices excessivos, importa lembrar a todos que temos assegurado, sistematicamente, o equilíbrio das nossas contas públicas, melhor que o melhor resultado do país em 42 anos de Democracia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

É, pois, esta a trajetória que vamos manter, para poder continuar a garantir a estabilidade e a sustentabilidade da nossa Região.

A trajetória dos últimos anos demonstrou que os Açorianos dão muito valor e muito beneficiaram com esta estabilidade, que permitiu anular cortes, quando e onde o resto do país cortou, que permitiu repor os direitos e rendimentos, e manter muito mais estável o rendimento das empresas e das famílias na nossa Região.

Alterar esta realidade para obter apenas ganhos presentes e de curto prazo seria irresponsável...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e teria um custo elevado e consequências muito negativas para as gerações futuras.

Com responsabilidade, não vamos entrar no leilão de quem dá mais, ou de quem promete mais, porque nunca o fizemos, porque só assim garantimos que poderemos sempre continuar a reforçar progressivamente o apoio às famílias e empresas, com responsabilidade, com justiça, com equilíbrio, sem demagogia nem facilitismos.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque o caminho que percorremos é seguro e responsável, só fazemos o que poderemos fazer, sempre sem comprometer, no futuro, o nosso desenvolvimento e o nosso crescimento.

Os Açorianos sabem que sempre aproveitamos, no limite dos nossos recursos e das nossas competências, todos os mecanismos para reforçar os apoios às

famílias e às empresas, mas os Açorianos também sabem que nunca vamos pôr em causa a confiança no futuro da Região, que custou muito a construir e a conquistar.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e **Deputado Francisco César** (*PS*): Muito bem!

O Orador: Para a retoma do crescimento económico e da criação de emprego que registamos atualmente contribuíram decisivamente as medidas que tomamos oportunamente.

Neste contexto, assumem particular relevância as medidas de incentivos às empresas inseridas no âmbito do Sistema de Incentivos à Competitividade Empresarial – o Competir+ –, pela oportunidade que criam de alavancar o investimento privado...

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... e de gerar mutações essenciais no panorama empresarial, contribuindo para o reforço da nossa estrutura produtiva.

As empresas açorianas têm à sua disposição, como já referi, o mais abrangente, intenso e inovador sistema de apoios do país, constituindo-se, assim, como um fator adicional da sua competitividade.

As empresas açorianas têm aderido massivamente a estes apoios, tendo já dado entrada, até à data, no âmbito dos novos sistemas de incentivos, 733 novos projetos de investimento privado,...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... que representam mais de 316 milhões de euros de investimentos privados e que preveem criar mais 1.505 novos postos de trabalho.

O crescimento da confiança das empresas no futuro dos Açores é demonstrado pelo grande aumento dos novos projetos de investimentos privados apresentados nos últimos seis meses no âmbito dos sistemas de incentivos.

Efetivamente, posso anunciar que, só nos últimos seis meses, registou-se um aumento de mais de 50% nos projetos candidatados no âmbito dos sistemas de incentivos, sendo que, apenas neste período, surgiram mais de 100 milhões de euros de novos projetos de investimento privado.

Além dos projetos já candidatados, temos acompanhado dezenas de potenciais investimentos provenientes de investidores externos à Região que permitirão incrementar, ainda mais, esta dinâmica de investimento privado e empresarial que se vive hoje nos Açores.

Hoje, os Açores constituem-se como uma região de grande atração para o investimento externo, o que irá progressivamente reforçar o investimento empresarial regional.

O forte incremento do investimento empresarial afirma-se como um eixo essencial do novo ciclo de desenvolvimento que estamos a empreender, e garante o reforço do crescimento económico e criação de mais e melhor emprego nos próximos anos na nossa Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores têm registado uma excelente execução dos fundos comunitários no âmbito do Programa Operacional Açores 2020, elemento central no financiamento das políticas públicas em execução na Região.

De acordo com o relatório de execução do terceiro trimestre deste ano, foram aprovadas 1.032 candidaturas, que representam um investimento elegível de mais de 834 milhões de euros, tendo sido já executado 46% desse investimento, o que permitiu injetar já na economia açoriana mais de 330 milhões de euros, só no âmbito do PO Açores 2020.

O nível de execução do novo Quadro Comunitário de Apoio é substancialmente mais elevado do que o verificado no resto do país, sendo que a taxa de execução é atualmente nos Açores superior em 47% à taxa apurada no total do país e é três vezes superior às taxas de execução dos programas operacionais regionais do continente.

São valores que demonstram bem o excelente nível de execução dos fundos estruturais nos Açores.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador. O atual Quadro Comunitário de Apoio promoveu o desenvolvimento de novos instrumentos financeiros e novas áreas de intervenção para o acesso a empresas e famílias, como seja o caso da reabilitação urbana.

Neste contexto, posso anunciar que já se encontra operacionalizado, na sequência do trabalho que temos vindo a desenvolver em articulação com os municípios dos Açores, o financiamento de projetos no âmbito do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas – o IFRRU 2020.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: Este novo instrumento integrado de apoio à Reabilitação e Revitalização Urbana permite financiar, em condições muito vantajosas, as empresas e famílias nas obras de reabilitação dos edifícios localizados em áreas de reabilitação urbana já delimitadas pelos municípios açorianos, seja para a reabilitação integral dos edifícios destinados a habitação ou atividades económicas, como o alojamento turístico, incluindo investimentos em eficiência energética nos edifícios reabilitados.

Este novo instrumento representa mais um contributo para a revitalização dos centros urbanos, contribuindo, conseqüentemente, para a atração de novos residentes e atividades económicas e de serviço de proximidade para as áreas urbanas, gerando mais emprego e estimulando a economia local.

E irá contribuir também, estou certo, significativamente para o crescimento e especialização do setor da construção civil.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cumprimos integralmente também o compromisso assumido pelo Presidente do Governo nesta Assembleia para a integração nos quadros da Administração Pública Regional...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... dos trabalhadores com contrato a termo certo há dois anos ou a contrato de prestação de serviços há 28 meses.

Com esta medida, demos o exemplo na Administração Pública Regional de estabilidade laboral.

A progressiva estabilidade da Administração Pública Regional, o seu reforço e rejuvenescimento não se limitou, no entanto, apenas a esta medida.

Com o objetivo de reforçar este objetivo, assumimos o compromisso nesta Assembleia de proceder, ao longo deste ano, à abertura de 350 novos concursos, de forma a colmatar antecipadamente as necessidades de pessoal decorrentes...

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... dos processos de aposentação que irão ocorrer nos próximos tempos.

Posso hoje anunciar que também já cumprimos este compromisso assumido, aqui, nesta tribuna, integralmente, tendo sido autorizados, até à data, a abertura de 415 concursos para a contratação de recursos humanos para a Administração Pública Regional.

Asseguramos, assim, o rejuvenescimento da Administração Pública Regional e criamos mais condições para a prestação de um serviço público mais eficiente e de maior qualidade, ao serviço dos Açorianos.

Foi também com este objetivo que o Presidente do Governo anunciou, aqui também nesta Assembleia, mais duas medidas inovadoras:

- a redução da subjetividade e o reforço da transparência dos concursos da Administração Pública Regional;
- e a limitação do tempo de exercício na mesma função dos cargos dirigentes intermédios da Administração Pública.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Posso hoje anunciar que foram já enviados para parecer às estruturas sindicais duas propostas de Decreto Legislativo Regional, que serão remetidas ainda este ano para esta Assembleia, cumprindo mais estes dois compromissos.

Uma das propostas visa assegurar que todos os concursos para integração nos quadros da Administração Regional tenham exclusivamente como métodos de seleção a prova de conhecimentos e a avaliação curricular,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... anulando-se assim todos os critérios subjetivos de avaliação dos candidatos.

A outra proposta visa limitar o tempo de exercício nos mesmos cargos de dirigente intermédio na Administração Pública Regional, passando a fixar-se em 12 anos o tempo máximo de chefia, na mesma função, nos cargos de Diretor de Serviços e Chefe de Divisão.

Estas medidas inovadoras constituem mais uma garantia de reforço da transparência, rejuvenescimento e renovação da Administração Pública Regional, que se pretende cada vez mais moderna e eficaz, prestando um cada vez melhor serviço aos Açorianos.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro) e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: No debate destas propostas, cada um irá assumir, estou certo, as suas responsabilidades, assentes na legitimidade representativa dos Açorianos que os elegeram.

Ao Governo, cabe aprofundar o esclarecimento das suas propostas e dialogar com todos.

Os sinais positivos que vão surgindo transversalmente na nossa Região não nos fazem esquecer que existem ainda dificuldades a ultrapassar e sabemos bem que há ainda muitos desafios a vencer e novos desafios a assumir.

Nunca será possível fazer tudo o que desejamos, mas temos a convicção que nunca pouparemos esforços para contribuir cada vez mais para um futuro melhor para todos os Açorianos.

Contamos com todos para vencermos novos desafios, e empreendermos juntos este novo ciclo de desenvolvimento para os Açores.

Disse!”

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem várias inscrições. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Deixem-me que adapte uma velha história, que li recentemente num jornal. Madame Alivá, uma dama da alta sociedade vitoriana, foi um dia surpreendida pelo marido numa situação de flagrante adultério. Ainda assim, tentou convencer o infeliz cônjuge a não acreditar no que estava a ver. Vendo que não conseguia alterar a perceção deste, a respeito do que acabara de acontecer,

atirou-lhe um derradeiro desafio: “Ah, vejo bem que já não me amas porque acreditas mais no que vês do que naquilo que eu te digo”!

Meus Senhores!

O que eu vejo pouco tem a ver com o que o Vice-Presidente do Governo Regional anda por aí a dizer a respeito do Plano Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores e com o que nele está escrito. O que nele está escrito assemelha-se, cada vez mais, a uma fábula. No campeonato da imaginação, da inventiva e do engenho, nada tem a invejar de fábulas intemporais como “O Rato Cidadão e Montesinho” ou “Os Três Porquinhos”.

Concedo que estou, talvez, a ser um pouco injusto. Trata-se de uma coisa mais moderna. Algo semelhante ao mundo “Matrix”.

A verdade é que apenas cerca de 70% do Plano é verdade, ou seja, é efetivamente executado. Mesmo assim, é preciso descontar, nesses 70%, muitas despesas de funcionamento que o Governo inscreve, de forma enganosa, como projetos e medidas do Plano. Enfim, estamos perante um mundo virtual, que só existe no complexo informático do Governo Regional e do partido governamental.

Este ano aconteceu uma coisa nova. Alguns responsáveis locais da quase totalidade das ilhas, mesmo os socialistas, repararam que muitos dos investimentos previstos no Plano não foram executados. Os mais sensatos começaram, finalmente, a reparar na enorme diferença que existe entre o prometido e o realmente executado, como o comprovam os pareceres dos diferentes conselhos de ilha.

A este respeito, nunca tive dúvidas. Como avisou Bismarck, “não há situação em que as pessoas mintam mais do que depois de uma caçada, depois de uma guerra ou antes de uma eleição”. Acho até que as três situações de risco descritas por Bismarck se aplicam plenamente a este Governo e à situação atual.

Meus Senhores!

Estamos então conversados. Muito do que aqui se está a discutir, proposto pelo Governo Regional, tem tantas probabilidades de acontecer como o PPM ganhar alguma vez as eleições nos Açores.

Mas não é fácil descortinar a verdade da propaganda. O Governo Regional tem uma guarda pretoriana, o multimilionário Gabinete de Apoio à Comunicação Social e os serviços governamentais de assessoria de imprensa instalados nas diferentes secretarias do Governo Regional (tudo junto, caros açorianos, custa cerca de um milhão de euros), cujo único propósito é criar ruído suficiente para preencher o vazio que é a atividade governamental e abafar todas as perguntas incómodas.

Esta imprensa governamental torna verdadeira a célebre definição de jornalismo de Gibert: “O jornalismo consiste, essencialmente, em dizer que Lord Jones está morto a gente que não sabia que Lord Jones estava vivo”.

O que o Governo Regional não está interessado em responder é à pergunta do milhão de euros: quanto pagou a SATA ao seu ex-diretor do Serviço de Manutenção?

Socorro-me aqui, por falta de méritos próprios, de Marco Túlio Cícero. “Que há, pois, ó [SATA], que ainda agora possas esperar, se nem a noite com as suas trevas pode manter ocultos os teus conluios, nem uma casa particular pode conter, com as suas paredes, os segredos da tua conspiração, se tudo vem à luz do dia, se tudo irrompe em público?

[...] Porque te calas?

Então? Não vês? Não te dás conta do silêncio dos presentes? Se estão calados, é porque consentem. Porque esperas pela autoridade das palavras, quando percebes muito bem, pelo seu silêncio, o que têm na vontade? A teu respeito, porém, [ó SATA], a sua imobilidade é uma aprovação; o seu consentimento, um decreto; o seu silêncio, um clamor.”

Quanto pagou a SATA, Sr. Presidente do Governo? É esta a pergunta que aguarda uma resposta que não pode deixar de ser dada!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Claro!

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidente e Membros do Governo:

Dizia eu que este Plano e Orçamento tem muito de irreal. Qual é então a qualidade e a inovação dos 70% que restam? O tal novo começo, a nova era, o novo ciclo, os tempos revolucionários e frenéticos que nos prometeram os Srs. Carlos César e Sérgio Ávila?

Em primeiro lugar, face ao entusiasmo esbracejado e bradado, considero muito pertinente moderar os ímpetos com um banho de realidade.

Quase um ¼, repito ¼, das verbas realmente executadas do Plano, são tão rígidas como as múmias de Tutancámon ou de Lenine. Faça sol ou chuva, aconteça o que acontecer, as despesas relacionadas com a Scut's dos Açores, a Concessão do Transporte Aéreo Interilhas, a Concessão do Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas, as PPP e as verbas relacionadas com a Coesão Territorial – Transportes, estão lá, gravadas neste e nos próximos Planos durante as próximas décadas.

Não existe nenhuma opção, nem nenhuma escolha. Constituem as grilhetas orçamentais, a herança que os socialistas nos deixarão até meados do século. Muito para além da esperança de vida de muitos dos que agora se sentam neste hemiciclo.

Outra herança que nos deixa o poder socialista é uma dívida global do sector público regional gigantesca (entidades do sector público administrativo regional e restantes entidades do sector público não incluídas no perímetro orçamental). Somando tudo, atinge cerca de 70% do PIB dos Açores. Mais valia, para que as contas fossem mais claras, que os

governos socialistas tivessem seguido o arguto conselho de Gibbon: “É melhor dar do que emprestar, e custa praticamente o mesmo”.

O que resta é mais do mesmo. **Aumentam brutalmente os impostos, principalmente os cobardes, ou seja, os indiretos. O Orçamento Regional mantém uma dependência extrema em relação às verbas provenientes do Orçamento de Estado e da União Europeia (mais de 40%) e a dimensão raquítica das receitas provenientes do IRC (5% das receitas totais) mostra bem o estado anímico da nossa economia real.**

O resto do Plano e do Orçamento – que não é muito, para não dizer que é muito pouco ou quase nada – é a cópia gasta de uma governação esgotada e espremida até ao tutano. Carlos César tinha razão: “Vinte anos é demais em qualquer lugar do mundo”.

Meus Senhores!

Deixei para o fim, para que ecoe em primeiro lugar na memória, a minha querida ilha do Corvo.

O artigo 52.º do Orçamento para 2018 é um insulto ao Povo do Corvo. Um ato de cinismo político que eu jamais perdoarei. O artigo 52.º não é outra coisa que 30 moedas de Judas atiradas violentamente à cara da dignidade do Povo Corvino.

Diz o Governo Regional que faz isso porque a Escola do Corvo não tem refeitório escolar. É verdade não tem. E não tem porque o Partido Socialista, a mando do Governo Regional, chumbou aqui, de forma reiterada, todas as propostas para que ele fosse construído.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Apoiado!

O Orador: Nunca imaginei que fosse possível escrever, num Orçamento Regional dos Açores, tamanha vilania.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Só por esta ofensa, à ilha pelo qual fui eleito, votaria mil vezes contra este Orçamento. Abandonei, em definitivo, qualquer ideia de diálogo com este Governo Regional. Razão tinha Churchill quando disse que “um conciliador é alguém que alimenta o crocodilo, na esperança de ser o último a ser comido”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Voto, pois, contra este Plano e Orçamento. Voto contra, porque ele é um insulto. Voto contra, porque ele é uma coisa que não pronuncio apenas por respeito a este Parlamento.

Viva o Povo dos Açores!

Viva a liberdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo classificou este Plano e Orçamento como início de um novo ciclo de governação da Região.

Comprendemos a necessidade da propaganda. Trata-se apenas de mais uma tentativa de vender aos Açorianos esperança por melhores dias.

Não é novidade. É o que o Partido Socialista promete todos os anos. É o que o PS faz há 20 anos.

Não há discussão do plano e orçamento que assim não seja. Todos os anos os governos do PS dizem nesta casa que agora é que é, que agora é que vai ser. Todos os anos a bancada do PS limita-se a aplaudir e a sustentar a ilusão.

Sejamos realistas. Falemos verdade aos açorianos.

Este governo, esta maioria, projeta sempre para o futuro os resultados da sua governação, porque não quer olhar para onde nos conduziu com o insucesso das suas políticas.

Este Governo, a cada ano que passa, persiste num caminho cada vez mais autocrático. Não ouve. Não aceita a crítica. Não reflete. Não pondera. Não perspetiva. A cada passo que dá, a cada dia que passa, está cada vez mais desfasado da realidade e das necessidades dos Açorianos e da Região.

A realidade mostra-nos que o governo, com os seus Planos e Orçamentos, não conseguiu, ano após ano, desenvolver políticas de resposta aos problemas concretos dos Açorianos: **Vejam os transportes**, com o caso paradigmático da SATA; **Vejam a agricultura e as pescas**, que têm vindo a perder importância no tecido produtivo na região; **Vejam a saúde**, com cada vez menos respostas para as necessidades prementes dos açorianos; **Vejam o emprego**, que é cada vez mais precário e subsidiado pela União Europeia; **Vejam o êxodo dos nossos jovens**, que não conseguem ter perspetivas de realização pessoal; **Vejam o fracasso das políticas**, nas difíceis condições de vida de cada vez mais açorianos; **Vejam quantas famílias, quantos açorianos estão, ainda hoje, em risco de pobreza na nossa região.**

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não há propaganda e não há notícia de grande obra que consiga esconder a realidade. Uma coisa é o que este governo e a maioria PS dizem. Outra coisa é o que os Açorianos vivem no seu dia a dia.

Com esta prática de atuação da governação do PS, não poderíamos esperar outra coisa que não fosse um preço que, este governo e esta maioria, já estão a pagar: É que são cada vez mais aqueles que não acreditam no que o governo diz, e são cada vez mais aqueles que não acreditam no que o governo se propõe fazer.

Vinte anos de governo do PS deram, aos Açorianos, a perfeita noção da diferença entre a propaganda e a realidade. Se há dúvida deste saber e da importância que já tem na nossa autonomia, basta atentar no que dizem os

Conselhos de Ilha, por exemplo, e a generalidade dos parceiros sociais nos pareceres que emitiram em relação ao Plano e Orçamento.

Leiam, Senhoras e Senhores membros do governo, o que os parceiros sociais dizem das grandes metas do Plano e Orçamento apresentado.

Dos sindicatos ao patronato ninguém põe as mãos no fogo por este Plano e Orçamento. Todos se queixam de que entre o dizer e o fazer vai uma grande distância. **Nós sabemos do que falam.** Falam-nos do difícil trilha que se percorre entre o que o governo diz que vai fazer e a diminuta execução orçamental que tem, que usa e abusa, como ferramenta, para dissimular a incapacidade de tornar real tudo o que já prometeu.

Leiam, Senhoras e Senhores membros do governo, o que escrevem os Conselhos de Ilha do Faial, das Flores, da Graciosa, de São Jorge e da Terceira, Os seus pareceres demonstram que já não acreditam na palavra do governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Queixam-se das promessas que o governo faz. Queixam-se dos compromissos que o governo subscreveu, mas que não cumpriu.

É grave. É muito grave.

Está em causa a certeza que deve oferecer um compromisso de um governo responsável – em contraste com a descrença com que, os açorianos, olham para cada anúncio que este governo PS decide apresentar.

Está em causa a credibilidade que as políticas de um governo responsável devem transmitir aos seus cidadãos – em contraste com o descrédito que aumenta na proporção das contradições feitas na espuma dos dias.

Não pode valer tudo na política açoriana. Os Açorianos precisam de saber com o que podem contar. **O CDS tem que saber com o que pode contar e com quem está a lidar e é nesta Assembleia que o temos de perguntar.**

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Qual é o valor que tem para este governo a palavra dada?

Qual é o valor que tem para este governo o “COMPAMID, que foi, por proposta do CDS, aprovado nesta Assembleia para responder às necessidades de aquisição de medicamentos para os nossos idosos mais carenciados mas que, V. Exas., levam meses a pagar?

Qual é o valor que tem para este governo o “CIRURGE”, que foi, por proposta do CDS, aprovado nesta Assembleia para garantir o acesso à saúde de quem espera e desespera por uma cirurgia, mas que, V. Exas., ainda não implementaram e agora inscrevem, neste Plano e Orçamento, com uma ridícula dotação orçamental, considerada insuficiente por todos aqueles que sabem da dimensão do problema que o governo PS deixou arrastar?

Qual é o valor que tem para este governo a proposta do CDS, aprovada por esta Assembleia, para a distribuição de manuais escolares gratuitos para todos os alunos – que representaria menos encargos com a educação para todas as famílias – mas que, V. Exas., não descansaram enquanto não desvirtuaram?

Qual é o valor que tem para este governo a proposta do CDS, aprovada nesta Assembleia, para que se estudasse a aquisição de um avião cargueiro – que é assunto da maior importância para a nossa economia – mas que, V. Exas., pura e simplesmente meteram na gaveta?

Qual o valor que tem para este governo o “SOREFIL”, que foi, por proposta do CDS, aprovado nesta casa para apoiar as nossas filarmónicas e a nossa cultura, mas que, na prática, V. Exas., tornaram quase impossível de concretizar?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje aqui na presença de mais uma proposta de Plano e Orçamento deste governo do PS.

É o documento mais importante que esta casa aprova anualmente. Define a despesa e o investimento da Região para o ano que se segue.

É tempo deste governo refletir, de compreender e de reconhecer que o paradigma da sua governação tem de mudar. Chega de promessas para o futuro. Os Açores precisam que se cumpra o presente.

O respeito que devemos aos Açorianos. O respeito que devemos à nossa autonomia e a esta nossa Assembleia, não se compadece com meras aprovações formais das propostas aqui apresentadas.

O Governo não pode abster-se de fazer cumprir uma razão de vontade que fez o seu caminho até chegar à letra de lei regional nesta Assembleia.

Esta Assembleia delibera. Quando um Orçamento e Plano é aprovado nesta casa é para cumprir. Compete ao governo executar. Ponto final.

O governo não pode continuar a trazer e a levar desta Assembleia Planos e Orçamentos para emoldurar em vez de Planos e Orçamentos para concretizar. Isso tem de acabar.

A propaganda pode funcionar para alimentar o sonho de perpetuação no poder deste governo, mas, a cada dia que passa, compromete o progresso da nossa região e hipoteca o futuro dos açorianos.

Se não formos capazes de olhar o futuro não temos políticas. É uma consequência. **Se não tivermos políticas não temos nenhum Plano e Orçamento.** É uma evidência. **Um governo, nessas circunstâncias, o que traz a esta casa é uma conta.** Uma conta em que o “deve” será cada vez maior e o “haver”, em função da dívida e das cartas de conforto, será cada vez mais ilusório.

Não é esse o nosso caminho. Não é o caminho que interessa aos Açores. Queremos medidas concretas para o presente. Queremos políticas para o futuro. **O CDS apresentará, nesta Assembleia, medidas transversais a todos os açorianos.**

Na saúde, exigimos o acesso real e atempado com o fim das listas de espera ao nível do terceiro mundo e mais equipamento disponível nos nossos hospitais.

Na solidariedade, reforçamos as respostas sociais que CDS conseguiu nesta assembleia e que são grandes conquistas da nossa Região.

Nos transportes, queremos que o escoamento dos nossos produtos seja uma realidade para que possamos alavancar o nosso setor produtivo e que a SATA esteja em primeiro lugar ao serviço dos Açorianos.

No trabalho, pretendemos mais emprego com mais formação.

Nas infraestruturas, respondemos com mais coesão às necessidades das nossas populações.

No turismo, propomos que a rede regional de pousadas de juventude seja uma realidade.

Na cultura, defendemos as nossas tradições e preservamos a nossa identidade.

São propostas com marca CDS. São conformadas pelos nossos princípios e construídas com a convicção dos nossos valores.

Esperamos, **com as nossas ideias sobre o que é justo e como deve ser o futuro**, pela responsabilidade política de todos, para fazermos as alterações, que consideramos indispensáveis, para que este Plano e Orçamento possa dar mais valor aos Açores.

É essa a nossa responsabilidade perante os Açorianos e perante a nossa autonomia.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação, Sra. Presidente, tendo em conta a organização dos nossos trabalhos e aquilo que não só ficou definido na Conferência de Líderes, mas que é prática normal e corrente deste Parlamento, aquando dos debates do Plano e Orçamento aqui.

Refiro-me à organização sectorial do debate do Plano e Orçamento, isto para referir que o Sr. Deputado Artur Lima (com certeza, legitimamente, porque cada partido dirá aquilo que muito bem entender) referiu várias questões de outros setores que não o setor da Vice-Presidência, que estamos a discutir.

Portanto, essas questões serão referenciadas, esclarecidas e debatidas aquando da discussão e do debate no âmbito desses setores.

Nós agora, no nosso entendimento, estamos a discutir aquilo que é tutelado, digamos assim, pela Vice-Presidência.

Portanto, era para esclarecer apenas esta situação.

Muito obrigado.

Presidente: Fica registada a sua interpelação, Sr. Secretário, no entanto, a Mesa, como também é habitual, costuma dar esta latitude às intervenções.

Sr. Deputado Artur Lima pediu a palavra?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, para me esclarecer, porque posso naturalmente estar errado. Percebo o incómodo do Governo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... particularmente do Governo, de ouvir o que é desagradável, mas que é verdade.

Gostaria que V. Exa., Sra. Presidente, e a Mesa me esclarecessem, sobretudo para os Grupos Parlamentares mais pequenos e as Representações

Parlamentares, como podem falar a seguir a cada Membro do Governo, porque, que eu saiba, há total liberdade de cada um (corrigir-me-á, se eu estiver errado) de programar as suas intervenções como entender.

O Sr. Vice-Presidente fez uma análise global do Orçamento e a apresentação do Orçamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exato!

O Orador: Eu também fiz uma análise global do Orçamento, do que se passou até aqui e perspetivei as minhas propostas para o futuro.

Portanto, compreendo o incómodo.

Mas gostaria que me esclarecesse, Sra. Presidente, se regimentalmente infringi alguma regra.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado. Fica também registada a sua interpelação.

Penso que aqui a única questão que se pode colocar, e sem qualquer polémica, é de que as questões que eventualmente tenham sido colocadas serão respondidas naturalmente pelo Secretário que tem a responsabilidade nas matérias colocadas e penso que não é mais do que isto que estamos aqui a falar.

Vamos dar continuidade às nossas intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, temos governo a mais na orientação e comando da sociedade.

Nos Açores, há governo a mais na Administração Regional, na Concertação Social, na Estatística, nas Inspeções Regionais, nas Empresas do Sector Público.

Temos governo a mais na taxaço de impostos sobre o rendimento das famílias e das empresas. Mas há soluçoes a menos no combate à toxicodependência, na proteção dos idosos, numa Educação de sucesso, numa atempada prestação de cuidados de Saúde, ou no combate aos riscos de corrupção.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O Orçamento para 2018 reflete um rumo de governação da Região que tem vindo a ser desenvolvido há anos, o qual põe enfase, no dizer de Jaime Gama, “na sustentação da galáxia que constitui o funcionalismo da administração regional: o agregado de empresas públicas regionais ou de entidades para-públicas, que funcionam como pagadorias de políticas regionais”,...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

... em detrimento do “investimento público em áreas produtivas”.

Estamos perante “um modelo [e continuo a citar Jaime Gama] que, pela rotina, asfixia as potencialidades regionais e não responde às exigências da atual situação”.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Os documentos orçamentais da autoria do governo regional que aqui estão, para serem debatidos e votados, e todo o discurso governamental feito em seu redor, revelam bem como estamos perante um governo regional que vive fechado no seu reduto político-partidário, insensível às propostas dos Parceiros Sociais, às críticas dos representantes do Poder Local e dos Conselhos de Ilha.

A credibilidade dos documentos em causa é confrangedora. É ver os projetos e propostas que se sucedem no papel e que se repetem, ano após ano, e até alguns que acabam por ser simplesmente abandonados. É ver e ouvir a falta de esperança que os Parceiros Sociais depositam nestes documentos. É ler os pareceres negativos dos diversos Conselhos de Ilha. Por exemplo:

O que diz o Conselho de Ilha da Ilha Terceira?

Cito: “manifesta desagrado e incómodo por ser obrigado a repetir “ano após ano, as mesmas reivindicações. Tudo devido (continuo a citar) ao “incumprimento reiterado do Governo Regional”.

Mas o que diz o Conselho de Ilha Faial?

E passo a citar: “a credibilidade dos documentos orçamentais “é cada vez mais duvidosa”, citei.

É caso para dizer, Sras. e Srs. Deputados, que nem os próprios socialistas acreditam!!!

Citando o Padre António Vieira, diria: “Palavras sem obra são tiros sem bala ... Para falar ao vento, bastam palavras”.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores foi ouvir a opinião da sociedade civil açoriana sobre os documentos orçamentais para 2018.

Fizemos uma análise responsável dos mesmos documentos. E vamos participar neste debate com uma visão não apenas crítica, mas proponente.

A transparência é indispensável para fortalecer os sistemas democráticos.

E o combate aos riscos de corrupção na Administração Regional é imprescindível para promover a qualidade da Democracia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD/Açores propõe que o Orçamento para 2018 inclua medidas que aumentem o equilíbrio de poderes, promovam a transparência e previnam os riscos de corrupção.

Deputado Duarte Freitas e Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É inaceitável – e ilegal – que o governo, à margem do escrutínio do Parlamento e da sociedade açoriana, insista em recorrer ao truque das chamadas “cartas conforto” para que as empresas públicas se endividem. Assim, propomos regras claras para impedir que tal continue a acontecer.

Os Açores precisam de um serviço de estatística absolutamente credível e livre da influência do governo regional. Precisamos de um Instituto Regional de Estatística dos Açores, com um presidente eleito por maioria de dois terços do Parlamento Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD/Açores vai insistir na devolução de rendimentos a todos os Açorianos, através de uma redução dos impostos para níveis anteriores ao período da ‘troika’. A iniciativa dos Parceiros Sociais sobre a redução fiscal tem que ser consequente.

Propomos a descida média de 25 por cento no preço das passagens aéreas inter-ilhas, garantindo que nenhuma passagem de ida e volta entre as nossas ilhas custe mais do que 90 euros.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Propomos a criação de um programa de investigação e desenvolvimento de novos produtos agrícolas, que apoie as agroindústrias na valorização e no rendimento dos agricultores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores propõe a criação do Apoio Energético Solidário, com o objetivo de compartilhar as despesas das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Pelo sexto ano consecutivo, propomos que o Plano inclua as verbas necessárias para que comecem a ser tomadas medidas que acabem com o sofrimento de milhares de açorianos que aguardam anos para fazer uma cirurgia.

Propomos um aumento do complemento regional de pensão e do abono de família, para ajudar quem mais precisa. Porque os açorianos mais necessitados precisam de apoio todos os anos e não só em anos de eleições.

Deputados Duarte Freitas e António Vasco Viveiros (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

São estas, entre outras, as propostas que aqui vamos apresentar. Cumprindo a nossa obrigação perante os Açorianos. Convictos de que são boas propostas para os Açores.

Um Orçamento que não melhore a vida dos Açorianos, ignore a necessidade de maior transparência na atividade governativa, recuse medidas de prevenção da corrupção e não responda aos desafios da economia privada e da sociedade civil, não merecerá o apoio do PSD/Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Partimos para este debate como Oposição Ativa, pronta para Servir os Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista apresenta-se hoje aqui, na discussão deste Plano e deste Orçamento para o ano de 2018, com uma postura de abertura, com uma postura de diálogo, com uma postura de humildade, de quem sabe que nem sempre algumas medidas que tomou podem ter corrido da forma como gostaríamos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Mas nós também apresentamo-nos aqui com uma certeza: com a certeza de que tudo, mas tudo, o que fizemos, fizemo-lo com a vontade genuína de ajudar as famílias, de ajudar as empresas, em suma, de ajudar a nossa terra.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado sabe o que é que o povo diz acerca das boas intenções!

O Orador: Foi isso que temos feito e é isso que ambicionamos continuar a realizar.

Mas nós apresentamo-nos aqui também para dizer a verdade aos açorianos, para dizer toda a verdade aos açorianos. Para dizer que passamos tempos muito difíceis, tempos de tormenta na economia açoriana, na vida das pessoas, dos açorianos.

Passamos por dificuldades ao nível do desemprego em 2014, com cerca de 18%; passamos por dificuldades ao nível da atividade económica; passamos por dificuldades ao nível da coesão social, mas há algo que temos a certeza: que todas as políticas que tivemos então foram políticas destinadas a combater estes flagelos...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e a minorar ao máximo os efeitos da crise.

As prioridades eram claras:

- combater o desemprego;
- preservar a coesão social;
- manter e evitar falências, desde a área do turismo, a área da construção civil.

Nós sabemos que essas políticas eram necessárias.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Mas nós estamos aqui também para dizer a verdade sobre os resultados destas políticas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E esta verdade deve ser dita e deve ser dita por nós e eu acredito que deve ser dita pelas Sras. e Srs. Deputados da oposição.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E que resultados são esses?

Os Srs. Deputados da oposição, por exemplo, do Partido Social Democrata diziam, então: para cada medida anunciada, com pompa e circunstância, pelo Governo dos Açores na altura, há mais tragédias e famílias que vão para o desemprego.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E era verdade!

O Orador: O Governo capitulou em relação ao combate ao desemprego.

Deputado Luís Maurício (PSD): E era verdade!

Deputado André Bradford (PS): Ah, é verdade?

Deputado Luís Maurício (PSD): Nessa altura era!

O Orador: O Governo anuncia programas e o desemprego continua a aumentar.

Deputados Luís Rendeiro e Bruno Belo (PSD): E era verdade!

O Orador: Quais são os resultados hoje?

Deputado Luís Maurício (PSD): E a crise internacional?

O Orador: Quais são os resultados hoje...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... da governação socialista e do esforço de tantas e tantas famílias e empresas no combate à crise?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Dizem os senhores que nós anunciamos propaganda, que os resultados são propaganda. Mas digam-me, Sras. e Ss. Deputados, o crescimento económico em 2014 de 0,7, em 2015 de 1,7, de 2016 de 2,1% da nossa economia,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... é propaganda no Instituto Nacional de Estatística?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Falta o resto!

O Orador: Os resultados ao nível ao nível da diminuição do desemprego,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São maus neste contexto!

O Orador: ... com menos 11.690 desempregados,...

Deputado Luís Maurício (PSD): E a crise internacional?

O Orador: ... com mais 13.358 empregados, com metade dos desempregados que tínhamos há 3 anos, são propaganda do Instituto Nacional de Estatística?

Deputado Luís Maurício (PSD): E a crise internacional?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, a venda de automóveis a crescer 19%, o consumo de energia a crescer 4,4%, são propaganda...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... dos stands dos automóveis e da Empresa de Eletricidade dos Açores?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para os ricos!

Deputado Luís Maurício (PSD): E a liberalização do regime autónomo que os senhores não queriam!

O Orador: O crescimento do turismo, o crescimento do turismo em cerca de 25%,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Que vos “caiu ao colo”, os senhores não queriam!

O Orador: ... é propaganda da indústria hoteleira e das companhias de aviação?

Deputado Luís Maurício (PSD): Que os senhores não queriam!

O Orador: Diziam os senhores que o resultado da diminuição do desemprego para metade era responsabilidade do turismo: “os senhores só têm o desemprego mais baixo porque o turismo melhorou e nós até temos alguma responsabilidade sobre este assunto”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Emprego precário, Sr. Deputado!

O Orador: Para este “concurso” já não estamos disponíveis para participar.

Mas diziam os senhores que era responsabilidade do turismo.

Sras. e Srs. Deputados, e o facto do crescimento do setor primário da agricultura e das pescas ao nível do emprego ser 18%?

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: É propaganda do Governo socialista?

O facto de o setor secundário ter crescido ao nível do seu emprego na ordem dos 5%, é propaganda do Governo socialista?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É!

O Orador: É verdade que o setor terciário cresceu!

É verdade que o setor secundário cresceu ao nível do emprego!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esses valores não estão no plano!

O Orador: É verdade que o setor primário cresceu ao nível do emprego! E sabem porquê, Sras. e Srs. Deputados? Porque a economia açoriana está a crescer, está a acelerar no seu crescimento.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto é algo que nos orgulha, mas sobretudo deve orgulhar os açorianos.

Diziam os senhores: bom, mas o desemprego está a descer.

O Sr. Vice-Presidente falou sobre o assunto.

O desemprego está a descer, mas são os ocupacionais. Os ocupacionais é que estão a fazer descer o desemprego.

Sras. e Srs. Deputados, já foi dito pelo Sr. Vice-Presidente do Governo, mas eu vou repetir de-va-gar.

Deputado Bruno Belo (PSD): É para ver se o senhor percebe!

Deputado Paulo Parece (PSD): É para ver se se convence!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas é muito devagar para perceber!

O Orador: Em relação a 2014, trimestre mais alto e ano mais alto do desemprego dos Açores.

Os senhores sabem, em relação a hoje quantos programas ocupacionais há a mais em relação a 2014? Sabem?

Nós tínhamos um desemprego de 18% e tínhamos cerca de menos 320 pessoas em programas ocupacionais.

Hoje, temos mais 320 pessoas em programas ocupacionais e temos mais 13 mil pessoas empregadas, ou seja, a responsabilidade da criação de emprego é em 98% das famílias e das empresas açorianas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sobre esta matéria, o mito que os senhores referiram, está completamente quebrado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Mas a postura que nos apresentamos aqui não é uma postura de dizer, bom, estes resultados são uma maravilha, nós estamos satisfeitos.

Não, Sras. e Srs. Deputados! A postura do Partido Socialista é de nunca ficar satisfeito com os resultados.

A postura do Partido Socialista é de ser a principal força motriz da mudança.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: De ser a principal força motriz da criação de um novo ciclo de desenvolvimento...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais um!

O Orador: ... porque a cada problema que foi resolvido há naturalmente outro desafio que surge.

Por isso é que hoje nós nos apresentamos aqui em diálogo com todas as Sras. e os Srs. Deputados para prepararmos, para construirmos um novo ciclo que sirva as famílias, sirva as empresas, em suma, sirva os novos desafios que a economia açoriana tem.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianos e Açorianas:

O Governo Regional apresenta a esta Assembleia – para debate e aprovação – o Plano e Orçamento para o ano de 2018.

Estes documentos vêm rotulados (sob o grande empenho da Agência de Comunicação do Governo e do Partido Socialista) com o lema "Novo Ciclo". Lema demasiado fantasioso porque, de facto, nada neste Plano e Orçamento condiz com esta consigna. Pelo contrário, tudo é velho e cheira a mofo.

Algumas constatações:

A primeira, é que este Orçamento cimenta uma política que vem de trás, que é contrária aos/às trabalhadores/as, sendo antes mais uma dádiva para os patrões e poderosos da Região.

No seguimento das políticas do Governo Regional, este Orçamento agrava as desigualdades sociais, as quais são um triste recorde que os Açores ostentam, no quadro nacional -...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: ... sendo este, já por si, um dos piores a nível europeu.

Mas é, exatamente, este, o recorde que a maioria socialista pretende robustecer, com a apresentação destes documentos.

Senão, vejamos:

- Contra a legislação nacional, este Governo não quer pagar aos/às professores/as a compensação por caducidade de contrato.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é bem assim!

A Oradora: Por outro lado, proíbe aumentos de ordenado aos/às trabalhadores/as do sector empresarial regional, impedindo estes aumentos, em empresas que não tenham lucro.

Ou seja, para além de imputar aos/às trabalhadores/as as consequências dos erros de gestão, vai ainda mais longe, abrindo a porta a manigâncias financeiras, em empresas participadas. Por exemplo, no grupo EDA, as empresas do grupo podem, artificialmente, dar todas prejuízo, penalizando, assim, quem nelas trabalha. Mas, simultaneamente, a empresa mãe pode dar maiores lucros, satisfazendo, assim, o grupo Bensaúde e deixando cair, até, algumas migalhas para o Partido Comunista chinês.

É este o timbre deste Orçamento, no seguimento de práticas, como a utilização abusiva do Estagiar L para contratação de enfermeiros/as, ou a utilização de cerca de 200 trabalhadores (funcionários das Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS's) para serviços na Segurança Social. E vale a pena lembrar que estes trabalhadores/as ganham, nalguns casos, metade ou ainda menos, em relação aos/às trabalhadores/as da administração regional.

O princípio de 'trabalho igual, salário igual', para esta governação socialista, é retórica poética. Explorar trabalhadores/as é a prática certa.

Mas esta determinação contra os/as trabalhadores/as ultrapassa todos os parâmetros, no que se refere ao processo de descongelamento de carreiras da administração pública regional.

De facto, em resultado do acordo com o Bloco de Esquerda, o Governo da República estava obrigado a descongelar as carreiras. Este compromisso foi assumido no Orçamento de Estado para 2018, devendo ser concretizado, em 2 anos.

Acontece que o Bloco de Esquerda propôs, na Assembleia da República, que fosse dada, às Regiões Autónomas, a capacidade própria para decidir um faseamento diferente deste descongelamento se assim o entendesse. Resultado?

O Governo Regional dos Açores mandou o Partido Socialista, na Assembleia da República, votar contra esta proposta.

Dito de outra maneira: o PS/Açores prefere lesar a Autonomia e prefere não usufruir das prerrogativas autonómicas, desde que tal possa reparar uma injustiça lançada contra os/as trabalhadores/as.

Deputado Francisco César (PS): Isto não é debate do Plano e Orçamento, Sra. Presidente?

A Oradora: Também, neste Orçamento, está ausente qualquer referência à contagem do tempo de serviço dos professores – vazio, no mínimo, lastimável, para um Partido e para um Governo que se diz socialista.

E tudo isto, Senhoras e Senhores Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, numa Região que se vangloria de ter as contas em ordem,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: ... com uma dívida e um défice que faz sorrir de contentamento a Senhora Merkel.

Contudo, o Bloco de Esquerda tem esperança que o Partido Socialista reconsidere e, por isso mesmo, apresentará propostas para alterar tantas medidas contra quem trabalha.

E apresentaremos, também, uma proposta para reverter o financiamento das IPSS's. O novo modelo de financiamento não é mais do que, perante funções essenciais do Estado, lançar os/as trabalhadores/as deste sector na pobreza, desresponsabilizar o Governo Regional por esta situação e comprimir (mais uma vez e sempre) os direitos dos seus trabalhadores/as.

E, se juntarmos a isto, a utilização abusiva dos Programas Ocupacionais, temos um retrato perfeito do modelo de relações laborais e do modelo de sociedade que o Partido Socialista, nos Açores, almeja. Mais uma vez, a Senhora Merkel, sorri.

Porém, se para os/as trabalhadores/as não há dinheiro, para os empresários e para os mesmos do costume há abundância, mesmo que para isso se tenha que pôr em causa a Autonomia.

Apresenta, agora, o Governo Regional, um programa para dar dinheiro às empresas, para as incentivar a fazer contratos sem termo com os seus trabalhadores/as. Isto é, o lucro líquido garantido é a máxima deste Governo para os empresários.

Nos Açores, os/as contribuintes pagam, muitas vezes a 100%, os investimentos; pagam benefícios fiscais; pagam apoios diversos; e, outra vez, vão pagar, para os patrões contratarem, com decência e legalidade mínima a que estão obrigados, os/as trabalhadores/as.

Na doutrina liberal do Partido Socialista dos Açores, as empresas não têm obrigações sociais, só têm direitos. Também, por isso, comprovamos, permanentemente, a inoperância da Inspeção de Trabalho.

O Bloco de Esquerda sempre deixou claro o seu apoio às medidas necessárias para garantir empresas sólidas e competitivas, mas tudo tem limites, Sras. e Srs. Deputados. Por isso, as empresas apoiadas pela Região têm de ser obrigadas a ter nos seus quadros 75% de trabalhadores com contratos sem termo. Quanto mais não seja, porque estamos em época de crescimento económico.

Ainda em relação às empresas apoiadas por dinheiros públicos, consideramos que o mínimo exigível é que estas empresas sejam obrigadas a divulgarem – anualmente e durante os três anos subsequentes à atribuição do referido apoio – a evolução dos seus quadros de pessoal, em número e em tipo de contrato.

Não basta às empresas dizerem que vão fazer contratações. É preciso que cumpram e que tenham obrigações e responsabilidades sociais sérias.

A segunda constatação é que este Orçamento é privatizador.

Neste Orçamento, o Governo abre mão da definição estratégica da SATA Airlines, abdicando do controle de uma empresa essencial para o desenvolvimento dos Açores.

Recordemos que, há dois anos atrás, o Governo Regional apresentou, nesta Casa, um tal de "Business Plan", classificado, na altura, pelo Partido Socialista e pelo Governo, como um trabalho sério e fundamentado, tendo em vista salvar a empresa da situação difícil que, então, vivia. Todas as certezas da altura, todas as promessas da altura se esfumaram, em apenas dois anos. Agora, a única saída é a privatização.

Vender 49% do capital a uma empresa de porte superior significa, na prática e necessariamente, abdicar da SATA Airlines. Quase apetece dizer que, quando o Governo apresenta planos, o desastre está garantido. Não esqueçamos, a este propósito, o Plano Integrado de Transportes (PIT) a este propósito!

Pela nossa parte, não aceitamos que a Região fique sem uma palavra a dizer, sobre qualquer e todo o tipo de mobilidade das suas populações.

Mas a sede de privatização, Sras. e Srs. Deputados, não fica por aqui. Segue-se o Porto da Praia da Vitória, com uma privatização travestida de concessão.

Neste caso, o que está em causa é o negócio do gás natural para navios, o qual e ao que tudo indica vai para a Partex. Ou seja, este, que parece ser um bom negócio, tem de ir para os privados. Sempre o mesmo, para os mesmos!

Como é evidente, apresentaremos proposta para evitar este desastre.

A terceira constatação é que a arbitrariedade continua.

Chegados ao fim do segundo Orçamento, apresentado por este Governo, o Partido Socialista não cumpre mais uma das promessas de campanha. Refiro-me aos concursos de admissão de trabalhadores/as para a administração pública regional.

Durante o período eleitoral das últimas regionais (há pouco mais de um ano atrás, portanto) o Senhor Presidente prometeu introduzir alterações nos processos concursais para a administração pública regional.

Ora, entre muitas outras queixas que têm chegado até nós (as quais incluem, inclusive, processos concursais, em autarquias dirigidas pelo Partido Socialista), uma há que se repete até à exaustão: a prova de ‘entrevista’ é aquela que mais permite alterar as classificações, subvertendo, em absoluto, a verdade dos resultados finais.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Por isso é que vai deixar de existir!

A Oradora: Um mero exemplo: dois candidatos, o A e o B; o candidato A teve melhor nota, nas duas provas que se exigem e que são objetivas;

Deputado Francisco César (*PS*): Estamos de acordo!

A Oradora: ... o candidato B teve notas inferiores, nestas provas, mas alcançou a nota máxima, na ‘entrevista’.

Quem ficou com o lugar, quem foi? Obviamente, o candidato B. E qual é a grande diferença entre estes dois candidatos?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): A cor partidária!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Por isso acaba a entrevista!

A Oradora: O candidato B, por acaso, era candidato nas Listas do Partido Socialista. Mais palavras para quê?!

Por isso, apresentaremos proposta para minimizar esta malabarice. Está o Partido Socialista disponível para cumprir, finalmente, a sua promessa? Parece que sim, levando em consideração as palavras do Sr. Vice-Presidente.

Um ano depois da promessa o Partido Socialista promete que vai cumprir a promessa. Sendo assim, o Partido Socialista não terá o mínimo rebuço em aprovar a proposta que o Bloco de Esquerda vai apresentar nesse sentido.

Portanto – Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo –, este Orçamento é mau.

O Bloco de Esquerda apresentará propostas para o tornar mais amigo de quem trabalha, mais defensor da Região e mais fiador da transparência na governação. Está o Partido Socialista disposto a dar este passo?

Finalmente – e convém dizê-lo, desde já –, a elaboração de um Orçamento significa fazer escolhas. Por maioria de razão e no caso deste que, ora, temos em mãos, escolhas claras, corajosas, ambiciosas, no sentido da justiça social, da equidade, da igualdade de oportunidades e do combate a todo o tipo de desigualdades.

A justeza e a eficácia das medidas propostas, num Orçamento, não se avaliam, nem ao quilo, nem à percentagem – repito, nem à percentagem! Estaremos, pelo menos, de acordo, neste aspeto?

O sentido de voto do Bloco de Esquerda aos documentos, em análise, depende, afinal e tão só, da disposição do Partido Socialista para emendar o que está mal...pesado, calculado e omissos.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de colocar algumas questões ao Sr. Vice-Presidente e este é o momento adequado.

A primeira questão tem a ver com o seguinte:

Na proposta de Orçamento agora em discussão, nomeadamente no artigo 31.º, é proposta a única alteração fiscal de iniciativa do Governo.

A minha pergunta é: em termos de benefícios fiscais para as famílias açorianas qual é o impacto do aumento do diferencial fiscal de 20 para 25% no terceiro escalão?

Outra questão, é uma questão mais vasta e tem a ver com o seguinte:

Em 2007, aquando da apresentação no Parlamento das linhas gerais do Quadro de Referência Estratégico dos Açores 2007/2013, contemplava um aumento de 25% das verbas do Quadro Comunitário, relativamente ao anterior, o Sr. Vice-Presidente afirmou, e cito:

“Pretende-se aumentar em apenas 10 anos o PIB dos Açores em 70%”.

Deputado André Bradford (PS): Sr. Deputado, onde é que o senhor andou nos últimos 5 anos? Nos últimos 5 anos o que é que aconteceu a todos os países do mundo?

O Orador: Na página 28 do Diário das Sessões, se quiser consultar, do dia 23. Entretanto, a década terminou e os dados do PIB em 2016 não deverão atingir os 3.900 milhões de euros. Ou seja, em vez de 70%, aquilo que a economia açoriana conseguiu, contrariando as suas previsões, foram apenas cerca de 7%.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, o Sr. Vice-Presidente falhou em 1.300 milhões de euros...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é nada!

O Orador: ... na sua previsão.

Portanto, com esse falhanço o objetivo de convergência com a União Europeia baixou, se compararmos os dados.

Mas as perguntas que faço são essas:

Como é que explica o falhanço das suas previsões?

O que é que falhou nas políticas económicas?

E a pergunta recorrente é, qual é a credibilidade das suas previsões?

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Marco Costa (PSD): O que é bom é do Governo, o que é mau é do mundo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Prescinda (Sras. e Srs. Deputados, peço-vos um pouco de silêncio).

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O senhor Vice-Presidente do Governo é responsável pelas finanças públicas regionais, pelas empresas públicas nos Açores e, por conseguinte, pela Sociedade Ilhas de Valor dona da SINAGA.

Estamos a analisar o orçamento e plano regionais para 2018 onde se decide a aplicação dos dinheiros públicos da região em despesas correntes e no plano de investimentos.

Escusou-se o senhor Vice-Presidente de ir à Comissão de Economia deste Parlamento explicar o percurso económico e financeiro da SINAGA como empresa pública e a forma como consumiu dinheiros públicos e destruiu os seus ativos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Com alguns dados disponíveis hoje, passaram a existir dúvidas sobre a forma como o governo comprou a SINAGA em 2010 pois além de ter pago 800 mil euros assumiu as responsabilidades pessoais dos seus acionistas que no entender da Resolução do Governo “deixaram de ter condições para garantir a continuidade da SINAGA”

Com prejuízos acumulados de 14,7 milhões de euros em 7 anos, com todos os imóveis hipotecados a favor de terceiros, com um contencioso superior a 2,4 milhões de euros e com a decisão de manter a SINAGA apenas como empacotadora de açúcar importado, uma administração e 26 trabalhadores, importa perguntar:

Quanto vai continuar a custar a SINAGA aos açorianos em 2018 nestas condições e com o passivo acumulado que agora detém?

A salvaguarda dos postos de trabalho da SINAGA à data foi também subscrita pelo PSD, sem as dúvidas atuais sobre a segurança dos contratos de cedência de interesse público, mas não para destruir recursos públicos da forma como aconteceu.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Depois da evolução económica que apresentámos aqui, da evolução no emprego, dos resultados que conseguimos e do crescimento, a pergunta que foi aqui colocada é como que há 10 anos se falhou numa previsão feita há 10 anos atrás?

Não foi, o que é que se falhou há um ano, há dois, há três, há quatro ou cinco numa previsão?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Como é que se prometem crescimentos de 70%?

Deputado António Marinho (PSD): Já se percebeu que o senhor não consegue responder!

O Orador: Essas não tenho dúvidas que não falhámos. Perguntam é, como é como falhámos?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi só de 70 para 7, não foi assim nada de especial!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Como é que em 2007 as previsões de crescimento económico não se vieram a registar 10 anos depois?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Conjuntura internacional!

O Orador: E eu respondo. Primeiro facto: a dúvida que tem e o desvio que nos aponta é um desvio feito há 10 anos, não é a evolução feita nestes anos.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Segundo aspeto essencial (permitam-me esta referência): só um extraterrestre...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É a região mais rica da Europa!

O Orador: ... que chegasse hoje ao planeta terra, e que olhasse para estas declarações, é que podia fazer esta pergunta hoje, porque o que aconteceu entre 2007 e 2017 aconteceu nos Açores, no país, na Europa e no mundo.

Todas as previsões de todas as entidades internacionais, nacionais, muito mais competentes do que nós...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): De que é que serve o senhor fazer previsões?

O Orador: ... demonstraram que essas previsões de há 10 anos obviamente não corresponderam à realidade porque entretanto houve, e só um extraterrestre é que não sabe,...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor não estava na terra nessa altura!

O Orador: ... a maior crise financeira internacional e económica dos últimos 60 anos.

Portanto, o que aconteceu entre 2007 e 2017 foi a maior crise. Por isso mesmo, é muito bom, digo-vos que é com imensa satisfação que registo que a única questão, do ponto de vista de evolução de economia e de emprego, que o PSD tem para nos colocar, é, como é que dissemos um valor há 10 anos e 10 anos depois não foi esse valor,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Foi um erro!

O Orador: ... sem esquecer que houve essa crise, o que quer dizer que essa pergunta para nós é um enorme elogio por parte do PSD.

Deputado Luís Maurício (PSD): Foi 10 vezes menos, mas foi um erro, diga, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Segunda questão essencial: como tivemos oportunidade de dizer, o diferencial de 25% para o terceiro escalão do IRS corresponde exatamente ao compromisso que tivemos tendo em conta que com a introdução de cinco para sete escalões, o facto de haver um conjunto de contribuintes que antes estavam no 2.º escalão tenham passado para o 3.º, se não fizessemos tão bem o diferencial de 25% para o 3.º escalão, esses contribuintes seriam prejudicados no âmbito desse diferencial face ao que tinham no ano anterior, quando o objetivo global da criação de escalões é reduzir os impostos no âmbito do IRS, no âmbito desse 3.º escalão, e com isso beneficiar todos os contribuintes que pagam efetivamente IRS nos termos em que falámos.

Terceira questão: em relação àquilo que referiu sobre a SINAGA, eu penso que as questões foram todas devidamente esclarecidas pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Secretário não sabe nada disso!

Deputado Luís Maurício (PSD): Ele não sabe nada disso, o senhor é que sabe!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... no âmbito da Comissão, mas questão é muito objetiva sobre essa matéria: o percurso feito no âmbito da SINAGA visou exatamente salvaguardar postos de trabalho, salvaguardar uma indústria e criar condições para que essa realidade se mantenha e a decisão tomada agora é uma decisão que visa precisamente continuar esse percurso de salvaguarda de postos de trabalho e de salvaguarda de uma empresa que é fundamental no futuro da Região.

Deputado Luís Maurício (PSD): Estão a falhar nas três!

O Orador: E mais!...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma coisa fundamental para o futuro da Região!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai ser como as águas das Lombadas, vão vender baixinho!

O Orador: É preciso identificar que a evolução ao longo deste período, nomeadamente aquilo que foi a nova regulamentação comunitária a partir de 1 de outubro de 2017, alterou efetivamente essa realidade, mas fez com que a nossa decisão foi, salvaguardando postos de trabalho, mantendo a marca a funcionar, criássemos condições para a empresa se manter sustentável como é neste momento que, ao contrário do que alguns fizeram crer, é uma empresa que registou ao longo dos últimos anos, e registou no final de 2016, capitais próprios positivos com o seu ativo superior em 800 mil euros ao seu passivo, o que corresponde exatamente ao valor de aquisição que a Região fez em 2010 e corresponde exatamente àquilo que é o valor da avaliação correspondente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tem que ressarcir a Região desse negócio ruinoso!

Deputado Luís Maurício (PSD): Quem é que acredita disso?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Depois não se venha queixar daqui a 10 anos de uma previsão falhada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Segundo aspeto essencial, só para concluir: a própria dívida financeira da empresa, quero dizer que baixou entre 2016 face a 2014...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas ao contrário!

O Orador: ... e a dívida financeira da SINAGA é em 1,8 milhões de euros, no final de 2016, inferior àquela que era em 2014.

Deputado Luís Maurício (PSD): Uma empresa sustentável transformada em empresa de empacotamento de açúcar! Isso é que é sustentabilidade!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de questionar o Sr. Vice-Presidente relativamente ao Programa 1, nomeadamente a ação 1.1.15, “Terceira *tech Island*”, mas inicialmente gostaria só de dizer que o PSD/Açores também está empenhado na concretização das medidas que apostem no novo capítulo económico para a Ilha Terceira, decorrentes da redução do efetivo militar dos Estados Unidos na Base das Lajes.

E não é verdade que os Deputados do PSD eleitos pela Ilha Terceira tenham vindo a público dizer ou contestar o projeto em si.

Deputado André Bradford (PS): O PSD/Terceira!

A Oradora: Nós não podemos contestar algo que não conhecemos e neste sentido vai a minha primeira pergunta. Eu gostava que o Sr. Vice-Presidente

nos esclarecesse relativamente à forma como serão gastos os 3 milhões de euros?

Gostava de saber quanto é que receberá cada programador e quanto é que será pago também aos formadores?

E mais!... Considerando as suas palavras no vídeo promocional do mesmo, que passo a citar, “temos cerca de 400 casas prontas a albergar, habitações de enorme qualidade, próximas do mar, próximas da natureza, que gostaríamos de disponibilizar e de oferecer a todos aqueles que aceitem este desafio”.

Se isto não significa oferecer casas que a República não quis aceitar e que o Governo continua sem explicar como fazem parte daquela iniciativa, então há aqui uma disparidade lexical que não abona a qualidade comunicacional...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... que uma iniciativa destas assim o exige.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, eu gostava que nos dissesse, aqui e agora, a quem pertencem estas 400 casas neste preciso momento, porque se enganar os terceirenses é beneficiá-los, nós não compactuamos com isso.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Enganou os terceirenses e o Presidente do Governo que não sabia de nada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quando se fala aqui em erro nas previsões em 10 anos e se aponta o dedo a outros é preciso, em primeiro lugar, olhar para dentro e ver que previsões foram feitas pelo próprio partido.

Quais foram as previsões que o PSD fez há 4 anos, por exemplo?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foram as que o senhor está a falar!

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor deve saber, o senhor estava lá!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor tem dedinho aí!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: No fundo, o PSD só está disponível para criticar. Para propor, para ser responsável nas políticas que faz, não!

Basta ver o exemplo no caso da SINAGA. O PSD recentemente propôs a suspensão da venda de ativos, sabendo que com isso aumentava os gastos financeiros da empresa, mas agora vem criticar medidas que o governo toma exatamente no âmbito da reestruturação do Setor Público Empresarial.

É preciso dizer que há falta de coerência, há falta de responsabilidade.

Deputado Luís Maurício (PSD): Devia ter vergonha de dizer isso!

O Orador: E ao nível fiscal, o que é que diz o PSD?

Não reconhece que a economia está a crescer,..

Deputado Luís Maurício (PSD): Acabar com uma empresa e transformá-la numa empresa de empacotamento de açúcar! É preciso não ter vergonha!

O Orador: ... não reconhece o trabalho que tem vindo a ser feito pelo Governo, mas também pelas empresas e pelas famílias e vem propor de forma irresponsável e demagógica uma redução fiscal sem qualquer responsabilidade.

É necessário adaptar as propostas à realidade, Srs. Deputados!

A Região hoje já tem dos impostos mais baixos do país e é preciso reconhecer, não custa nada.

Em 2015, o Governo Regional do Partido Socialista já propôs a redução da taxa reduzida e taxa intermédia do IVA. Também é preciso reconhecer!

No fundo, este orçamento o que é que faz?

Privilegia a redução dos impostos sobre o trabalho favorecendo assim a devolução de rendimentos às famílias...

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: ... e esta é uma boa medida, Srs. Deputados.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É uma prioridade para o Partido Socialista reforçar as medidas que apoiam as empresas, que apoiam as famílias. As recentes medidas anunciadas no Conselho extraordinário para a criação de mais emprego, mais estável, para o combate à precariedade, também deve ser reconhecido e não pode ser esquecido.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo, no fundo, tem vindo a adotar uma política fiscal responsável, de forma gradual, que não compromete o futuro dos açorianos e que, de certa forma, responde perante os desafios que são colocados.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Maurício (PSD): Transformam a SINAGA num armazém de empacotamento! Isso é sustentabilidade?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, é preciso recuar no tempo. Há um percurso que a SINAGA percorre e há oito considerandos que estiveram na base da decisão da compra da SINAGA.

Nenhum dos considerandos foi conseguido e, portanto, qualquer objetivo que o Governo tenha preconizado para a SINAGA com alguns dos pressupostos que afirmou não são verdade ou foram verdade.

Não pode o Sr. Vice-Presidente, com a formação que tem, e aliás deduzindo de alguns dos indicadores e da forma como faz a abordagem aos dinheiros públicos e às finanças públicas regionais, dizer que uma empresa pública que acumula quase 15 milhões de prejuízo anualmente,...

Deputado Francisco César (PS): Anualmente!?

O Orador: ... que acha que está bem. Ninguém vai acreditar nessa conversa do Sr. Vice-Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Relativamente à sua escusa de ir à Comissão de Economia, a verdade é que não fomos, na Comissão de Economia, devidamente esclarecidos relativamente ao percurso da SINAGA e até à decisão que agora foi tomada.

Desconhece o estudo de viabilidade económico-financeira da SINAGA para 2018 no figurino que foi publicamente anunciado.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas até desconhece que estudo esteve na base para a compra da SINAGA; desconhece os seus indicadores financeiros ao longo dos sete anos. Foi assim que manifestamente nós desconhecemos o percurso da SINAGA nas questões que foram colocadas na Comissão de Economia.

Não pode o Sr. Vice-Presidente escamotear a situação da SINAGA, a situação da má administração da SINAGA, a forma como arruinaram a produção de beterraba, já que um dos objetivos era manter uma fileira de diversificação agrícola na Região.

Destruíram a SINAGA!

Não é possível, Sr. Deputado Carlos Silva, “matar” a empresa e perguntar à oposição como é que a vai “ressuscitar”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Os senhores “mataram” a SINAGA. Depois de se “matar”, depois de se estragar uma fileira que fazia parte até dos projetos, do conteúdo, da diversificação do próprio programa do PS,...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a solução?

O Orador: ... não se pode agora disfarçar com tamanhos números.

Quando se “mata” alguém, a seguir a pergunta é: é para cremar ou é para enterrar, infelizmente?

Foi isso que os senhores fizeram à SINAGA, foi isso que fizeram à fileira da beterraba. Não conseguiram ter uma estratégia consistente, nem em termos empresariais, nem em termos da fileira da produção agrícola.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Roberto Monteiro tem agora a palavra.

(*) **Deputado Roberto Monteiro (PS):** Sra. Presidente,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é da SINAGA, pois não?

(Risos do Deputado Roberto Monteiro)

Orador: Podia ser!

... Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, restantes Membros do Governo:

Em primeiro lugar, obviamente uma saudação a todos vós, sendo esta a minha primeira intervenção e faço-a porque efetivamente foi tocado num tópico que tem a ver com as casas dos bairros americanos abandonados, junto da Base das Lajes e porque obviamente essa matéria tem muito tempo e tem uma história e essa história não pode ou não se compadece com períodos de contradições e muito menos de falta de soluções.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é verdade!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: A questão em concreto e objetiva é que os americanos abandonaram as infraestruturas, como é do conhecimento público. A partir dessa data iniciou-se um processo de pilhagem completa nestas infraestruturas. Aliás, basta ver o estado em que estas casas começam a estar. Grande parte delas já não têm nem portas...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ele diz que elas estão prontas para habitar! O Presidente do Governo não sabia!

O Orador: ... nem janelas, nem outras situações.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Eu já estou há 12 anos na política e nunca vi tanta gente a falar ao mesmo tempo.

Deputado Paulo Parece (PSD): Habitue-se!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estavas habituado a falar sozinho!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Vocês desculpem! Ou interessa saber e discutir este assunto em prol do presente e do futuro ou então se é para toda a gente falar ao mesmo tempo, continuem assim porque os terceirenses na hora certa vão dar a resposta habitual.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Houve desde sempre uma posição, uma posição até de alguma coerência, entre todas as forças políticas e todos os Deputados eleitos pela Terceira, que conhecem esta realidade, e que numa primeira fase foi no sentido de que estes bairros e estas casas poderiam ser uma mais-valia importante, tendo em conta alternativas possíveis para a Base das Lajes.

A primeira fase deste processo não há Deputado de força nenhuma... Este assunto foi discutido na Comissão de Ilha e estivemos todos de acordo relativamente a este ponto.

Contudo, os anos foram passando e a posição de coerência e de unanimidade foi-se alterando, em que se começou a “atirar pedras”, que não havia solução, nem o Governo da República queria pegar nas casas, nem o Governo Regional tinha soluções para as casas, e esta foi exatamente a segunda fase.

Por isso temos que ser verdadeiros...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Todos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E sérios!

O Orador: ... coerentes, e termos ética em tudo o que dizemos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ouvia, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: A questão objetiva neste momento é: as casas estão abandonadas e só há dois caminhos, ou todos continuamos a lavar as mãos à espera que haja um “milagre do Roque Santeiro”, ou em alternativa uma das entidades toma iniciativa de reabilitação desses bairros potenciando-os em favor da atratividade de empresas e de emprego.

É isto que está em causa, mais nada.

O resto são histórias.

Nós não podemos ser contra quando se inscrevem verbas para reabilitar casas em prol da promoção do emprego na Ilha Terceira. Isto é uma falta de coerência e em muitos aspetos até uma falta de carácter.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta matéria e estas questões que o PSD levantou sobre o “Terceira *tech Island*”, se eu pensei que já nada me iria surpreender na política, na forma de abordar a ação crítica do Governo, esta efetivamente ultrapassou toda essa realidade, porque não consigo perceber qual é a posição do PSD.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Nem isso?!

O Orador: O próprio PSD critica o Governo por o Governo não encontrar alternativas à presença dos americanos na Base das Lajes,...

Deputada Mónica Seidi (PSD): O PSD pergunta de quem são as casas!

O Orador: ... e depois critica o Governo quando o Governo cria essas alternativas...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e quando essas alternativas visam minimizar o efeito dos americanos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A conclusão que se tira é que irão criticar sempre o Governo. Se o Governo for para a esquerda, criticam o Governo por ir para a esquerda, se o Governo for para a direita, criticam o Governo por ir para a direita.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas as casas não são suas! As casas são da Região!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Responda à questão!

O Orador: E nesta matéria a crítica ainda faz menos sentido...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem janelas ou não tem janelas? É isso que importa saber!

O Orador: ... porque, primeira questão, nós definimos a criação de alternativas em termos de atividade económica no âmbito da zona da Praia da Vitória, como elemento essencial de minimizar os efeitos da Base das Lajes.

Uma das alternativas, sem dúvida, e que nós identificámos em termos de competitividade, é a atração de empresas na área da programação. Porquê? Porque a procura de programadores é, sem dúvida, neste momento, nos mercados internacionais e no país, das áreas com mais falta.

Portanto, nós delineámos uma estratégia assente em seis princípios para atrair empresas, para criar emprego qualificado na Ilha Terceira. Os seis princípios são:

- Menos impostos;
- Capacidade para assumir aquilo que são as necessidades desses setores, que é a formação de quadros juniores;
- formação rápida de pessoas reconvertendo na área da programação;
- captação de programadores seniores;
- apoios ao investimento no âmbito dos sistemas de incentivos e,
- criar condições de atração adicional através da disponibilização de quadros aos quadros seniores e instalações às empresas que se queiram instalar.

São as seis condições que nós criámos para criar competitivo.

Deputado Luís Maurício (PSD): Eram oito! Faltam duas!

O Orador: Importante disso tudo, promovemos, e bem, um vídeo que felizmente está a ter sucesso em termos de captação de empresas...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

... e que diz claramente que apoiaremos as casas...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... e iremos apoiar, em termos de habitação, todas as empresas que se vierem a instalar na Terceira, na área da “Terceira *tech Island*”, fornecendo habitação aos quadros seniores. É isso que diz lá.

Primeiro: nunca diz nesse vídeo que as casas são as casas A, B, C ou D.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diz, diz!

O Orador: Não diz!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mostre-nos!

O Orador: Não diz!

Mas quero dizer-vos claramente que sim, nós queremos que essas casas sejam as casas para instalar as empresas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso está a correr mal, Sr. Vice-Presidente!

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor enrolou-se nisso e não consegue sair saí!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O melhor é “empacotar” as casas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Agora vamos à questão essencial:

O PSD prefere que as casas estejam abandonadas, degradadas, a cair, do que encontrar uma solução para criar emprego e riqueza na Terceira.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O PSD prefere que as casas fiquem a cair...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A gente quer é política com verdade. Não é isso!

O Orador: ... fiquem degradadas à espera que os americanos voltem a querer as casas. Esta não é a nossa posição.

Primeiro aspeto, vamos à realidade: os americanos já abandonaram as casas.

(Apartes inaudíveis das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Os americanos abandonaram as casas. Ao contrário do que foi dito, as casas já não são dos americanos.

Os americanos comunicaram oficialmente o abandono das casas.

Segundo: o Governo dos Açores, através do Sr. Presidente do Governo, no dia 9 de junho deste ano, enviou uma carta ao Primeiro-Ministro solicitando a transferência das casas para a propriedade da Região Autónoma dos Açores...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... para poder cumprir o PREIT.

Portanto, com esta matéria é essencial assegurar essa questão.

Deputado Luís Maurício (PSD): Ligue ao Ministro Santos Silva que ele responde a isso!

O Orador: Agora, eu não percebo, sinceramente, quando neste momento nós estamos a fazer tudo para criar, atrair empresas para a zona da Praia da Vitória, a formar jovens para entrarem nessas empresas, jovens qualificados, a fazer um grande esforço de qualificação, um enorme esforço de atrair empresas para criar emprego, essencialmente para criar emprego qualificado...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas quanto é que vão receber, diga lá?

O Orador: ... face a minimizar a redução na Base, quando fazemos este esforço, a única coisa que o PSD se preocupa é se hoje a casa é propriedade de A,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... B, ou C, e mais grave do que isso, em vez de ajudar a puxar a Praia para cima, a Terceira para cima...

Deputado Luís Maurício (PSD): Ligue ao Ministro Santos Silva que ele responde!

O Orador: ... a atrair empresas que criem riquezas, está a desmerecer o esforço de criar emprego e de atrair empresas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Este é um exemplo claro da diferença entre quem está ao lado dos açorianos, de quem procura puxar para cima e quem faz dos problemas, das conflitualidades, a razão de ser da sua existência...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e para quem, quando se resolve o problema,...

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor não respondeu a uma única pergunta!

O Orador: ... quando se encontra uma alternativa, quando se cria um novo rumo...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Está a falar da SINAGA?

O Orador: ... para minimizar os efeitos da Base das Lajes tudo fazem para desprestigiar, para criticar e para que isso não aconteça.

Mas tenho uma má notícia para vós e uma boa notícia para os terceirenses: o “Terceira *tech Island*” será uma realidade, uma realidade que vai criar muitos empregos,...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Quanto é que vai pagar a cada um?

O Orador: ... que vai atrair muitas empresas para a Ilha Terceira na área da programação e será efetivamente um elemento estrutural na minimização dos efeitos da redução da Base das Lajes, porque nós, ao contrário dos senhores, não vamos deixar as casas apodrecer à espera que os americanos regressem.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia e vinte cinco.

Eram 12 horas e 09 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 32 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade ao debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima a quem dou a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Sendo assim, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Primeiro, gostaria de dizer que o Sr. Vice-Presidente, lamentavelmente não respondeu à maior parte das perguntas que eu aqui coloquei e que gostava que nos esclarecesse mais uma vez relativamente aos 3 milhões e à forma como eles serão gastos, nomeadamente o pagamento aos programadores, aos formadores que estão a tratar desta questão.

Depois, dizer que há aqui uma contradição. Primeiro, vem o Sr. Deputado Roberto Monteiro, e bem, dizer que as casas estão abandonadas. Depois, no vídeo que se vê, é o Sr. Vice-Presidente a dizer que as casas estão prontas a habitar.

Se, de facto, as casas já não são dos Estados Unidos, eu gostava que o Sr. Vice-Presidente nos dissesse em que condições é que foram negociadas essas casas, porque ninguém sabe, e é importante e oportuno esclarecermos relativamente a esta situação.

Gostava de saber se estes 3 milhões serão suficientes então para reabilitar estas casas, até porque, será que o Sr. Vice-Presidente vai passar todas as casas de 110 para 220 volts e ligá-las à EDA, por exemplo, entre outras alterações que as casas necessitam que sejam feitas para estarem prontas a habitar.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é estratégia!

A Oradora: Finamente, parece-me que o Sr. Vice-Presidente não tem conhecimento do Orçamento de Defesa dos Estados Unidos, em que lá num dos itens diz que se calhar os americanos até estão a equacionar o regresso à Base das Lajes e que para isso estas casas serão uma mais-valia.

Portanto, não pode ser verdade aquilo que o senhor disse aqui nesta câmara. As casas não são da Região, nem do Estado Português.

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém disse isso!

A Oradora: As casas não são um acessório, são sim uma mais-valia para conseguirmos negociar com os Estados Unidos.

Se o Sr. Vice-Presidente acha que esclarecer os terceirenses é puxar os Açores para baixo, não conte com este partido para isso, porque o que nós queremos aqui é que seja reposta e esclarecida a verdade.

Disse.

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Mónica Seidi, com relevância para o esclarecimento de V. Exa. e também para o esclarecimento desta Casa eu gostaria de dizer que no dia 9 de junho de 2017 enviei uma carta ao Sr. Primeiro-Ministro que dizia assim, e cito: “No âmbito da decisão da Força Aérea norte-americana de redimensionar a sua presença na Base Aérea nº 4, Lajes, ilha Terceira, há um conjunto significativo de infraestruturas que, segundo os procedimentos previstos no Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, serão entregues ao nosso país.

Aliás, o facto é que a Força Aérea norte-americana considera já ter procedido, no que releva para esta carta, à entrega de um bairro de habitações, o bairro Beira-Mar, composto por 296 unidades, bem como da escola com uma área total de pouco mais de 24 mil metros quadrados.”

Continuo a citar:

“Da parte do Estado português, invocando o previsto no já referido Acordo de Cooperação e Defesa, o entendimento é que não houve entrega, pelo que, neste momento, essas habitações se encontram sem qualquer entidade que zele pela sua manutenção, nem pela segurança de toda essa zona.

Como facilmente se poderá concluir, não tardará muito [continuo a citar] a que as mesmas entrem num acelerado processo de degradação e destruição em alguns casos provocado mesmo por intervenção humana.”

Cito ainda:

“Considero esta situação particularmente negativa, desde logo pelos efeitos que a mesma poderá trazer às outras habitações, que não integradas na Base, que são vizinhas.

Assim, gostaria de transmitir a V. Exa., Sr. Primeiro-Ministro, a disponibilidade e interesse do Governo dos Açores de contribuir para uma solução para este assunto, nomeadamente assumindo o destino não só do bairro Beira-Mar, já referido, com 296 habitações, bem como da escola, com uma área total de 24

mil metros quadrados, e do bairro Nascer do Sol, com 156 habitações que previsivelmente a Força Aérea Norte Americana pretende entregar em setembro do corrente ano.”

Continuo a citar:

“O fim a que pretendemos afetar esses imóveis é, para além de habitações, no caso dos bairros, o de apoio a alguns projetos de investimento que visam a dinamização económica da ilha Terceira”, fim de citação.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Transmitia também que, sendo esse o entendimento do Governo da República, da parte dos Açores estamos prontos a analisar os termos e o modo mediante o qual o Governo Regional pode assumir esses imóveis.

Julgo que aqui já estão várias respostas às questões que a senhora...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma carta!

O Orador: Aqui, nesta carta, estão várias respostas às questões da Sra. Deputada Mónica Seidi quanto à posição do Governo dos Açores sobre essa matéria, bem como respostas à questão sobre se o Presidente do Governo sabia ou não sabia.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já obtive resposta a essa carta?

O Orador: Não obtive resposta em relação a esta matéria.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Em junho?!

O Orador: De qualquer das formas, a questão que me parece importante neste momento...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas o Sr. Vice-Presidente já oferece as casas!

O Orador: ... e que surge face às reações, nomeadamente do PSD-Açores sobre esta questão, o que eu acho essencial esclarecer-se neste momento, é algo tão simples quanto isto:

Concorda ou não concorda a Sra. Deputada...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Presidente, o Estado não lhe responde, o Vice-Presidente oferece as casas e o senhor questiona a oposição!

O Orador: ... com essa diligência do Governo dos Açores e com o fim a que pretendemos afetar essas habitações?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Estado não lhe responde, o Vice-Presidente oferece as casas, em que é que ficamos?

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Registei com agrado a sua carta que enviou ao Sr. Primeiro-Ministro. Com certeza que fez o seu dever e esperamos que a resposta seja positiva.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de lhe lembrar que também em março de 2016, se não me falha a memória, foi assinado um compromisso, que tem o valor que tem, entre V. Exa. e António Costa, para uma série de questões que diziam respeito à Ilha Terceira, nomeadamente ao PREIT, que não passa de uma intenção no Orçamento do Estado, portanto, verbas não há, é zero, e sobretudo em relação ao radar de Santa Bárbara onde ficou assegurado que não seria desmontado o radar.

Infelizmente o que nós herdámos, e o que V. Exa. conseguiu Sr. Presidente, permita-me que lhe diga, e o Governo de António Costa, foi mais um passivo ambiental.

O que nós herdámos da Serra de Santa Bárbara e do Radar da Serra de Santa Bárbara, foi mais uma torre enferrujada, casas que não servem para nada. Estas ainda têm janelas, mas servem para pouco.

Quanto ao radar de Santa Bárbara estamos conversados do falhanço do Governo.

Portanto, Sr. Presidente, para lhe dizer que se um compromisso público entre o senhor e o Sr. Primeiro-Ministro teve o valor que tem, permita-me também que a sua carta se calhar não terá grande efeito junto do Sr. Primeiro-Ministro.

Relativamente às questões da Base das Lajes (poderíamos continuar aqui, mas naturalmente que teremos ainda mais tempo durante este Plano e Orçamento) e à Ilha Terceira, nomeadamente no que diz respeito ao cumprimento do PREIT e àquela que eu disse na altura que era uma brincadeira de Carnaval, hoje vem-se a provar que foi uma brincadeira de mau gosto, o PREIT.

Vai mudar de nome. Em vez de Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira é o *plano de recessão económica da Ilha Terceira*. Foi isso que os senhores conseguiram juntamente com o Governo da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, muito obrigado pela sua apreciação em relação à carta que enviei ao Sr. Primeiro-Ministro.

Sobre a posição do CDS-PP, presumo que ela é clara em relação a esta diligência.

Não conheço, e gostava de conhecer, e julgo que esta Casa também gostava de conhecer, a posição do PSD e da Sra. Deputada Mónica Seidi em relação a esta matéria.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o Sr. Vice-Presidente não pode oferecer algo que não é seu.

Em segundo lugar, a aceitação destas casas, nestes moldes, só demonstra que o Governo Regional já desistiu de arranjar alternativas para a saída dos americanos da Base das Lajes.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Mónica Seidi, o PSD concorda ou não concorda com a diligência que o Governo Regional tomou?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD não concorda com a diligência do Governo dos Açores...

Deputado André Bradford (PS): Oh!... Era isso que a gente queria saber! Muito obrigado! Agora sim, estamos esclarecidos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... na medida que estas casas, neste momento, ainda são uma mais-valia para conseguirmos trazer e para arranjar alternativas, isto porque o senhor não deve conhecer o Orçamento da Defesa...

Deputado André Bradford (PS): Está esclarecido, não precisa dizer mais nada!

A Oradora: ... que pondera lá que os americanos ainda estão em vias e a ponderar se irão trazer as famílias de novo para a Base das Lajes.

Consulte o documento e percebe a nossa posição.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Mónica Seidi, nada como a clareza de posições.

Deputada Mónica Seidi (PSD): É o que falta da vossa parte. De quem são as casas?

O Orador: Nada como a clareza de posições!

Agradeço a resposta que me dá, porque essa resposta é particularmente clara e essa resposta permite definir uma linha muito clara entre aquela que é a posição do PSD e aquela que é a posição do Governo.

A posição do Governo é que a decisão norte-americana vai a caminho de cinco anos, ou já fez cinco anos (já fez cinco anos!).

Nós achamos que não podemos continuar a ficar sentados à espera...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como tem sido até agora!

O Orador: ... daquilo que foi dito durante quatro anos, mudou a administração norte-americana continua a ser dito e do ponto de vista concreto nada acontece.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor fica à espera dos restos, é isso?

O Orador: Nós achamos que esta é uma oportunidade de criar condições para fomentar a sediação de iniciativas económicas na Ilha Terceira.

Achamos que a previsibilidade dessa possibilidade merece que este seja o caminho feito.

O PSD de forma muito clara prefere continuar sentado à espera.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente do Governo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Numa coisa o CDS tem uma certeza: não queremos mais a Ilha Terceira dependente de uma economia militar!

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Não queremos mais a Ilha Terceira dependente da vontade dos americanos.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Queremos uma economia na Terceira que cresça, que se dê condições para crescer, que se instale lá empresas, que a Terceira cresça e tenha o seu lugar no todo regional.

Nessa matéria estamos de acordo. A questão é que estamos todos a fazer o mesmo, nomeadamente:

- Anuncia-se um AIR Center (não sei quê), é a Universidade de Aveiro que tem o valor e os senhores é que tinham a conversa;
- anuncia-se uma coisa e vai para outro sítio;
- anuncia-se... Sr. Presidente, era fundamental o radar estar instalado e não ter saído, afinal saiu;
- era fundamental que a SATA não desprezasse a Terceira como despreza atualmente com três voos por semana (três voos por semana, para a segunda maior ilha dos Açores), para aumentar o turismo e a economia, e a carga para a Terceira, que nós temos neste momento grandes dificuldades de carga aérea para a Terceira, porque a SATA deixou de voar para Terceira, porque a SATA acabou com a ligação da Terceira/Porto, porque a SATA despreza a Terceira e consequentemente o Governo Regional.

Fazer crescer a Terceira, Sr. Presidente, é isso, era atuar definitivamente e com firmeza na descontaminação, era não ter deixado o radar ir embora, era apostar no porto da Praia com determinação e eficácia, era fazer crescer a economia para não depender dos americanos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nisso estamos de acordo, Sr. Presidente.

Façamos todos aquilo que compete a cada um e sobretudo ao Governo Regional.

Sobretudo exijam do Governo da República aquilo que tem de fazer, que tenha a seriedade de, se no outro Governo era necessário 250 milhões de euros diretamente do Governo da República, tínhamos todos, e para isso contem com o CDS, que exigir a este Governo da República que invista os mesmos 250 milhões de euros relativamente ao Plano de Revitalização da Ilha Terceira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):

Muito bem!

O Orador: Vamos embora, Sr. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para dizer, em nome do PSD, em relação ao debate que aqui está, duas questões que são importantes clarificar.

Em primeiro lugar, em relação à descontaminação da Ilha Terceira, dos passivos ambientais deixados pelos americanos, nós entendemos e renovamos que isso é uma responsabilidade do Estado Português porque foi quem teve o relacionamento com o Estado Americano e o Governo dos Açores e os açorianos o que têm de exigir é ao Estado Português que resolva o problema e que entretanto, se puder passar a fatura justamente aos americanos deve fazê-lo, mas a primeira responsabilidade cabe ao Estado Português em relação aos passivos ambientais e nisso penso que não há grandes dissonâncias.

Agora as dissonâncias que existem entre a Região e a República são também a outro nível, mas há outras dissonâncias internas, porque matérias desta índole foram sempre conversadas internamente e contaram da parte do PSD-Açores sempre com toda a solidariedade, sentido de Estado e contarão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E uma das matérias que estava assumida nesta plataforma de sentido de Estado era que uma das mais-valias para tentarmos criar condições de alternativa da presença militar americana na Ilha Terceira era a capacidade

de casas dos americanos que lá estavam. Era algo consensual na Região Autónoma dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): É isso que estamos a fazer, mas os senhores estão contra!

O Orador: Se esse consenso desapareceu não foi pela parte do PSD-Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós continuamos convictos de que este consenso é necessário, que estas casas podem ter um papel importante na revitalização da componente militar da Base Americana.

Os senhores optam pelo mais simples, que é a parte de criar um discurso populista: as casas estão ao abandono, precisamos delas.

O Sr. Vice-Presidente do Governo, sem que ninguém soubesse como, que as casas nem são dele, nem estão em condições, começou a oferecê-las.

Não quer falar de quanto é que vai pagar a cada um dos programadores, não quer falar de quanto é que vai pagar a cada um dos formandos. Isso ele não quer!

O que queria era fazer um show-off, pensando que talvez ninguém perceberia, de oferecer casas que não estão em condições, que não são suas, e que estavam ali num outro sentido de negociação de questões de Estado, que continuamos a achar que são importante e continuamos a achar que a infraestrutura militar norte-americana pode ter ainda muito potencial económico para a Ilha Terceira e para os Açores, que devem ser estudadas as alternativas, mas paralelamente a isso, ou para além disso, essa infraestrutura militar que prejudicou os terceirenses com os passivos ambientais deve ser responsabilizada no seguimento do Estado Português assumir os passivos ambientais como responsabilidade sua na Ilha Terceira.

Deputados Luís Maurício e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu hoje vejo-me aqui impelida a falar não sobre números, mas sobre pessoas; não sobre verbas, nem pagamento a formandos, mas sobre investimento no futuro.

E aqui lanço um desafio aos Deputados do PSD, nomeadamente os da Ilha Terceira, é que o que se está aqui a falar, e há um projeto já muito concreto em mão, que é a Academia do Código, que nós, Deputados da Ilha Terceira, tivemos o imenso gosto de ir lá e nos sentarmos com estes 20 formandos.

Lanço o desafio a que os Deputados do PSD vão lá...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e perguntem até que ponto a verba que está a ser investida nestes formandos é para eles uma mais-valia no seu futuro ou não? Eu lanço este desafio.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: E lanço mais ainda: para nós, para o Partido Socialista e para o Governo, um açoriano, vinte açorianos, mil açorianos e estas estratégias valem de muito.

Obrigada.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, só uma questão relativamente à cooperação financeira às freguesias.

Efetivamente verifica-se uma redução nesta verba inscrita, logo este ano em que sabemos que a partir do dia 1 de janeiro entra em vigor o novo sistema contabilístico, o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, e em que as muitas Juntas de Freguesias ou a maioria das Juntas de Freguesia não têm o software necessário. Eventualmente terão de adquirir hardware para instalar este software, o que se calhar não faz muito sentido ou deveria ser repensava esta rubrica às Juntas de Freguesia.

Também não deveria ser pensada e assegurada a formação aos funcionários das Juntas de Freguesia, uma vez que vão sair novas exigências que a partir do dia 1 de janeiro deverão ser asseguradas?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à dotação que tem para apoio no âmbito da cooperação com as Juntas de Freguesia, gostaria de dizer que nos termos da legislação em vigor as candidaturas serão apresentadas até ao dia 28 de fevereiro.

Essas candidaturas incluem o apoio no âmbito do software ou do hardware e de pequenas reparações nos edifícios, Juntas e mobiliário.

Portanto, é dentro desse enquadramento que será definido, mas é um princípio que sempre tivemos no âmbito desse apoio.

Quando há uma atualização do software, evidentemente essa atualização do novo software será apoiada para todas Juntas de Freguesia que se candidataram. Foi assim que fizemos no passado e é assim que iremos continuar a fazer e não haverá, desse ponto de vista, limitações no âmbito dessa ação para com o cumprimento desse compromisso.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Julgo não haver mais inscrições. Considerando também o nosso horário e para não interrompermos as intervenções de tribuna, vamos também encerrar os nossos trabalhos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que informe dos tempos restantes e recomeçaremos às 15H00 com as intervenções de tribuna sobre esta matéria.

Sr. Secretário...

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Governo Regional tem 193 minutos e 19 segundos;

O PS tem 227 minutos e 18 segundos;

O PSD tem 139 minutos e 40 segundos;

O CDS tem 39 minutos e 10 segundos;

O Bloco de Esquerda 7 minutos e 1 segundo;

O PCP 15 minutos e,

O PPM 4 minutos e 53 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Bom almoço a todos. Regressamos às 15H00.

Eram 12 horas e 55 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Vamos retomar os nossos trabalhos. Iniciam-se agora as intervenções de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e restantes Membros do Governo, Caros Açorianos:

Em março passado, subimos a esta tribuna convictos do rumo que estamos a seguir, com esperança fundamentada num futuro melhor para a nossa Região.

Passados 8 meses, os **principais indicadores económicos renovam esta nossa convicção** e fazem com que a esperança que tínhamos, seja já uma realidade.

Os Açores, graças às políticas públicas e ao esforço dos nossos trabalhadores e empresários, **estão no rumo certo.**

Os Açores, como se lê, constata e ouve por aí, estão na moda e isso não acontece apenas no Turismo!

Vivemos hoje num **contexto de estabilidade orçamental e de recuperação económica.**

É por isso que o Plano e Orçamento da Região para o próximo ano **tem um valor, estável, de 1.292 milhões de euros**, dos quais 753 são destinados a investimento público, o que transmite previsibilidade e confiança aos agentes económicos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Os grandes objetivos do investimento público, para o próximo ano, abrangem áreas tão importantes como:

- O **“Fomento do Crescimento Económico e do Emprego”**, através da atribuição de incentivos ao investimento privado e ao reforço da

competitividade em setores como a Agricultura, as Pescas e o Turismo, representando assim 53% do investimento total;

- Ou também o “**Reforço das Qualificações e Melhoria da Qualidade de Vida dos Açorianos**”, onde se inclui o investimento em áreas primordiais para o Partido Socialista, como a Educação, a Saúde, a Habitação e o Apoio Social, entre outros;

- Mas também, a “**Melhoria das nossas Acessibilidades e Reforço da Coesão Territorial**”, que abrange os transportes (marítimos, aéreos e terrestres), bem como as obras públicas, equipamentos e tecnologia.

Este investimento só é possível de concretizar porque, de facto, os **Açores vivem hoje um novo ciclo de desenvolvimento económico – em que as receitas próprias, no valor de 734 milhões, superam já as nossas despesas de funcionamento.**

Na prática isto significa que temos hoje, maior **capacidade** financeira para **assegurar as despesas de funcionamento**, com a educação, saúde e apoio social, **libertando ainda verbas para investimento.**

Ou seja, o aumento das receitas próprias permite **reforçar a nossa autonomia financeira** - em mais 45 milhões de euros para 2018.

No entanto, é ainda importante realçar que **mesmo em períodos mais exigentes**, os Açores foram a única região do país que:

- **não recorreu a um programa de assistência financeira;**
- **que conseguiu manter o nível de impostos como os mais baixos do país e até da Europa;**
- **que manteve um défice inferior ao país e à Região Autónoma da Madeira;**
- **e, simultaneamente, teve um crescimento do PIB superior à média nacional.**

E foi graças a este **rigor orçamental do Governo dos Açores**, mas também **ao esforço das famílias e empresas** que hoje já temos uma **taxa de desemprego de 8,2%**, e que já está abaixo da média nacional.

Passados 3 anos do auge da crise, temos hoje **mais 13 mil Açorianos empregados** e reduzimos para **mais de metade a taxa de desemprego**.

Perante factos tão concretos, é caso para dizer que a estratégia do Governo dos Açores e do Partido Socialista (no âmbito da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego e Competitividade Empresarial), foi **a mais acertada e tem vindo a produzir bons resultados**.

No entanto, **temos pena que o emprego já não seja uma prioridade** para alguma oposição, que se diz responsável.

Para nós, **Grupo Parlamentar do Partido Socialista**, a redução do desemprego e criação de mais emprego e de melhor qualidade, **continua a ser uma prioridade e os Açorianos sabem que podem contar connosco**.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Apoiamos, por isso, as recentes medidas anunciadas no **Conselho de Governo Extraordinário, para:**

- o **combate à precariedade laboral, mas sobretudo à criação de mais emprego, mais estável e melhor remunerado**.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Felizmente, temos hoje um crescimento económico sólido e sustentável. Temos maior diversificação da atividade económica, com destaque claro para o **Turismo**, que alavanca a economia regional e regista sucessivos recordes no número de visitantes, dormidas e rendimentos;

Mas não podemos, nem nos devemos esquecer de **outros setores estratégicos para a Região**.

- Nas **Pescas**, por exemplo, os rendimentos médios dos pescadores têm vindo a aumentar de forma gradual, não apenas pelo facto de pescarmos menos, mas sobretudo **porque vendermos melhor**.

- E na **Agricultura**, já começam a surgir sinais de recuperação dos rendimentos, apesar de ligeiros e ainda não serem os desejáveis, devido ao contínuo investimento do Governo na modernização das infraestruturas e explorações agrícolas e, também, aos apoios disponibilizadas ao setor.

Mas é, também, verdade que ainda há trabalho a fazer e desafios a ultrapassar, em várias áreas, **mas não podemos ignorar o muito que já foi feito e que já estamos numa nova fase de desenvolvimento**.

Este novo ciclo de crescimento é já bem visível nos inúmeros investimentos públicos e privados em curso e no aumento da confiança das famílias e dos empresários, com impacto positivo no nosso dia a dia.

O Orçamento Regional para 2018 realça a opção, também, seguida pelo Governo em dar **prioridade à redução do IRS e dos impostos sobre o trabalho**.

Esta redução fiscal irá beneficiar todos os contribuintes, devolvendo cerca de 14 milhões de euros, aos trabalhadores Açorianos.

O orçamento vem, igualmente, reforçar a justiça social e repor direitos dos trabalhadores, através do **descongelamento de carreiras**.

Teremos assim, em 2018, o aumento do **rendimento disponível das famílias em mais 28 milhões de euros**, o que reflete bem a prioridade do Governo dos Açores e o “património” do Partido Socialista, nesta matéria.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Em suma, temos um Orçamento e um Plano de Investimento, para o próximo ano, **vocacionado para um Novo Ciclo de Desenvolvimento para a nossa terra**, que reforça o rendimento das famílias, que investe no fomento empresarial e que aposta na qualificação e estabilidade do emprego.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Tudo isto está a ser feito de **forma responsável, e repito, de forma responsável** - salvaguardando o nosso equilíbrio orçamental e a autonomia financeira – sem populismos, sem ir atrás de modas transitórias e sem favorecer, alguns interesses corporativos, **em desfavor de um todo e do interesse comum.**

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Sabemos bem quais as **políticas públicas e investimentos que devemos realizar no futuro.**

Aliás... nem poderia ser de outra forma, pois seguir um rumo alternativo, seria defraudar a **confiança** que os Açorianos depositaram no projeto do Partido Socialista.

Foi este projeto que procuramos, de forma humilde, concretizar nestes dois documentos aqui em discussão.

Por tudo isso, **este é um bom Orçamento e Plano de Investimentos** para a Região e para os Açorianos!

Disse.

Muito Obrigado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Julgo não haver. Avançamos agora para a próxima intervenção de tribuna. Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

No passado dia 6 de novembro, o Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, em mensagem dirigida à 7.^a Conferência das Nações Unidas Contra a Corrupção dizia, e cito: “A corrupção pode ocorrer em qualquer lugar. Eu já vi como a corrupção atinge os mais pobres, os mais fracos e vulneráveis da sociedade. A corrupção pode negar o acesso das pessoas aos serviços de saúde, à educação e a oportunidades económicas (...) A corrupção arruína a possibilidade de as pessoas acreditarem na boa governança. Ela pode permitir o acesso de uma pequena elite do poder à prosperidade, enquanto os outros pagam a conta, causando sérios danos na relação entre um Estado e os seus cidadãos.” E acrescentou: “Eu sinto-me encorajado por ver instituições legais em muitos países a tomar ações decisivas contra altos níveis de corrupção.” – fim de citação.

A Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção assume a prevenção como um dos pilares da luta contra essa praga. Passados 14 anos desde a sua elaboração, a 7.^a conferência que decorreu este mês assumiu como lema: “Combater a corrupção para atingir objetivos de desenvolvimento sustentável”. É sob este auspício que o Grupo Parlamentar do PSD irá apresentar no decorrer deste debate um conjunto de propostas destinadas a colocar os Açores na rota da prevenção dos riscos de corrupção, a par de outras destinadas ao melhoramento da nossa democracia, conferindo mais transparência na relação do poder político com os cidadãos.

Desde 2009 que se elaboram os planos de prevenção dos riscos de corrupção e infrações conexas.

No entanto, não obstante as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, muitos desses planos ou não existem, ou não estão divulgados, ou estão desatualizados. Acresce que não são conhecidos relatórios de execução dos planos de prevenção da corrupção e este parlamento desconhece por completo a sua implementação.

Conforme considera aquele Conselho de Prevenção: “A atividade de gestão e administração de dinheiros, valores e património públicos, (...) deve, (...), pautar-se por princípios de interesse geral, nomeadamente, da prossecução do interesse público, da igualdade, da proporcionalidade, da transparência, da justiça, da imparcialidade, da boa fé e da boa administração”; sendo que: “o fenómeno da corrupção constitui uma violação clara de tais princípios”.

A prevenção dos riscos de corrupção e infrações conexas; o peculato, a participação económica em negócio, o recebimento indevido de vantagem, a fraude fiscal, o branqueamento de capitais, a prevaricação, entre outros, assumem particular importância quando se torna comumente aceite que a corrupção e a pobreza são fenómenos indissociáveis.

E bem sabemos que nos Açores a pobreza continua, persistentemente, a atirar a região para os piores indicadores nacionais.

Acreditamos que estas matérias a todos preocupam e estamos convictos de que partilhamos a motivação em melhorar os mecanismos de prevenção da corrupção, a sua divulgação e o conhecimento sobre quem está mais exposto a esses riscos e em que cargos.

É também necessário que se conheça o atual estado de execução dos planos de prevenção.

É assim que também defendemos uma maior transparência na atividade governativa.

A transparência constitui um forte contributo para a prevenção dos fenómenos ligados à corrupção.

Nesse sentido, escrevia o então Deputado Berto Messias e cito: “O esforço que todos têm de fazer para recuperar a confiança entre os portugueses e as instituições passa, em grande medida, pelo combate implacável à corrupção, ao enriquecimento ilícito...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: ... e à promiscuidade inaceitável entre política e negócios...”

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Grande fonte de inspiração!

O Orador: ... e acrescentava: “Em muitos casos, basta vontade política para alterar o quadro legal português que regula estas questões...”, fim de citação.

Esse desafio, nos Açores, convoca não só o agora Secretário Regional Berto Messias, mas todos os que acreditam na sociedade democrática.

Sabemos bem que nos Açores o peso da administração no dia-a-dia dos açorianos, das instituições e das empresas é incomensuravelmente maior do que noutros locais. Contudo, os mecanismos de controlo da atividade da administração são significativamente menores ou com crónicas carências de meios.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Pretendemos, por isso, e em nome da transparência, que qualquer processo de privatização não dispense a nomeação de uma comissão especializada, tal como prevê a respetiva lei-quadro e é recomendado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Também é crucial que os Açores disponham de um Instituto Regional de Estatística, livre e independente e com um presidente eleito por maioria de 2/3 nesta Assembleia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É igualmente essencial que o Governo não possa, persistentemente, continuar a abusar da emissão de cartas de conforto, ao arrepio da transparência como, recorrentemente, tem alertado o Tribunal de Contas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Esta Assembleia não pode estar à margem destes assuntos, exigindo-se maior envolvimento dos representantes do povo açoriano nestas questões que são elementares para que se cumpra a verdadeira democracia.

Ainda a favor da transparência, torna-se decisivo a implementação de uma cultura de conhecimento de eventuais conflitos de interesses por parte de quem, nos Açores, detém o poder de decisão em procedimentos da administração regional.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Com estas concretizações, damos alguns passos para uma sociedade mais justa, uma democracia empenhada na transparência dos seus processos e mais prevenida no que toca a fenómenos como a corrupção, que impedem o desenvolvimento sustentável.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD apela às senhoras e senhores deputados para que se envolvam na concretização de uma verdadeira democracia nos Açores.

Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Estaremos, assim, a servir os açorianos.

Termino parafraseando o então deputado Berto Messias: basta vontade política para alterar o quadro legal que regula estas questões.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por dizer que, conhecendo já há algum tempo o Sr. Deputado João Bruto da Costa, nunca me ocorreu como provável que um dia nesta Assembleia eu me levantasse para dizer que subscreveria na íntegra os objetivos de uma intervenção do Sr. Deputado Bruto da Costa.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Então as nossas propostas vão ser votadas a favor!

O Orador: Isto só abona em mérito do Sr. Deputado Bruto da Costa.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Mas só vontade não chega, Sr. Presidente!

O Orador: E gostaria de dizer que por comunidade, por conveniência de tempo, ou por simples organização, a intervenção do Sr. Deputado Bruto da Costa toca em vários assuntos, embora de natureza diversa, com o enquadramento também ele diverso, mas que em relação a isso gostaria de ir por partes.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Vai anunciar a renovação da Vice-Presidência!

O Orador: Em primeiro lugar, em relação à questão do combate à corrupção. Esta não é, na nossa perspetiva, uma matéria de partidos. É um objetivo de

todos e gostaria de, também aqui, dar nota de forma muito clara do compromisso que o Governo tem com esse objetivo.

Aliás, desde junho deste ano que a Inspeção Administrativa Regional dos Açores, está a realizar um trabalho junto de diversos serviços da Administração Regional, exatamente para aferir do cumprimento e da conformidade que cada um destes serviços dá quanto ao estipulado na lei no que se refere aos planos de combate à corrupção que são, de acordo com a lei, obrigatórios para vários serviços.

É, pois, uma matéria na qual estamos empenhados e disponíveis naturalmente para analisar todas as propostas que possam surgir nesta matéria, porque mais uma vez, digo e reafirmo, esse objetivo não é um objetivo de partidos, é um objetivo comum a todos, instituições e a todos aqueles que naturalmente têm um saudável entendimento daquilo que aqui está em causa.

Em segundo lugar, dizer que a ação que o Governo tem tomado nesta matéria, e nomeadamente nesta questão relativa ao trabalho que desde junho deste ano está a ser desenvolvido pela Inspeção Administrativa Regional, tem a ver com não a forma como o Governo de forma casuística entende que se deve fazer, mas segundo aquilo que estabelece a lei, porque convém também não esquecer que a lei estabelece e enquadra aquelas que são as obrigações e aquele que deve ser, no fundo a atuação das entidades administrativas sobre esta matéria.

Naquilo que tem a ver com esta componente de combate à corrupção fica, pois, aqui devidamente registado o facto de o Governo subscrever os objetivos dessa parte da intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa, em nome do PSD, e manifestar toda a disponibilidade para podermos trabalhar e aperfeiçoar tudo aquilo que for necessário trabalhar e aperfeiçoar na nossa Região para esse efeito.

Acredito, por isso é que disse que o Sr. Deputado Bruto da Costa juntou outras matérias na sua intervenção que, não relevando na componente da corrupção

pode-se entender que têm outra componente quanto à transparência, pois não creio que, quer na componente das cartas de conforto, quer na componente do INE, esteja a referir-se à corrupção, mas quer em relação a uma, quer em relação a outra, cá estamos e cá estaremos não apenas para explicitar aquilo que fazemos no presente, mas também para explicitar aquilo que tem sido o nosso percurso e o percurso da nossa Região nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Bom, não sabia que este dia ia chegar, mas vá lá, chegou!

Estamos de acordo em relação a alguma coisa, o que já não é mau, neste Parlamento, e uma coisa importante, Sr. Presidente, uma coisa muito importante na vida das democracias e que conforme eu tentei enquadrar é um problema das sociedades, um problema das sociedades democráticas que atravanca o seu desenvolvimento e que é fundamental atuarmos no capítulo da prevenção, que é aquele nos toca enquanto políticos, para podermos evitar que esses fenómenos atrasem o desenvolvimento das sociedades, neste caso dos Açores.

Mas fica o desafio, Sr. Presidente, fica o desafio porque os fenómenos ligados à corrupção também passam pelas questões da transparência democrática,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque a ocultação, os processos decisórios por debaixo de qualquer capa que exista no seio da relação entre o poder político e os Deputados ou a sociedade, entre o poder político e as empresas e a sociedade civil, os fenómenos ocultos ou pouco transparentes, são aqueles que muitas vezes escondem, sob a sua capa, fenómenos da corrupção. E o PSD/Açores irá

neste debate apresentar um capítulo de alteração ao Orçamento Regional para 2018, exclusivamente dedicado à prevenção da corrupção e à transparência no processo democrático.

E o desafio que eu faço, e que fiz a todas as Sras. e Srs. Deputados e ao Partido Socialista, é que embarquem connosco neste desafio para termos não só um Instituto de Estatística independente, não só os Planos de Prevenção realmente a serem executados e implementados, os Planos de Prevenção da Corrupção a serem executados e implementados, mas o Serviço de Estatística independente, que é fundamental.

Os senhores gostam de citar o EUROSAT e o INE.

Por acaso e por alguma razão não gostam de citar muitas vezes o Instituto Regional de Estatística, porque sabem que está sob um embargo de independência relativamente à sua estrutura e à sua atividade.

Mas relativamente ao Instituto Regional de Estatística, às Cartas de Conforto, é essencial atuarmos nessa matéria da transparência, porque ela é fundamental para que todos saibamos com o que é que estamos a lidar, mas também, e porque isso é recomendado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, que seja nomeada a Comissão Especializada para qualquer processo de privatização que venha a ocorrer nos Açores, para que essa Comissão Especializada possa acompanhar esse processo prevenindo assim fenómenos da corrupção.

Mas também relativamente à Inspeção Administrativa Regional, iremos fazer propostas para melhorar a sua atuação, a sua independência e a sua forma de se relacionar com os açorianos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção no sentido de deixar claro à câmara e àqueles que eventualmente nos seguirão que a partilha das preocupações manifestadas pelo Sr. Deputado Bruto da Costa em relação a questões que envolvam corrupção no funcionamento da Administração é absoluta da parte da bancada parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. Deputado fez-nos um desafio para que embarcássemos. Nós já estávamos na barca quando o Sr. Deputado fez esse desafio.

Nós estamos nessa barca há algum tempo, porque temos essa preocupação como essencial na atuação política e, aliás, só para dar algum fundamento àquilo que eu estou a dizer, nós fomos percussores de iniciativas que visam a transparência na atividade desta Assembleia.

Nós propusemos e está em apreciação em Comissão uma iniciativa que visa garantir a transparência do funcionamento e a aproximação entre os agentes políticos desta Assembleia e as pessoas que neles votaram.

Portanto, nós temos esse capital, nós temos esse tipo de preocupações. Aquelas que o Sr. Deputado salientou, nós também temos.

Agora há aqui uma questão que me parece que deve ser salientada. É que essa ligação que o senhor faz entre o Instituto Nacional de Estatística e o Serviço Regional de Estatística e a corrupção, para nós é algo que não faz absolutamente sentido nenhum.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E as Cartas Conforto e a Inspeção Administrativa?

O Orador: E eu acho que se não faz para nós também não deve fazer para a maioria dos açorianos, porque ter estatísticas rigorosas e de qualidade nós acompanhamos essa preocupação; ter dados convenientemente tratados...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Das Cartas Conforto e da Inspeção Administrativa, não se fala em nada disso!

O Orador: ... para que possamos todos perceber o estado da economia regional e da vida dos Açores, nós concordamos em absoluto.

Agora, que isso tenha alguma coisa a ver com corrupção...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Transparência!

O Orador: ... o senhor vai ter que explicar um bocadinho melhor para que nós possamos perceber.

Do mesmo modo, a questão das Cartas Conforto é também algo que eu não percebo em ligação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Tribunal de Contas!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Tribunal de Contas já explicou! Os senhores só querem medidas “fofinhas”!

O Orador: Eu presumo que os senhores serão capazes de explicar a ligação das Cartas Conforto com a questão da corrupção.

Portanto, se o senhor pretende estabelecer umnexo de casualidade, do nosso ponto de vista ele não existe. Se por acaso pretendeu juntar duas coisas na mesma intervenção, então se faz favor explique à câmara que são dois assuntos que não têm nada a ver um com o outro, mas que o preocupam na mesma.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É o capítulo novo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas para responder muito concretamente ao Sr. Deputado André Bradford. Por acaso o Serviço Regional de Estatística dos Açores é uma das instituições que têm implementado, embora que desatualizado, o seu Plano de Prevenção Contra a Corrupção.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Assim ainda me ajuda mais!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não tem nada a ver com corrupção! Transparência!

Deputado Duarte Freitas (PSD): A Unidade de Saúde de São Miguel não tinha esse Plano de Prevenção!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então continuar com as intervenções de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputado André Bradford (PS): Ligue o micro e diga isso de modo a ficar registado! Estás a falar cada vez mais baixo!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estou a dizer que há um plano de prevenção ainda em nome da Secretaria da Economia!

Presidente: Vamos permitir que a Sra. Deputada Graça Silva faça a intervenção.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já aqui ouvimos os números que atestam que se vive um Novo Ciclo nos Açores. Todos sabemos, e sentimos, que este Novo Ciclo se traduz numa melhoria da qualidade de vida de todos nós. Mas há, pelo menos, mais 13 mil açorianos que, de forma muito concreta, sabem bem que estes números são reais – os açorianos que, depois dos anos em que a austeridade nacional os

lançou para as estatísticas do desemprego, encontraram finalmente a estabilidade por que tanto ansiavam.

A vida das pessoas está, para nós, muito acima de qualquer tabela de Excel. Há famílias açorianas concretas que sabem que foi criado mais emprego na Região. Há trabalhadores açorianos concretos que voltaram a integrar o mercado de trabalho. Há empresas açorianas concretas que estão a criar postos de trabalho para responder ao crescimento da economia. O Partido Socialista, através do seu Governo nos Açores, esteve empenhado, sem descanso, no combate acérrimo aos elevados números do desemprego, que se fizeram sentir em resultado da crise nacional e internacional.

Os resultados que alcançámos, em conjunto com os empresários da Região e com os representantes dos trabalhadores, foram muito positivos. Em pouco mais de três anos, reduziu-se para mais de metade a taxa de desemprego. E mesmo agora, numa altura em que também aumenta a população ativa, é possível reduzir o desemprego e aumentar a criação de postos de trabalho. Veja-se o que aconteceu no terceiro trimestre deste ano, em que a população empregada é a maior desde 2008.

Mas há ainda – e sempre haverá – um caminho a fazer. Somos capazes de ver, com alegria, o muito que tem sido feito (e bem) nesta matéria, mas somos igualmente capazes de perceber, com preocupação, que persistem situações às quais temos de conseguir responder. Não virámos a cara à luta numa altura difícil e não o faremos agora, em que ainda há açorianos que precisam de um emprego e outros que precisam de emprego mais estável.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Enquanto soubermos de um açoriano em situação de desemprego, não descansaremos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Enquanto soubermos de um açoriano sem trabalho, e por isso fragilizado na sua estabilidade e na sua vida, não desistiremos.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito bem!

A Oradora: Enquanto soubermos de um açoriano a trabalhar em condições precárias, não renunciaremos à luta.

É nosso compromisso apoiar todas as medidas que visem a criação de emprego, mas a nossa atenção também está focada na garantia de que esse emprego deve ser sustentado, qualificado e justamente remunerado.

Para o Partido Socialista, a alternativa ao desemprego não é, nem nunca será, a precariedade. Um emprego sem condições e sem dignidade fragiliza não só o trabalhador como as suas famílias, as empresas e a sociedade no seu todo.

Com as metas traçadas no Plano e Orçamento para o próximo ano, e com a reorientação das políticas de empregabilidade – anunciadas no âmbito do Conselho de Governo Extraordinário –, o Governo dos Açores garante as condições para aumentar os rendimentos dos trabalhadores, reforçar e investir nas suas qualificações e assegurar estabilidade no emprego.

A celebração de contratos de trabalho sem termo, a integração de beneficiários de programas ocupacionais, os apoios à integração nos quadros das empresas açorianas e os incentivos para a criação do próprio emprego, são apenas algumas das medidas que demonstram o total empenho que existe em ter mais emprego, mas também em ter melhor emprego.

Neste sentido, importa referir algumas das decisões tomadas pelo Governo Regional em Conselho de Governo Extraordinário, no passado dia 20, e que visam, por um lado, criar novos programas, e, por outro, alterar e ajustar os já existentes, a saber: a criação do Programa de Estabilidade Laboral Permanente, que tem como objetivo promover a criação de novos postos de trabalho permanentes, através de apoios às entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho sem termo a trabalhadores que tenham sido contratados a

prazo ao abrigo de Programas de Emprego; o desenvolvimento de alterações aos Programas de Emprego, como o Integra, o Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário (L e T), entre outros, por forma a tornar os apoios à contratação sem termo mais atrativos e benéficos para as entidades empregadoras do que os existentes para a contratação a termo; o ajustamento dos Programas como o PROSA, o SEI e o RECUPERAR, com o objetivo de reforçar os direitos dos beneficiários, designadamente com a clarificação ao nível do horário.

Portanto, continuar a diminuir as situações de desemprego, aumentar o rendimento do trabalho, fomentar um emprego estável e qualificado não são promessas, são realidades – muitas já concretizadas, algumas em marcha, outras a concretizar, sempre em parceria com os açorianos.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: A batalha pelo emprego, por condições laborais dignas, por emprego seguro e melhor remunerado, é uma batalha permanente, que o Partido Socialista tem liderado sempre, tem tomado como sua e como um dos seus maiores desafios. Os açorianos sabem-no muito bem e podem contar sempre connosco.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos passar à próxima intervenção de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Orçamento para 2018 contempla uma previsão de despesa quase idêntica à do ano anterior. Porém, ao nível da receita, é assinalável o aumento das receitas fiscais: relativamente ao orçamento de 2017 serão mais 40 milhões de euros, e relativamente ao executado em 2016 mais 81 milhões de euros.

A proposta apresentada no início de 2017 pelo PSD para reposição do diferencial fiscal do IVA, contribuiu, para que associações empresariais e sindicais tivessem apresentado uma proposta de pacote fiscal.

Como se previa, o Governo apenas fez uma encenação de concordância inicial. Prova disso foi que numa primeira reação do Sr. Presidente do Governo, com algum cinismo, valorizou a proposta. Numa segunda reação, o Sr. Vice-Presidente remeteu-a para um estudo por uma “entidade externa especializada”. E, recentemente, coube ao Sr. Diretor Regional do Orçamento e Tesouro, julgamos que por encomenda, desmerecer a proposta, tentando assim desviar as atenções do tema definitivamente.

Confessamos que não nos surpreendeu, mas surpreendeu os parceiros sociais, tendo abalado a confiança que se afigura essencial entres estes e o Governo.

Esperamos que nesta discussão de proposta de Orçamento o Governo reconsidere a sua posição.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As propostas em discussão de Plano e Orçamento para 2018 são documentos que representam a continuidade das políticas até aqui executadas.

Nem o seu conteúdo e estratégia, nem a sua expressão financeira, representam qualquer alteração ao passado, ainda que o discurso político do Governo, dado

o seu desgaste e cansaço, queira dar a ideia, aparente, de um novo ciclo, servindo-se, apenas, de alguns indicadores conjunturais favoráveis para o efeito. Depois de um longo período de estagnação, o Produto Interno Bruto da Região em 2015 e 2016, cresceu 1,7% e 2,1% respetivamente, sendo certo que o crescimento do turismo e os seus impactos noutros sectores, terá sido a causa quase exclusiva desse crescimento.

Sobre este crescimento afirmou o Dr. Jaime Gama recentemente e cito:...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já citámos Berto Messias, agora Jaime Gama e não estão satisfeitos!

Deputado Francisco Coelho (PS): É sempre bom saber que socialista apresentado é socialista venerado!

O Orador: *“É certo que a Região vive um crescimento económico, gerado e muito estimulado pelo Turismo.”* acrescentando que *“O crescimento económico surgiu pelo lado da surpresa, do inesperado, do não projetável nos cenários avisados dos que entendem que o modelo da recuperação económica deve ser o modelo do estímulo público.”*

Os restantes setores essenciais da economia açoriana, continuam em sérias dificuldades, designadamente a fileira do leite, que constitui a principal produção regional ou as pescas, persistindo graves problemas que afetam o rendimento de centenas de pescadores.

Entre 2012 e 2015, a dívida global do sector público empresarial, cresceu 26,5%, atingindo 2.042 milhões de euros.

Este valor, adicionado às responsabilidades decorrentes das Parcerias Público Privadas, atingiu 2.603 milhões de euros, isto é, quase 70% do PIB regional.

O emprego e os seus principais indicadores melhoraram, reconhecemos e valorizamos. Mas mantêm-se sinais que nos preocupam.

Desde logo pela precaridade do emprego.

Se por um lado a taxa de desemprego, de acordo com o INE, baixou no 3.º trimestre para 8,2%, ligeiramente abaixo do valor no país, o número de desempregados registados nos centros de emprego, entre janeiro e setembro baixou 9,4% enquanto a redução mas no país a redução foi de 19,4%.

Os açorianos em programas ocupacionais, tendo decrescido desde o início do ano, ainda representam três vezes mais do que a média nacional. E foram gastos de fundos europeus mais de 90 milhões de euros.

As medidas recentemente aprovadas pelo Governo em matéria de estímulo ao emprego comprovam o falhanço das políticas económicas do Governo, que não foi capaz de libertar a sociedade civil...

Deputados Bruno Belo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... – os empresários – para uma dinâmica que permitisse a criação de emprego e a existência de emprego com estabilidade.

Mas teremos de esperar pela sua regulamentação, para uma avaliação mais fundamentada.

Por último, o Governo Regional é ele próprio agente da precariedade, seja nos setores da saúde seja da educação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os diversos pareceres emitidos pelos parceiros sociais e conselhos de ilha sobre a proposta de Plano 2018, são coincidentes na partilha do descrédito. As sucessivas baixas execuções em anos anteriores, designadamente em 2016 com apenas 70%, e a inscrição sucessiva de obras que não se realizam, revelam pouco seriedade na sua elaboração.

O Plano, que deveria constituir um instrumento fundamental de política económica, tem servido para alimentar momentos de propaganda política. Criam-se expetativas às populações e aos agentes económicos, que depois não passam do papel.

Depois dos Açores disporem no período 2007-2013 mais de 1.500 milhões de euros de verbas de fundos comunitários, e de no atual quadro comunitário ter sido assegurado o mesmo nível de apoios, a economia cresceu de forma insipiente e a dívida pública regional continua a crescer significativamente.

Daí que é importante, e falei de manhã, qualquer previsão perante um volume de recursos tão significativos para a Região, pressuponha que quem da parte do Governo fizesse uma previsão do seu impacto fosse sério. Não seria extraterrestre ser sério na previsão e ser realista e isso não foi o que foi feito pelo Sr. Vice-Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Prever 5,4% de crescimento ao ano para 10 anos, não é realista, não é sério.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): O que é que o senhor quer dizer com isso?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Exatamente o que acabou de dizer!

O Orador: O insucesso na última década dos resultados da economia açoriana e da situação social de milhares de açorianos, apesar da disponibilização de elevados fundos europeus, a par das transferências da República e do significativo aumento do endividamento, merecem muita reflexão na sociedade açoriana.

O governo tenta esquivar-se a esta reflexão, ora culpando a conjuntura externa, ora valorizando a melhoria conjuntural de alguns indicadores.

Não pode o mesmo governo, quando a situação económica se degradou e os indicadores regionais se afundaram, enjeitar responsabilidades, culpando a República e a conjuntura internacional.

Mas, por outro lado, quando os mesmos indicadores dão sinal de alguma recuperação, tal como recuperou a conjuntura externa, reclamar agora a responsabilidade do aparente sucesso das suas políticas.

Existem razões de fundo para o insucesso.

Importa alterar o rumo e a estratégia.

Importa diminuir o peso do setor público na economia e no emprego.

É fundamental extinguir empresas públicas que desempenham funções coincidentes com a atividade de departamentos da administração regional ou funções económicas fora do âmbito de serviços públicos essenciais.

Importa repensar a aplicação dos fundos europeus para que sejam reprodutivos.

O governo teima em não devolver aos açorianos e às empresas, qualquer fatia do aumento das receitas fiscais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é seguramente por visão económica. É, apenas, a “receita” da dependência que melhor contribui para segurar o poder e controlar a sociedade.

Deputados João Bruto da Costa e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Subordina-se o interesse da economia, aos interesses da preservação do poder.

Os apoios às empresas – e são significativos, reconhecemos – só são eficazes se estas forem competitivas no mercado. Aumentar a competitividade das empresas passa por reduzir mais os impostos, ainda que sejam baixos no contexto nacional.

Passa por reduzir custos de transportes e melhorar a sua qualidade.

É condição essencial captar investimento externo.

A formação bruta de capital fixo nos Açores (Investimento), baixou mais de 53% entre 2007 e 2014, último ano que existem dados disponíveis, passando de 1.056 milhões de euros para 494 milhões de euros.

Sem investimento privado significativo e sem um contexto muito favorável para o seu surgimento, os Açores não alcançarão níveis superiores de desenvolvimento.

As opções económicas que não resultaram no passado, dificilmente terão no futuro resultados diferentes e consistentes

Disse!!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Passamos então à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Monteiro.

Deputado Roberto Monteiro (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

Relevar a estratégia regional de Reforço da Competitividade e da Atratividade da Economia Açoriana é algo que faço com convicção, com testemunho e com compromisso.

As políticas e os programas de Desenvolvimento Económico, preconizados na Proposta do Plano em discussão, demonstram Visão; apostam na Qualidade e na Sustentabilidade e têm um forte enfoque na Coesão Regional.

Não é possível operacionalizar um Rumo que prioriza as Empresas e as Famílias sem conceber um Novo Ciclo de Políticas Económicas suportadas no diálogo, na cooperação e na união entre todos os Agentes.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: As políticas sectoriais económicas assentam numa Rede Integrada e Articulada de contributos que deve envolver ativamente todos os Agentes Económicos e Políticos da Região.

O Governo e os Municípios como promotores das organizações e das infraestruturas de Interesse Coletivo;

As Câmaras do Comércio e Indústria como mobilizadoras das dinâmicas empresariais e fomentadoras de uma participação pró-ativa;

As Associações e Cooperativas do Setor Agrícola como forças dinamizadoras da Diversificação, do Valor Acrescentado à produção e do reforço dos rendimentos;

As Representações Sindicais no fomento e na luta por mais e melhor Emprego;

A Oposição pelo enquadramento de propostas realistas e positivas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: TODOS SOMOS DESAFIADOS a “Pensar global e a Agir Local”; TODOS SOMOS RESPONSÁVEIS por cooperar em prol da Inovação e da Coesão; TODOS TEMOS O COMPROMISSO do Desenvolvimento Económico Sustentável e a TODOS CABE A MISSÃO de nos unirmos em torno de quem investe; de quem gera riqueza e de quem cria Emprego.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

O Reforço da Competitividade Económica determina, tal como é compromisso claro do Plano, apostar decisivamente na Simplificação Administrativa; no fomento da Base Económica de Exportação; na criação de Valor Acrescentado; na Promoção e Valorização dos nossos produtos e serviços; na Qualificação e na Inovação.

O Sucesso da nossa ação passa por vencermos vários Desafios neste novo tempo de fomento do crescimento da nossa atividade económica:

- A redução dos Custos de Contexto

- A Capitalização adequada das empresas viáveis
- E a deteção e Intervenção eficaz ao nível dos Constrangimentos ao Desenvolvimento e Consolidação da Atividade Económica, com especial enfoque em todos os setores de atividade e em todas as nossas ilhas

Fundamental é também a aposta no Reforço da Atratividade da Economia Regional.

DEFENDEMOS a Coesão Regional por via do Ecosistema Integrado de Empreendedorismo assente na Rede Regional de Incubadoras e de Start Ups.

ACREDITAMOS num Meio Empresarial Regional renovado e orientado para a Inovação; para a Qualidade e para o Empreendedorismo Jovem.

IREMOS consolidar e aperfeiçoar a estratégia de Atração de Capitais Externos.

O caminho definido centra-se em Quatro Pilares Estruturantes:

- O reforço da estratégia de Proximidade no apoio aos Investidores;
- A inovação dos Instrumentos Financeiros e de Financiamento;
- As Políticas Distintivas para os projetos de forte impacto e efeitos estruturantes;
- E uma ação intensificada de Combate aos Constrangimentos e à Burocracia.

ORIENTAREMOS a estratégia de aplicação dos capitais externos, por via de vantagens competitivas, para o aumento do valor acrescentado dos produtos da Indústria Regional e para o desenvolvimento de Novos Produtos e Serviços.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e demais Membros do Governo:

Temos muitas e boas razões para continuarmos o Rumo Certo.

Os Sucessos obtidos nas políticas de Combate ao Desemprego e de Restituição da Confiança aos Investidores, sendo inequívocos, ENCORAJAM-NOS PARA UM NOVO CICLO DE DESAFIOS E CONSEQUENTEMENTE DE POLÍTICAS.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: TODOS QUEREMOS mais e melhores Empresas; pois geram riqueza e emprego.

TODOS QUEREMOS melhor Emprego e maiores Rendimentos;

TODOS TAMBÉM QUEREMOS um Desenvolvimento Económico que reforce a Coesão Regional e que Combata Assimetrias e Desigualdades.

POR ISSO,

TODOS SOMOS DESAFIADOS a participar, a cooperar e a enriquecer uma Política Setorial cujo enfoque único é o Crescimento Económico harmónico e o Emprego Sustentável justamente remunerado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: TODOS SOMOS RESPONSÁVEIS, perante as Açorianas e os Açorianos, por Valorizar as Políticas de Emprego e para ajudar a construir um Futuro Melhor para Todas as nossas Ilhas.

TODOS SEREMOS AVALIADOS pelo nosso empenho e determinação em fazer melhorar a Vida das Pessoas e Nunca, mas nunca, pela tonalidade do ruído que aqui emitirmos!

BASTA, basta de condutas destrutivas, de confrontos vazios de soluções e de contributos irrealistas e muitas vezes demagógicos!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Basta de encenações e artificialismos que, favorecendo o mediatismo, nos afastam do verdadeiro debate sobre o problema das pessoas.

A construção do futuro da nossa Terra e da nossa Gente tem de ser uma Elo de Cooperação realista e NUNCA um epicentro mediatizado de utopias e de confrontos de vaidades.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e de alguns Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então continuar com as intervenções de tribuna.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O que se pretende do Serviço Público? O que se pretende da Administração Pública?

As respostas a estas perguntas deviam constar do Orçamento da Região para 2018 que hoje aqui discutimos.

Deputado André Bradford (PS): E constam!

O Orador: Mas como este documento é em tudo semelhante ao Orçamento deste ano, que ainda está a ser executado, lamentavelmente concluímos, mais uma vez, que o Governo ainda não sabe o que pretende do Serviço Público e da Administração Pública.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O entendimento do PSD/Açores é o de que a Administração Pública deve providenciar – ou deve assegurar que sejam providenciados – serviços de grande diversidade e boa qualidade e que o faça minimizando a contrapartida em impostos e outras receitas, resposta essa que não é dada por este Orçamento. Esta abordagem não tem feito, não faz e não me parece que venha a fazer parte daquilo que são as prioridades deste Governo para a Administração Pública.

Será que a estrutura existente hoje é adequada para responder aos desafios da situação presente ou essa estrutura é apenas uma rotina?

Será que é mais eficaz? Será que não devia proceder-se a uma auditoria da eficiência dessa estrutura para responder aos problemas que se colocam em vez de prosseguir com a consolidação de uma estrutura que vem de uma rotina?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: As cativações nos diversos departamentos da Administração Pública Regional, como acontece todos os anos, levam conseqüentemente à degradação do serviço público e ao defraudar de expectativa por parte do cidadão naquilo que se espera que seja um serviço público.

A título de exemplo, entre os muitos existentes, lembro o caso recente de um serviço de ilha que quis efetuar uma aquisição no valor de 8 euros e não o pôde fazer porque não tinha essa possibilidade.

O Mesmo Governo que cativa os orçamentos dos departamentos da Administração Pública é o mesmo Governo que imputa aos açorianos os passivos das empresas públicas regionais pela má gestão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Na sua relação com o Governo central, o segredo deste Governo assume como princípio um jogo de sombras políticas: o Governo da República finge que dá mais do que efetivamente dá, enquanto o Governo Regional e o Partido Socialista que o apoia, fingem que recebem mais do que efetivamente receberam.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Este jogo infantil faz muito feliz o PS, pois permite-lhe encher a boca com o sucesso das reversões e com o chavão “virar da página de austeridade”; e faz também felizes muitos socialistas dependentes, alegremente disponíveis para serem enganados.

Contudo, há alturas em que o choque entre o simulacro de realidade e a própria realidade é inevitável, produzindo momentos absolutamente confrangedores como foi o caso da descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitoria, do regime de redução da contribuição para a segurança social dos produtores de leite, ou ainda a reiterada inexistência de verbas para o estabelecimento prisional de P. Delgada.

Jaime Gama, o histórico socialista, recentemente referiu que a Administração Regional sofre, e cito, *“de desorientação e orfandade num mundo tão complexo como o atual, na relação com o Estado, na relação com a União Europeia, na relação com os Estados Unidos, na relação com a comunidade internacional, não são seguramente bons conselheiros.”*

Esta afirmação consubstancia muito bem o valor da autoridade deste Governo junto dos seus interlocutores.

Este Governo não Conta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Enquanto Deputado eleito pela Ilha das Flores não posso deixar de me referir ao cinismo deste Orçamento para 2018.

A primeira prova deste cinismo é o facto do conselho de ilha ver que as suas considerações, que constam de um memorando, são completamente ignoradas pelo Governo.

Exemplo disso é a beneficiação do caminho rural dos terreiros à Lagoa rasa, no comunicado de 2016, para se executar. Contudo nada foi feito e de acordo com o comunicado de 2017 só se procederá à sua limpeza.

Outro exemplo é o comunicado de 2016 referir o seguinte: “Dar instruções à Lotaçor,S.A. para dar início ao procedimento de contratação da empreitada de construção de um tanque de salmoura e no comunicado de 2017 referir

“Autorizar os procedimentos necessários para a construção de um túnel de congelação”.

Em dois anos tomaram-se decisões diferentes para a mesma finalidade e não se concretizou nenhuma, puro cinismo.

A pergunta que se impõe, para quê orçamentar se não se executa? Apenas e só para fazer anúncios?

Onde está neste Orçamento uma medida estruturante para o futuro da Ilha das Flores e dos Florentinos para a agricultura?

Com um Orçamento destes, a Ilha das Flores ficará cada vez, mais longe de uma coesão regional que nunca existiu. Continuará a ficar para traz.

O problema é mesmo o PS. O problema é esta cultura prepotente que se transformou na segunda pele deste partido.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à última intervenção sobre esta matéria.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No Plano anual para 2018 que agora debatemos é essencial saber o que podem esperar os Terceirenses do executivo regional no próximo ano.

Ficou claro, em 2017, que as obras apresentadas no Plano Regional para a nossa ilha eram “verbo de encher”. Tanto que os parceiros sociais consideraram imperiosa a concretização dessas mesmas obras.

Aliás, para além da oposição, é o próprio Conselho de Ilha, presidido por um autarca do Partido Socialista, a duvidar da credibilidade dos documentos hoje em análise.

No parecer dado pelo Conselho de Ilha, é manifesto “o desagrado e o incómodo” pela repetição, ano após ano, das mesmas reivindicações. Tudo devido ao “incumprimento reiterado” do Governo Regional.

O que será então o “Novo Ciclo” para a ilha Terceira?

Anunciada em novembro de 2015, a Zona Económica Especial para o Porto da Praia e o Aeroporto das Lajes é apenas mais uma prova de que “o papel aceita tudo”. E é também mais uma reivindicação patente no parecer do Conselho de Ilha.

O Terminal de Cargas no Aeroporto das Lajes aparece nos documentos há 6 anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há seis? A senhora anda um bocadinho desfasada! Há vinte!

A Oradora: Mas onde estão os resultados do concurso feito há 1 ano, e que ainda não são conhecidos?

São medidas que têm todo o nosso apoio, pois significam oportunidades para dinamizar a economia da ilha, não podendo, no entanto, ser contagiados pela inércia do executivo açoriano.

E se algo vai bem na ilha Terceira, em boa parte se deve ao Turismo. Não o podemos negar, mas não podemos deixar de contestar algumas das opções tomadas ou por tomar.

O miradouro da Serra de Santa Bárbara, cuja vista deslumbrante se mistura com ruínas e infraestruturas de telecomunicações abandonadas, denota um descuido

total perante uma questão também ambiental. É um descuido político, face à indefinição do que ali já devia estar instalado.

Nos transportes, os empresários terceirenses não podem ser obrigados a fazer uma pausa de 2 meses e meio nos seus investimentos, porque a SATA desistiu de numa ligação importante para a ilha, e que permitia combater a sazonalidade. Não é “ceticismo infundado”, como disse a Sra. Vice-presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas sim uma infeliz constatação da realidade.

Os terceirenses não podem aceitar resignados que a SATA simplesmente termine com uma rota importante para todo o grupo central, quando as taxas de ocupação não o justificam, e sem que tenha sido delineada qualquer estratégia promocional para a dinamizar.

Mas esta é também a prova que mais uma vez o PREIT não é para se cumprir. E parece que já não é só para o Governo da República “que vale zero”. O mesmo Conselho de Ilha considera fundamental e inadiável o compromisso efetivo do Governo Reronal na resolução das questões refletidas no PREIT”.

Os socialistas também deixaram de acreditar no seu próprio Governo. As provas estão à vista de todos. E só não as vê quem não quer.

A Terceira não pode continuar a viver cronicamente doente, fruto de promessas não cumpridas, sem que se denuncie ou lute por elas.

Mesmo com tanta tecnologia de ponta, um simples click não é suficiente para dinamizar a nossa economia e gerar riqueza para a nossa ilha.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Encerramos então este capítulo e vamos dar agora a palavra à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este XII Governo delineou um plano e cedo arregaçou as mangas no sentido de o cumprir, de cumprir, primeiro e acima de tudo, os nossos compromissos com as famílias e com as instituições.

Disse-o há um ano e volto a afirmá-lo hoje, com toda a convicção: a nossa prioridade inequívoca são as Açorianas e os Açorianos.

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Certos de que estamos a envidar os nossos melhores esforços nesta missão de proteger e promover a Região Autónoma dos Açores, prosseguiremos, naturalmente, o nosso trilha.

Procuramos pavimentar neste Plano e Orçamento para 2018 uma via de aceleração do crescimento por via da inclusão social, a qual não só continuará a proteger as Açorianas e os Açorianos, mas nos permitirá reforçar as bases imprescindíveis a um crescimento sustentável.

Prosseguiremos a nossa missão de fortalecer a coesão do nosso território e é, precisamente, com esse propósito que cimentamos a nossa ação através da formulação de dois grandes instrumentos norteadores: a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, que será apresentada e colocada à discussão pública de todos os Açorianos no próximo dia 11 de dezembro, e a Agenda para a Habitação, a apresentar no decurso do próximo ano.

Queremos percorrer este caminho acompanhados pelos nossos parceiros, buscando consensos e procurando as melhores soluções para todo e cada um dos desafios que se colocam às nossas famílias, às Açorianas e aos Açorianos.

Exemplo da partilha de objetivos e da permanente busca de consensos foi o Acordo Base recentemente assinado entre o Governo dos Açores, a URMA e a URIPSSA.

Mais do que uma simples negociação para o reforço do financiamento às IPSS e Misericórdias, este Acordo Base define prioridades conjuntas, objetivos comuns e reafirma responsabilidades partilhadas.

Afirma a vontade conjunta de, anualmente e por via negocial, ser encetado um processo de diálogo que conduzirá à atualização do financiamento e à definição de prioridades na intervenção social.

Isto porque comungamos de um grande objetivo: queremos uma rede de serviços sociais cada vez mais forte e especializada, sempre pronta a dar resposta àqueles que de nós necessitam.

Há muito que venho defendendo que não se trata, necessariamente, de fazer mais, mas, isso sim e sem sombra de dúvida, fazer melhor.

O contexto social não é estático, o que faz com que, desde logo, seja absolutamente vital imprimir dinâmica às nossas políticas sociais para que estas possam, por sua vez, corresponder às várias dinâmicas da nossa sociedade.

Sras. e Srs. Deputados:

A verba proposta no Plano para 2018 é superior a 58 milhões de euros, 62% dos quais se destinam ao desenvolvimento de medidas e ações na área da Solidariedade Social e os restantes 38%, naturalmente, ao desenvolvimento das nossas políticas em matéria de Habitação.

Começaria, desde logo, por destacar que o Apoio à Família, Comunidade e Serviços representa mais de um terço do orçamento dirigido à Solidariedade Social, com um óbvio reforço do investimento no desenvolvimento de

estruturas de natureza intergeracional, como são os casos dos centros em construção nos Arrifes, em Ponta Delgada, em Ponta Garça, em Vila Franca do Campo e aqui na Feteira, no concelho da Horta, estando prevista ainda uma quarta estrutura, a criar nos Fenais da Luz, concelho de Ponta Delgada.

A promoção do contacto entre gerações e do desenvolvimento de atividades conjuntas, além da óbvia otimização dos recursos das próprias instituições, resulta em infraestruturas multidisciplinares que proporcionam aos utentes das várias faixas etárias um ambiente acolhedor, seguro e estimulante, o qual resulta em evidentes benefícios na quebra da solidão para uns e na aquisição de competências para os outros.

Igualmente relevantes são os investimentos dirigidos ao alargamento e melhoramento de estruturas dirigidas aos públicos mais fragilizados, nomeadamente as vítimas de violência doméstica e as pessoas sem-abrigo, dos quais saliento a adaptação do espaço cedido à delegação açoriana da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e o projeto para a criação de um Centro de Acolhimento para Sem-Abrigo aqui na Horta, ambos a iniciar em 2018 e em resposta às necessidades identificadas nestas áreas de intervenção.

A proteção e apoio à população idosa permanece central nas políticas do Governo dos Açores, como tem sido possível observar desde o início das nossas funções.

Pretendemos reforçar o trabalho que temos vindo a desenvolver junto deste público a dois níveis: do apoio ao rendimento e da disponibilização de serviços diferenciados.

Ao nível do rendimento, mantendo os complementos açorianos que lhes são especificamente dirigidos, como o Complemento Regional de Pensão ou o COMPAMID, que representam um investimento anual superior a 26 milhões de euros, dos quais beneficiam mais de 35 mil Açorianos e Açorianas.

Ao nível dos serviços, criando e capacitando desenvolvimento de estruturas e serviços inovadores, diferenciados, especializados, que concorram diretamente para retardar o abandono do meio familiar e comunitário, que, neste Plano, se traduzem num investimento de 8,5 milhões de euros.

Uma das nossas preocupações nesta matéria é, como tive oportunidade de frisar na passada semana, garantir que os beneficiários que transitaram automaticamente para a Prestação Social de Inclusão vejam assegurado o seu acesso ao Complemento Regional de Pensão, permitindo, desta forma, aos pensionistas açorianos a manutenção dos seus níveis de rendimento.

No que respeita às infraestruturas, como poderão constatar, estão em curso inúmeros investimentos em seis das nove ilhas da Região, estando ainda previstas intervenções de requalificação dos equipamentos já disponíveis, no sentido, obviamente, de os dotar de mais e melhores condições, quer para os seus utentes, quer para os seus funcionários.

2018 assistirá ao início das obras do Centro de Paralisia Cerebral, do Centro de Apoio à Deficiência e do Centro de Atividades Ocupacionais da Associação Seara do Trigo, dando, assim, corpo ao substancial reforço do nosso orçamento para o Apoio ao Público com Necessidades Especiais, mas, sobretudo, às necessidades identificadas, de facto, nessa área, não apenas pelos nossos parceiros, mas, especialmente, pelas famílias açorianas que precisam de apoio nesta área e que verão criadas e requalificadas mais de duas centenas de vagas nestas respostas sociais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social virá dar resposta ao desafio de identificar as alavancas necessárias ou pontos de intervenção preventiva, conferindo primazia à salvaguarda do bem-estar e dos direitos das nossas crianças e jovens.

Neste domínio, assume particular relevo o trabalho desenvolvido e a desenvolver pelo Comissariado dos Açores para a Infância no reforço e permanente atualização de competências de todos os agentes que desenvolvem a sua atividade junto das crianças, sejam esses agentes da área social, da Educação ou da Saúde.

Prosseguiremos o trabalho de reforço das competências parentais, com os Programas de Educação Parental, fomentando a participação de um leque cada vez mais vasto de destinatários e continuando a trabalhar na sua expansão às ilhas em que este ainda não está presente.

As famílias, as crianças e os jovens açorianos beneficiarão, igualmente, da expansão da rede de centros de atividades ocupacionais, os quais passam a integrar crianças e jovens até ao fim da escolaridade obrigatória, em ambientes propícios ao seu desenvolvimento pedagógico e ao estímulo das suas capacidades.

Acreditamos que as crianças têm direito a uma vida preenchida e feliz. É, portanto, tarefa de todos nós garantir que as nossas crianças crescem em ambientes que estimulam a confiança, o estabelecimento de relações de amizade, segurança e felicidade, independentemente do contexto familiar ou de origem.

E, para este aspeto, as políticas em matéria de habitação também têm dado um enorme contributo, apoiando as famílias açorianas no acesso a habitações seguras, condignas e adaptadas às suas necessidades, garantindo a proteção dos agregados em situação de maior vulnerabilidade através, entre outros fatores, de critérios de discriminação positiva para as famílias jovens, monoparentais, vítimas de violência doméstica ou que integrem elementos idosos ou portadores de deficiência.

Assim, em matéria de Habitação, o Plano de Investimento para 2018 mantém os níveis de investimento dos últimos anos, evidenciando o compromisso do

Governo dos Açores e o seu entendimento da relevância destas medidas para a melhoria das condições de vida e bem-estar da nossa população.

Integralmente garantido pelo Orçamento Regional, o investimento nesta área promove três fatores muito importantes para a nossa Região, designadamente para a melhoria das condições habitacionais de milhares de famílias açorianas, para a reabilitação urbana e, simultaneamente, também para a dinamização do setor das pequenas e médias empresas de construção civil.

Em função do trabalho de diagnóstico realizado no âmbito da definição da Agenda para a Habitação nos Açores 2017-2031 são já detetáveis algumas medidas que releva antecipar, na medida em que concorrem diretamente para a estabilização dos orçamentos familiares e, por conseguinte, se constituem como coadjuvantes dos seus processos de autonomização.

Para cumprimento do nosso desiderato nesta matéria, apresenta-se, também, como imperativa a revisão do regime de comparticipação na recuperação de habitação degradada.

Trata-se de um regime legal que conta já com 15 anos de existência, pese embora alvo de três alterações pontuais, pelo que urge proceder a novas alterações que possibilitem fazer face aos novos desafios que se colocam às famílias e à Administração Pública Regional, nomeadamente por força do impacto que o incremento do alojamento local na Região tem provocado no mercado de arrendamento.

Torna-se, então, perentório fomentar a reconversão de imóveis devolutos em fogos suscetíveis de integrar o mercado de arrendamento, pelo que estenderemos o âmbito de aplicação dos apoios instituídos à recuperação da habitação degradada aos proprietários de imóveis que estejam devolutos e que, comprovadamente, não tenham condições de os reabilitar.

O Governo dos Açores quer responder eficaz e eficientemente às reais necessidades habitacionais das famílias mais desfavorecidas e carenciadas,

proporcionando-lhes o acesso a uma habitação digna, adequada e a custos suportáveis, ao mesmo tempo que promove a reabilitação do parque degradado e a requalificação do ambiente urbano.

Neste âmbito, não posso deixar de destacar a cooperação com as Autarquias Locais no apoio ao realojamento de famílias em situação de grave carência habitacional, nos protocolos para a recuperação de habitação degradada e para a salvaguarda de habitações em zonas de risco, os quais totalizam, neste Plano, uma verba de cerca de quatro milhões de euros.

À semelhança de aspetos fundamentais, como a Educação ou a Saúde, os apoios em matéria de Habitação proporcionam às famílias açorianas uma base sólida para a prossecução dos seus projetos de vida, não apenas promotora do seu bem-estar ou segurança, mas, sobretudo, de equidade e prosperidade, fatores em tudo essenciais para a melhoria da sua qualidade de vida.

E não nos iludamos: a mudança é e só pode resultar de um esforço coletivo.

2017 provou-nos isso mesmo: o trabalho concertado produz melhores resultados e eles aí estão, em todos os indicadores positivos que, gradualmente, alavancam a Região e nos permitem deixar para trás os efeitos de uma crise que agora se dissipa.

Não nos devemos deslumbrar com os resultados positivos até agora alcançados. Devem estes mobilizar-nos para persistirmos neste trajeto, que é tudo menos solitário: é partilhado com todos os parceiros sociais que conosco dividem as preocupações e as soluções.

Importa ouvir, incorporar e agir. Recordando Mário Soares:

“Nos oito séculos da sua História, Portugal conheceu épocas semelhantes àquela que hoje vivemos – épocas em que um desafio inelutável foi capaz de galvanizar a Nação. É disso que se trata hoje, de novo, quando já não há novos mundos a descobrir, mas sim homens e condições de vida a transformar e melhorar e novas tecnologias a desenvolver.”

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Saibamos todos estar à altura do momento que vivemos e dos desafios que este, aos mais variados níveis, nos coloca.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Carlos Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, a violência doméstica e de género continua a ser um flagelo social nesta Região Autónoma.

O último Relatório Anual de Segurança Interna revela que em 2016 se registou nos Açores um novo aumento dos dados oficiais nesta matéria, mas a violência doméstica merece apenas uma frase no Plano Regional Anual para 2018.

Assim, esta Região e todas as vítimas diretas e indiretas da violência doméstica e de género continuam à espera de respostas adequadas e, para além disso, também os técnicos que trabalham no terreno apontam ainda a violência filio-parental como uma tipologia em claro crescimento e que precisa de uma abordagem concreta e de meios que ainda não existem, para além desses mesmos técnicos carecerem de formação nesta área específica.

Quanto às medidas preconizadas, nomeadamente no segundo Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, pergunto-lhe, Sra. Secretária, para quando ou onde estão os Núcleos de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica nos hospitais, prometidos pelo Governo e que até hoje ainda ninguém conhece?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional já por diversas vezes e hoje, novamente, anunciou que pretende apresentar aquilo que chama de Estratégia Regional de Combate à Pobreza, documento este que ainda não é conhecido do Parlamento.

Ao mesmo tempo que apresenta uma estratégia de combate à pobreza o Governo Regional, consequência do atual modelo de financiamento das IPSS e Misericórdias, obriga os trabalhadores e trabalhadoras destas instituições a salários congelados e até a terem de abdicar de direitos para que estas instituições possam manter as portas abertas.

Pergunto, Sra. Secretária, se não é isto também criar pobreza.

É também o Governo Regional que promove e incentiva a atualização dos Programas Ocupacionais nas IPSS e Misericórdias para baixar custos com pessoal, em vez de serem contratados os trabalhadores e trabalhadoras necessários para que estas instituições possam funcionar eficazmente.

Pergunto novamente se não é isto também criar pobreza.

Portanto, é este Governo Regional que ao mesmo tempo que promove políticas geradoras de pobreza pretende agora apresentar um Plano Estratégico de Combate à Pobreza.

Sra. Secretária, para combater a pobreza a sério está o Governo Regional disponível para alterar o atual modelo de financiamento às IPSS e Misericórdias que está previsto no Código de Ação Social dos Açores?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária, então tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Respondendo às questões que me foram colocadas.

A propósito do segundo Plano Regional de Combate e Prevenção à Violência Doméstica e de Género que, como sabe, decorre até ao final do ano de 2018, tem objetivos muito específicos e logo um propósito inicial que é o de garantir o envolvimento de um cada vez maior número de parceiros nesta matéria, designadamente as autarquias locais e associações culturais e desportivas, entre outras, para além daqueles que já estavam incluídos no primeiro Plano.

No que diz respeito às tipologias da violência doméstica, como sabe temos tido a intervenção nos mais diversos domínios em que ela acontece e também é verdade que acontece no domínio filio-parental, sendo certo que demos prioridade este ano que decorre a um domínio específico, que é a violência no namoro, porque é também uma forma de prevenir esta forma de violência no futuro.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Isso já não é como antigamente!

A Oradora: Portanto, fizemos esta aposta com um grande envolvimento das escolas e para breve teremos resultados deste trabalho que envolve jovens das escolas do 3.º ciclo e secundário.

A respeito da Estratégia Regional de Combate à Pobreza, sim, o Governo Regional propôs a esta Assembleia e aprovou no Programa do Governo, em novembro passado, esta iniciativa de definir e de estabelecer uma estratégia regional de combate à pobreza e à exclusão social.

Esta estratégia, como já foi tornado público, será apresentada dia 11 de dezembro em Ponta Delgada, pelas 10H30 da manhã, contando com a vossa honrosa presença, tenho a certeza.

Nesse momento com certeza que teremos toda oportunidade de saber aquelas que foram as prioridades que o Governo, em função do diagnóstico que decorreu no corrente ano, entende que são as prioridades estratégicas, sendo certo que desde o primeiro momento há uma questão que é basilar na definição desta estratégia e que é exatamente a auscultação de toda a sociedade civil, e fizemo-lo desde Santa Maria ao Corvo.

Mas não se esgotou a auscultação à fase de conceção. Agora, depois de concluída a proposta e apresentada publicamente, será colocada em consulta e, no fundo, em discussão pública e pretendemos com certeza ouvir e incorporar aquelas que forem as propostas que se entendem que venham contribuir para o combate a estes fenómenos.

No que diz respeito ao modelo de financiamento, e também já o afirmei nesta Casa por diversas vezes, é um modelo em permanente processo de ajustamento. Prova disso foi o ajustamento que já aconteceu ao nível do financiamento dos lares de idosos, com a diferenciação por grau de dependência, em função da dimensão das infraestruturas, já aconteceu o mesmo trabalho ao nível dos serviços de apoio ao domicílio e agora mais recentemente ao nível dos lares residenciais para portadores de deficiência.

Mas o trabalho não está concluído e, aliás, decorre do Acordo Base assinado com a URMA e a URIPSSA. Avançaremos com a definição do valor padrão para os Centros de Atividades Ocupacionais, Transportes para Deficientes e, depois disso, a revisão do valor padrão, ou seja, do modelo de financiamento, para creches, jardins-de-infância e ATL's.

Portanto, é um processo que não está acabado e que está com certeza, para nós, no topo das nossas prioridades.

Paralelamente a este trabalho, e é importante que se diga, que este modelo de financiamento teve como propósito primeiro conferir às instituições autonomia, ou uma maior autonomia, uma total autonomia na sua gestão e por isso há questões que são colocadas em planos distintos.

As questões que têm a ver com os trabalhadores, com a valorização dos trabalhadores das IPSS, decorrem noutro plano, no plano entre os sindicatos e entidades representantes desses trabalhadores, a URMA e a URIPSSA, representantes das IPSS e das Misericórdias.

Temos acompanhado naturalmente com muita atenção o processo negocial que decorre entre as partes e esperamos que o desfecho seja positivo para todos, que seja uma negociação responsável de ambas as partes e que considere os impactos que terá a todos os níveis.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Quanto aos núcleos nos hospitais, como sabe, Sr. Deputado Carlos Ferreira, no que diz respeito aos núcleos que fez menção, foram criados em 2011 polos, no âmbito da violência doméstica, em todas as ilhas da Região.

A articulação com os hospitais ou com as forças de segurança pública, como sabe, é imprescindível. Aliás, como o fizeram já os hospitais no domínio da infância, no decurso da última legislatura, com a criação dos núcleos também de prevenção aos maus tratos no domínio infantil, com certeza que não estando ainda concretizado, é um propósito e é um propósito útil.

Ao nível da formação, tem sido um trabalho permanente. Aliás, talvez o ano de 2016 e 2017 tenham sido os anos mais importantes neste domínio, porque todas as equipas que trabalham nos polos e em diversas áreas no domínio da violência doméstica têm beneficiado de um conjunto de formações específicas.

Aliás, decorrerá ainda no final deste ano, dia 11 de dezembro, mais um encontro dos polos de combate e prevenção à violência doméstica em que são sempre incluídos momentos de formação.

Obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado. Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, perguntava-lhe muito rapidamente:

Eu gostaria de saber, uma vez que não encontro no Plano verba nenhuma relativamente ao SAPA, como é que pretende acomodar (uma vez que ele não funcionou no ano de 2017, esperemos que ele funcione no ano 2018) essa verba?

Também queria que ficasse registado que a senhora prometeu-nos a Estratégia de Combate à Pobreza até quinta-feira, que seria o fim de novembro. É adiada 11 dias. Ok!... Que tudo fosse isso!

Também gostaria de perguntar, já agora, qual é a tipologia do Centro de Acolhimento que pretende fazer, nomeadamente no Faial?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Assistindo, digamos, a este debate e havendo ainda com certeza parâmetros a abordar, sem querer acrescentar nada ao esclarecimento que a Sra. Secretária já aqui alocou, e antes de eu própria dirigir uma pergunta à Sra. Secretária, eu não posso deixar de frisar que é sempre espantoso ver, vindo da bancada do PSD, e obviamente com toda a legitimidade, alguma questão relativa, por exemplo, à violência doméstica, que é, como digo, absolutamente legítima, lembrando apenas que é no tempo do PSD-CDS, na República, que a alocação de recursos às CPCJ (que, como sabe, um dos parâmetros visados é a violência doméstica)...

Deputado Paulo Parece (PSD): O António Costa não está no Governo da República?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... quase paralisou as CPCJ neste país.

Enquanto que nós, na Região, tentámos lutar para que mais técnicos e melhores estratégias fossem implementadas, aliás como se viu e como recentemente se viu até com a criação do Comissariado, a verdade é que no tempo dos senhores, na República, isto tudo praticamente paralisou e isto também é bom que fique aqui dito.

Sra. Secretária, eu serei muito breve, como aqueles que me antecederam, mas também venho um pouco ao encontro daquela que foi a questão, digamos, o âmbito alargado da questão de irmos ao encontro das necessidades de famílias que atravessam situações de violência, de alguma forma de violência.

Portanto, nós sabemos há dias que o número de crianças acolhidas desceu na Região.

Eu gostaria de lhe pedir que nos elucide um pouco a este respeito, ou seja, como é que se encontra neste momento, como é que faz a radiografia da situação do acolhimento das crianças na Região?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver, por isso dou a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao Sr. Deputado Rui Martins, de facto, não encontra as verbas relativas ao SAPA porque o financiamento desta medida, no âmbito da solidariedade social, é feita pelo Instituto de Segurança Social dos Açores, que tem um orçamento autónomo.

No que diz respeito ao Centro de Acolhimento para sem abrigo no Faial, é à semelhança daquilo que já existe nas outras ilhas, garantir, no fundo, o acompanhamento técnico às pessoas que na Ilha do Faial carecem deste tipo de resposta social.

No que diz respeito às crianças, que diz respeito ao projeto, conforme eu mencionei na minha intervenção, exatamente as palavras que utilizei.

No que diz respeito ao Acolhimento de Crianças e Jovens, de facto importa informar os Srs. Deputados e a Sra. Deputada Renata Correia Botelho, que colocou especificamente esta questão, que na medida de acolhimento residencial temos observado uma redução constante desde 2013, em diante. Iniciámos, em 2013, com 352 crianças como medida de Acolhimento

Residencial e em 2016 terminámos o ano com 276 crianças como medida de Acolhimento Residencial.

Interessante também notar que, no sentido também desta tendência ou acompanhando esta tendência, a medida de apoio junto aos pais já atingiu a partir de 2014, superou em 2014, a medida de Acolhimento Residencial.

O que é que isto significa?

Significa no fundo que, por um lado, decresce o Acolhimento Residencial e há uma opção e uma contrapartida ao nível do acolhimento familiar. Penso que é um aspeto que importa realçar, até porque também resulta do investimento que se tem feito ao nível da educação parental e de outros programas como o Programa Vinca, que é um programa de vinculação afetivo-parental e que, portanto, tem aqui produzido os seus resultados.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A questão que queria colocar era em relação ao Programa de Habitação Degradada. Que medidas concretas é que serão ou que estão previstas para 2018, na medida em que este Programa funcione de uma forma mais eficaz também pela importância que é, face ao cenário do arrendamento hoje na Região, por diversos motivos, inclusive pelo motivo do turismo em muitas casas que antes estariam para arrendamento, hoje estarão para alojamento local.

Portanto, acho que é totalmente pertinente o programa de habitação degradada dar uma resposta mais rápida e eficaz a quem exerce a candidatura.

Temos casos, por exemplo, no caso de São Jorge, de famílias que fazem uma candidatura em 2016 e agora no mês de novembro de 2017 a resposta que lhes dão é que está em análise.

Portanto, é um período bastante longo para quem precisa deste apoio.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições? Julgo não haver. Para responder, Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, de facto, tive oportunidade de dizer na minha intervenção que no decurso do ano de 2018, vamos promover a revisão do regime de participações na recuperação de habitação degradada exatamente para ir ao encontro das dificuldades que o mercado de arrendamento vem demonstrando em alguns concelhos da Região, em função da procura e da canalização da habitação para alojamento local.

Esta é, de facto, uma das preocupações que temos sinalizadas, que resulta do diagnóstico que já foi efetuado ao nível da habitação na Região e que, portanto, com certeza que no decurso de 2018 a Assembleia Regional terá oportunidade de apreciar esta proposta de revisão que apresentaremos.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Não havendo mais inscrições, vamos passar às intervenções de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Ss. Membros do Governo:

Para que os Açores mantenham e fortaleçam o seu papel de paraíso atlântico há, obviamente, que dar aos seus habitantes a segurança e a qualidade de vida que lhes são devidas. Nesse sentido, e à semelhança do que vem sendo habitual, o Plano e o Orçamento para 2018 não esquecem a política social e as necessárias medidas que, cada vez mais, conduzirão à diminuição das situações de pobreza e de exclusão social.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Sociedade que se quer digna e coesa tem de atender às necessidades da sua infância e juventude, mas também dos seus idosos. As famílias das quais fazem parte, as comunidades onde estas se integram e os serviços que lhes servem de apoio merecem, por isso, igual atenção no Plano para 2018. O mesmo defendemos quer em relação aos públicos com necessidades especiais, cuja inclusão continua a ser promovida, quer no combate às desigualdades sociais nas suas diversas formas.

Consequentemente, o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Solidariedade Social, efetuou um esforço no melhoramento e no investimento de novos equipamentos sociais, na área da infância e juventude, contribuindo, assim, de forma decisiva, direta ou indiretamente para a atenuação e diminuição da pobreza e/ou exclusão social.

Neste momento, as nossas crianças e os nossos jovens contam com mais de 300 respostas, com uma capacidade instalada de 13 mil vagas nas diferentes valências, espalhadas pelos 19 concelhos da nossa região.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: A par desta realidade o grupo parlamentar do PS salienta o alargamento das faixas etárias abrangidas pelos centros de atividades de tempos livres, que irão dos 3 aos 18 anos.

Dando também resposta a estas situações, o Comissariado dos Açores para a Infância, implementado pelo Governo do PS, assume, na região, as atribuições e competências da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, bem como as de coordenação regional das Comissões de Proteção instaladas nos Açores. A estas últimas há que continuar a dar formação e o apoio técnico necessários para, com segurança, melhor responderem às especificidades das situações de perigo, a fim de chegar à completa recuperação das crianças e jovens da região.

No domínio da Solidariedade Social, a manutenção e constante atualização de um conjunto de apoios específicos do Governo Regional, nos quais se inserem os complementos regionais às pensões e abono de família, o complemento destinado aos doentes oncológicos e o Complemento para a Aquisição de Medicamentos pelos Idosos, vulgo COMPAMID, é outro importante objetivo.

Outra preocupação passará por assegurar que os beneficiários que transitaram automaticamente para a Prestação Social de Inclusão vejam garantido o benefício do Complemento Regional de Pensão.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Ss. Membros do Governo:

Nos últimos anos, o Governo Regional e o Partido Socialista têm vindo a construir um percurso em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias dos Açores, Casas do Povo, Centros

Sociais e Paroquiais, bem como outras entidades sem fins lucrativos, com o objetivo de melhorar o atendimento e o serviço prestado aos açorianos. No entanto, a cooperação com estes parceiros assenta em princípios base de valorização e respeito profundo pela identidade e autonomia dos mesmos.

Prova disso é o aumento do valor padrão que o Governo irá pagar às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias no próximo ano,...

A Oradora: ... sendo também revistas as majorações previstas em função do grau de dependência dos utentes em estrutura residencial para idosos.

Numa altura em que já se realizaram muitos investimentos na área da solidariedade social e em que as infraestruturas planeadas já tiveram um nível de execução excelente, é tempo de reforçar a aposta nas pessoas, investindo-se não só nos equipamentos, mas cada vez mais nas políticas de apoio que passam pela criação e reconstrução de estratégias de intervenção.

Sendo assim, o Governo Regional socialista apresentará brevemente a proposta do documento “Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.” Esta iniciativa governamental demonstra a vontade de olhar o problema de frente, estando a ser construída de forma participada, com elementos de grupos de diferentes áreas, que vão desde a área social à educação, saúde, economia e outras.

Merecem o nosso apoio as iniciativas destinadas à habitação, quer no que toca à estratégia para recuperação da habitação degradada, quer no que diz respeito às políticas de apoio direto às famílias, nomeadamente através do incentivo ao arrendamento, de parcerias com as autarquias locais e com instituições de solidariedade social.

A implementação de empreendimentos habitacionais de planificação moderna, que leva em conta os atuais padrões de eficiência e sustentabilidade ambiental,

fazem também parte do desafio do Governo para 2018, que assim aposta numa edificação planeada para o futuro.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Ss. Membros do Governo:

Termino a minha intervenção, relembrando que os nossos principais propósitos são a autonomização das famílias na comunidade em que estão inseridas, em detrimento de políticas de carácter assistencialista e de emergência.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: São, por isso, transversais a todas as áreas, havendo preocupação constante com as famílias e empresas açorianas, com a valorização dos nossos recursos e com o desenvolvimento sustentável dos Açores.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: Reafirmamos, assim, o compromisso e a ambição de continuarmos a renovar com confiança as políticas sociais sustentáveis.

Orgulhosos do passado, olhamos o futuro com grande sentido de responsabilidade, sabendo que nos compete dar continuidade e reforçar o projeto que temos vindo a cumprir.

Disse.

Deputados André Bradford e Manuel Pereira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Passamos então agora à próxima intervenção de tribuna. Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em Democracia pressupõe-se que nos sectores de educação, saúde, habitação, emprego e proteção social estejam asseguradas condições de vida dignas para toda a população.

Em 2010, quando se assinalou o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, de forma consciente e responsável, o PSD alertou e denunciou para os verdadeiros problemas sociais dos Açores, traduzidos nos maus indicadores sociais que caracterizavam a Região e que, até hoje, tardam em mudar.

Se então, o PS nos considerou os “profetas da desgraça”,...

Deputado André Bradford (PS): E bem!

A Oradora: ... afirmando que tudo não passava de um falso alarme, 7 anos depois, é o Instituto Nacional de Estatística que afirma:

- Os Açores são a região mais pobre do país.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: - Somos a região com menor poder de compra de Portugal.

- Cerca de 70 mil açorianos vivem abaixo do limiar da pobreza, subsistindo com pouco mais de 250 euros mensais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Parece só haver duas explicações que justifiquem esta realidade. Ou, nestes 7 anos, o Partido que se diz SOCIALISTA pouco ou nada fez para contrariar as tendências, ou o que fez foi claramente insuficiente, perpetuando e agravando o grave diagnóstico social da nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não reconhecer a Pobreza,...

Deputado André Bradford (PS): Mas quem é que não reconhece a pobreza?

A Oradora: ... não só é um grave erro social como é um grave erro político!

E por isso, Sra. Secretária, foi com muita satisfação que recebemos a notícia da passada sexta-feira, e aguardamos ansiosamente pelo dia 11 de dezembro, para finalmente conhecermos a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social.

Porque se este Executivo assumiu que essa seria umas das suas prioridades, lamentamos que passado um ano sobre o início das suas funções, esta ainda nem se encontre em fase de “consulta”, quando já deveria estar, sim, em fase de aplicação!

Uma estratégia correta para a luta contra a pobreza implica alterações profundas nas prioridades que presidem à noção de desenvolvimento.

Esperar que, pela via do crescimento económico, se resolvam os problemas de uma sociedade é uma mistificação grosseira, atendendo a que apenas alguns beneficiam do acréscimo de riqueza gerado por muitos. E também deste mal muito padecem os Açorianos.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A pobreza das crianças não se dissocia da pobreza em geral, pelo que a pobreza infantil corresponde também à pobreza das respetivas famílias. Os recursos das crianças são os recursos dos adultos que integram as suas famílias. Por isso, as famílias estiveram sempre no topo das preocupações do PSD.

Nunca é demais lembrar que as prestações sociais são essenciais no verdadeiro combate à pobreza, pois dirigem-se aos mais vulneráveis.

E é por isso que, uma vez mais, vamos propor o aumento do complemento ao abono de família, mesmo sabendo que o Partido Socialista apenas o faz em anos eleitorais.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para o PSD todos os anos contam!

E também por isso que, uma vez mais, vamos propor o aumento do Complemento Regional de Pensão, porque estamos do lado dos mais vulneráveis.

E porque não nos revemos no “*modus operandi*” deste governo, que altera as “regras a meio do jogo” e ainda recentemente cortou pensões a mais de 2000 pensionistas da Região.

O mesmo governo que depois distribui 5 milhões para comprar alimentos, e instala contentores para angariar roupas.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Presidente e Membros do Governo:

O Plano que aqui discutimos para a área da Solidariedade Social não poderá corresponder ao *NOVO CICLO* tão proclamado por alguns dirigentes socialistas.

É mais do mesmo! E não somos só nós a dizê-lo! Os parceiros sociais do sector também o reconhecem.

Continuamos a fraquejar no que concerne a políticas de cooperação ativa para as IPSS e Misericórdias.

Primeiro anuncia-se que não há mais verbas para distribuir pelas instituições que ajudam quem mais precisa, porque é imperioso manter o rigor orçamental,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... mas em vésperas da discussão de plano e orçamento, curiosamente, assina-se um protocolo de compromisso.

Se a razão para o não aumento das verbas era que o governo tinha de gerir bem os dinheiros públicos, afinal o governo mostra que há outro caminho para essa mesma gestão! Eis, pois, o rigor orçamental...

O propósito deve ser fazer o bem, e nisso, as IPSS e as Misericórdias da Região são um grande exemplo e uma ajuda fundamental para o povo Açoriano.

É também por isso que, de encontro às necessidades dessas instituições, vamos propor o Apoio Social Energético, de forma a que o valor poupado com a tarifa de eletricidade sirva para melhorar os cuidados oferecidos aos utentes, proporcionando um tratamento ainda mais digno.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esperamos pois, a concordância de todos, pois a solidariedade é um pilar essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e mais equilibrada, e sem o auxílio destas instituições será impossível continuar a ajudar quem mais precisa.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, esta intervenção da Sra. Deputada Mónica Seidi é insultuosa.

Esta intervenção da Sra. Deputada Mónica Seidi é de um descaramento despudorado, vindo do PSD, que fez uma cruzada de empobrecimento nacional neste país, que vergou um país inteiro à ditadura dos mercados quando agora vemos que é possível trilhar outro caminho e conferir outra dignidade às pessoas.

O PSD que cortou salários e pensões, o PSD que aumentou o desemprego e a carga fiscal neste país,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tivesse dito isso ao Sócrates!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados:

A Oradora: ... o PSD que diminui o rendimento disponível das famílias, o PSD que reduziu drasticamente a proteção social neste país, o PSD que apostou nas cantinas sociais em detrimento da dignidade de cada português e de cada açoriano.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Sra. Presidente, o PSD que se referia aos idosos deste país como uma peste grisalha, que é bom lembrar. É bom lembrar que este era o discurso deste PSD que agora vem aqui dizer que em 2010, de forma consciente e responsável, alertou.

Era esta a consciência e a responsabilidade que os senhores, que o vosso partido entendeu traçar para o país.

No entanto, Sra. Presidente, nós, nos Açores, e apesar de troikas e afins, nunca abdicámos de medidas de contenção de danos...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e de medidas protetoras para quem precisou de algum auxílio ou para quem precisa de algum auxílio:...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: - Complemento Açoriano ao Abono de Família;

- Complemento Regional de Pensão;

COMPAMID;

- Refeições escolares em interrupções letivas;

- Participação em creches, jardins-de-infância e amas;

- Programas de Emprego que restituíram algumas condições que foram absolutamente roubadas...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: ... neste país por um governo de direita, cego, austero e inqualificável.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada Mónica Seidi, sinta agora a solidão dos desfavorecidos!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, julgo não haver mais inscrições. Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria fazer notar uma pequenina observação inicial. Pelos vistos, hoje, entramos na ronda da modinha das imprecisões e da memória curta.

A modinha das imprecisões já levou a dizer hoje aqui, por duas vezes, que este Governo aumentou complementos regionais exclusivamente em anos eleitorais.

Eu queria perguntar aos Srs. Deputados quais foram as eleições que ocorreram em 2011, em 2012, em 2013, em 2014, em 2015 e em 2016?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Com certeza que terão havido muitas, algumas delas regionais, outras autárquicas, outras nacionais, mas gostava de fazê-los lembrar apenas isto.

Deputado Luís Garcia (PSD): A senhora já respondeu!

A Oradora: Agora, a propósito de memória de curta.

A propósito de memória curta, aqueles que hoje aqui chegam com a bandeira da pobreza, foram os mesmos, ou são os mesmos, que há três anos apresentaram um pacote social, um pacote social pretensamente preocupado (será?) eventualmente com algumas das questões que a Sra. Deputada falou aqui hoje.

Deputado Paulo Parece (PS): A senhora estava indo tão bem!

A Oradora: Nem uma palavra sobre crianças no dito pacote social!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

A Oradora: Nem uma!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Olha as imprecisões? Estavas indo tão bem!

A Oradora: Nem uma palavra!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Deixe-me concluir. Tem tempo para rebater tudo aquilo que eu disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga a verdade!

A Oradora: Aliás, note-se! Outro domínio que eu gostaria de aproveitar para vos dizer: criatividade!

A criatividade, ou a renovação, não se mede por caras novas nem por redução de médias de idades.

A criatividade e inovação mede-se por ideias novas, ideias novas que são exatamente aquelas que os senhores não conseguem neste domínio apresentar uma única.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: E vou recordar-vos do dito pacote social: o pacote social que transcrevia *ipsis verbis* uma proposta do tal senhor a que fez referência o Sr. Deputado João Bruto da Costa, Eng.º José Sócrates, a propósito das redes sociais.

Deputado Paulo Parece (PSD): Um homem sério e transparente!

A Oradora: Ora veja-se lá o nível de inovação que transcrevia *ipsis verbis*, citando, reproduzindo legislação nacional. Um nível de inovação mágico!...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o que é a senhora fez? E o que é a senhora fez e disse? Nada!...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: E ainda a propósito de inovação (sempre com calma) queria lembrar que a Estratégia Regional de Luta Contra a Pobreza é uma iniciativa deste Governo e deste partido.

Que eu me recorde, até hoje, nem a nível nacional, nem a nível regional alguém tinha tomado esta iniciativa.

Deputado Luís Garcia (PSD): Por que será que é preciso um Plano desses?! Porquê?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Este Plano é preciso, obviamente, Sr. Deputado, porque nós acreditamos que é possível fazer muito melhor.

Deputado Luís Garcia (PSD): Porque as suas políticas não deram resultados, Sra. Secretária, 30 anos depois!

A Oradora: As nossas políticas deram resultados.

Deputado Luís Garcia (PSD): Onde estão os resultados?

A Oradora: Eles já foram referidos aqui hoje toda a manhã.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não deram resultados, porque se dessem resultados não era preciso esse Plano!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim não nos entendemos.

Eu peço àqueles que querem intervir o favor de se inscreverem, porque caso contrário, em apartes, não é possível continuarmos a ouvir a Sra. Secretária.

Agradeço que se inscrevam para podermos continuar o debate.

Sra. Secretária Regional...

A Oradora: E para concluir. Na modinha das imprecisões também se falou, ou falou aqui a Sra. Deputada, num Acordo Base,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na sua modinha das imprecisões!

A Oradora: ... na sua leitura assinada à pressa na última semana.

Sra. Deputada, a isto chama-se busca de consensos, trabalho com a URMA e a URIPSSA durante cinco meses, concluído após um escrutínio das nossas propostas e a procura de soluções comuns.

Para mim isso não é nada à pressa. Foram cinco meses de trabalho e de articulação entre o Governo Regional, as IPSS e as Misericórdias dos Açores.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O combate à pobreza não foi para vocês uma prioridade!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Esta é agora a oportunidade. Julgo não haver. Vamos passar então à última intervenção sobre esta matéria. Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Excelentíssima Senhora Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este orçamento não coloca as famílias açorianas em primeiro lugar.

Prova disso são o corte no investimento público na Habitação e a insistência em erros estratégicos neste setor.

Programas como o “Famílias com Futuro”, que deveriam ser o trampolim para a autossustentabilidade das famílias, apresentam-se como mera tábua de salvação para as muitas famílias que não conseguem fugir à pobreza.

Por outro lado, este Orçamento também transmite sinais preocupantes sobre o relacionamento do Governo Regional com as autarquias.

Há um decréscimo nas parcerias com as Câmaras e Juntas de Freguesias.

E existem rubricas, como a do apoio à Habitação Degradada, em que não existe clareza sobre o método adotado para o estabelecimento de protocolos.

Afinal quem tem direito a estabelecer protocolos na área de habitação com o Governo Regional?

Não sabemos. O Governo Regional não o diz.

Senhora Secretária

As políticas de Habitação estão estagnadas na Região.

O Governo tem de ter a coragem de deixar de andar a reboque dos reptos dos empresários do setor da construção, ou de viver à sombra das políticas adotadas pelas contingências das cíclicas calamidades ocorridas.

Uma família socialmente fragilizada deve ter uma atenção diferente em relação às regras a que deve estar sujeita nas iniciativas que tem para o melhoramento das suas habitações.

Nesta área deverão ser dadas respostas legislativas, pois as particularidades das nossas ilhas devem ser tidas em conta por este parlamento.

A estrutura da ocupação das nossas ilhas está a mudar. Temos ilhas a sofrer de desertificação e de envelhecimento da população.

Por este motivo, a Região não pode estagnar nas políticas sociais de habitação.

As políticas sociais de habitação constituem um recurso essencial ao desenvolvimento sustentado destas ilhas, mas devem favorecer a inclusão e não a exclusão.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Governo continua a querer apostar em habitação social e não tem uma política social de habitação.

Senhora Secretária

Como já o declaramos, o PSD/Açores defende uma política de intervenção das famílias...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... nos seus objetivos de qualidade de habitação, envolvendo-as na solução dos seus problemas habitacionais.

Continuamos a defender um programa de autoconstrução e é por isso que aqui vamos apresentar propostas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD continua convicto da sua visão estratégica:

Habitação Social sim, Bairros Sociais nunca mais, porque também assim vamos certamente Servir melhor os Açorianos!

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então fazer agora um intervalo. Regressamos às cinco e meia.

Eram 17 horas e 10 minutos.

(Após o intervalo Sr. Deputado Jorge Jorge foi substituído na Mesa pelo Sr. Deputado Bruno Belo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeçam que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 43 minutos.

Iniciamos agora as áreas da Educação, Cultura e Desporto. Para o efeito tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na Educação, pugnamos diariamente por soluções de compromisso e de comprometimento que façam da escola um meio de aprendizagem para todos.

No presente e no futuro, pretendemos uma escola em permanente adaptação à mudança, adequada às transformações da sociedade.

Todavia, jamais olvidaremos o passado porque, se é certo que temos no ocidente uma escola com alunos do século XXI, com professores do século XX e com uma orgânica do século XIX, também é certo que herdámos uma escola que logrou a alfabetização de cerca três quartos da Humanidade numa espiral de progresso sem paralelo no tempo histórico mais próximo ou mais longínquo.

Por isso, prezamos a estabilidade ao ponto de termos construído um Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar, o ProSucesso - Açores pela Educação, com um horizonte de 10 anos e a incluir todos os programas pedagógicos já experimentados com maior êxito no combate ao insucesso e ao abandono escolares.

Além disso, na impossibilidade de fazer tudo de uma assentada, assumimos opções claras e inequívocas.

Contra a tentação dos ganhos imediatos, insistimos nos ciclos inferiores, no Pré-Escolar e no 1.º Ciclo, porque, se cedo sujeitas ao estímulo cognitivo, melhor as crianças, depois como adolescentes e como jovens, adquirem competências e conhecimentos essenciais, evitando os esforços de remediação de atrasos que, de recuperáveis, evoluem tendencialmente para irrecuperáveis.

A partir de cerca de 2009, a crescente evidência de taxas de desemprego mais baixas por entre os detentores de níveis de escolaridade mais elevados obriga naturalmente à consideração do Secundário, onde se requer a diferenciação pedagógica a aconselhar a multiplicação das vias profissionalizantes, para que ninguém fique para trás, para que todos concluem a escolaridade obrigatória no tempo próprio.

Independentemente dos ciclos de maior ou menor intervenção, insistimos no ensino da leitura e da escrita à laia de antigamente, sem vacilarmos no treino do pensamento, da interrogação e da pesquisa à maneira dos nossos dias.

Assim, contribuímos para a consolidação, a transmissão e a produção dos conhecimentos indispensáveis ao profissional, ao técnico e ao cientista, ao mesmo tempo que promovemos a difusão dos valores cívicos e democráticos indispensáveis à formação dos cidadãos.

Deste modo, uma vez terminada a escolaridade obrigatória, os nossos alunos disporão do perfil mais indicado para o enfrentamento dos desafios da contemporaneidade, que, entretanto, obrigam à aprendizagem permanente, para que jamais ocorra o desajustamento entre as exigências da empregabilidade e as aptidões da mão-de-obra.

Apesar do nosso sistema educativo não haver ainda alcançado os patamares de excelência porque almejamos, certo é que no ano letivo transato evidenciámos indicadores que transmitem esperança.

Senão, vejamos!

No Ensino Básico, as taxas de conclusão subiram no 1.º ciclo de 92 para 93%, no 2.º ciclo de 90 para 93%, no 3.º ciclo de 85 para 87%.

No Ensino Secundário, a taxa de conclusão subiu de 70 para 75%.

A quatro anos de distância, todas estas taxas já superaram metas estabelecidas para 2020-21.

Estamos essencialmente a falar de resultados de uma avaliação interna, que suscitam sempre menor confiança da sociedade.

Todavia, os resultados da avaliação externa confirmam o decréscimo de retenções no sistema educativo regional.

De facto, a análise global dos exames nacionais do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Secundário de 2016-17, evidencia dois aspetos positivos: a melhoria dos resultados comparativamente a 2015-16 e o encurtamento de distâncias comparativamente às médias nacionais.

Nos Açores, apesar das dificuldades e das insuficiências, a revelação de alguns bons indicadores educativos decorre certamente da diferenciação que sempre introduzimos no sistema educativo regional.

Disso são exemplos a introdução do Inglês no 1.º ano de escolaridade e a manutenção do ensino da Cidadania, associado ao desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação, que agora nos facilita a inserção no projeto nacional, por exemplo, de flexibilidade curricular.

Aliás, este projeto, em concreto, contempla a possibilidade das escolas gerirem por si próprias parte do horário letivo semanal num exercício de autonomia que nunca deixou de ser incentivado na Região.

De facto, à exceção do recrutamento de professores e da gestão do currículo, a legislação açoriana confere às nossas unidades orgânicas um largo espectro de intervenção, condizente com a convicção de que em cada local se conhecem muito melhor as necessidades específicas de cada comunidade escolar.

Passemos à Cultura.

No Portugal de hoje, como bem sublinha Eduardo Lourenço, quiçá o maior pensador português vivo, que esteve recentemente entre nós, no âmbito das Jornadas Anterianas, que celebraram os 175 anos do nascimento de Antero de Quental, os Açores são o território e a realidade mais singulares, sem par nas diversas e mesmo nas recônditas partes do continente.

Por isso, enquanto que para as parcelas metropolitanas se reivindica ocasionalmente a regionalização, as ilhas desfrutam constitucionalmente da Autonomia, que possui necessariamente por alicerce uma identidade cultural muito específica.

Como também relembra Vitorino Nemésio, a cultura açoriana é filha da história e da geografia, isto é, de uma vivência de mais de meio milénio num ambiente díspar do continental.

Além disso, na época da globalização, no arquipélago como no demais mundo, impera uma uniformidade muito artificial de todo avessa ao reconhecimento da nossa especificidade.

Por isso, a Açorianidade, a expressão nemesiana de uma identidade cultural insular, é uma mais-valia traduzível em superioridade moral e em progresso material.

Na Cultura, movemo-nos simultaneamente pelo passado, cuja herança muito importa preservar, e pelo futuro, através de um esforço de dinamização das nossas instituições culturais, através de um estímulo à criatividade dos nossos agentes culturais.

As instituições e os grupos são os executores no terreno dos nossos propósitos. Após a criação de uma rede de bibliotecas e arquivos regionais, e para facultar um melhor conhecimento da história das ilhas, útil quer para naturais quer para forasteiros, procedemos também à criação de uma rede de museus e de coleções visitáveis dos Açores, cujo objetivo consiste em dotar todas as nossas ilhas de uma unidade museológica de qualidade, um esforço finalmente concretizável a

partir de 2018 com o começo para breve da obra do museu Francisco de Lacerda, em S. Jorge, e com a inauguração para breve do Núcleo Museológico de Vila do Porto do Museu de Santa Maria e do Museu do Tempo, que é o primeiro edifício do projeto do Ecomuseu do Corvo.

A promoção da nossa cultura demanda também que a ação dos nossos agentes culturais ultrapasse as fronteiras do arquipélago, dada a tradicional participação dos Açores no diálogo das regiões, dos países e das civilizações.

Neste particular, no ano em curso, a persuasão do Governo dos Açores e a compreensão do Governo da República surtiram efeito.

Finalmente, o regime de apoios da DGArtes está acessível à candidatura dos agentes culturais dos Açores, que assim conquistam mais uma montra externa para a exposição da sua e da nossa criatividade.

Passemos ao Desporto.

No Desporto, os Açores registam a maior taxa de participação desportiva absoluta, quase equivalente ao dobro da média nacional.

Tudo isto decorre do trabalho meritório de 51 associações de modalidade ou de desportos, que enquadram cerca de 250 clubes desportivos, que desde 2011 albergam mais de 23.000 atletas nos diferentes níveis de atividade local, regional e nacional.

Tudo isto depende muito da prioridade concedida à atividade de treino e de competição dos escalões de formação, com 980 equipas ou grupos de trabalho e 45 coordenadores da formação.

A participação nos Jogos Olímpicos no verão de 2016, no Rio de Janeiro, na modalidade de futebol, de um atleta formado nos Açores, embora a representar um clube exterior à Região.

A participação nos Jogos Paralímpicos no verão de 2016, no Rio de Janeiro, na modalidade de atletismo, de uma atleta formada nos Açores e a representar um

clube da própria Região, demonstram o progresso do desporto nos Açores, agora expresso na excelência da competição.

Neste caso, o reforço do apoio aos jovens talentos regionais e ao alto rendimento é o caminho certo na projeção externa da imagem do “Desporto Açores”.

Em vez de privilégio de alguns, o desporto é essencialmente um direito de todos, traduzido na atividade física desportiva, que principia nas idades mais tenras, contabilizados que estão cerca de 600 núcleos de “Escolinhas do Desporto”, com mais de 6.000 crianças.

A afirmação do desporto como atividade de todos e para todos reside entretanto no desenvolvimento do programa de apoio ao desporto adaptado, que inclui cerca de 1.000 pessoas, cidadãos de pleno direito, cujo exemplo de perseverança, cuja capacidade de superação contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante.

De resto, apesar de prioridade negativa no acesso a fundos comunitários, nunca descuremos a melhoria das nossas instalações desportivas, por exemplo, através do aperfeiçoamento do sistema de eficiência energética para redução da pegada ecológica, condizente com a promoção da saúde de todos os praticantes. O Plano para 2018 da Secretaria Regional da Educação e Cultura possui uma dotação de investimento de 68.712.091 euros, sendo que na generalidade dos projetos são mais as ações que aumentam a dotação do que aquelas que reduzem a dotação.

Na Educação, o investimento global é de 44 milhões e 517 mil euros, um montante adequado à evolução das construções escolares, que regista manutenção nas escolas Canto da Maia e Calheta, em fase de obra, que regista acréscimo, por exemplo, nas escolas das Capelas, em processo de adjudicação da empreitada, dos Arrifes, em revisão do projeto, e da Lagoa, para elaboração do projeto.

De resto, em matéria de construções escolares, destaque-se o acréscimo de dotação para beneficiação e reabilitação de instalações escolares, um investimento a reforçar ainda mais no médio prazo, uma vez concluído ou quase concluído, o parque escolar da Região.

A título de exemplo, atente-se, inclusivamente na abertura de novas ações para Santa Maria, Ginetes e Secundária da Lagoa.

A comprovar a atenção concedida pelo Governo à Educação, assinale-se ainda o acréscimo da dotação nos projetos Apoio Social, que cresce pelo terceiro ano consecutivo, também nos projetos pedagógicos como garantia de desenvolvimento do Pro-Sucesso Açores pela Educação.

Na Cultura, o investimento global é de 13.464.909 euros.

No projeto 6.7. Dinamização das Atividades Culturais há uma manutenção do montante dos fundos.

Já no projeto 6.8. Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural ocorre um acréscimo de fundos, fruto sobretudo do início de duas grandes empreitadas: o Museu Francisco de Lacerda, em S. Jorge, e o Cinema do Aeroporto, em Santa Maria.

Mas também esse acréscimo de dotação decorre da abertura de novas ações, uma referente ao Ecomuseu do Corvo, porque um ecomuseu é sempre um projeto de longa duração, que ainda obriga à cooperação interinstitucional, outra à musealização do Palácio Bettencourt, antigas instalações da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, com reservas do Museu de Angra do Heroísmo e com existências da coleção Francisco Ernesto de Oliveira Martins, outra ainda ao Património Arqueológico Subaquático, porque as incidências da história, designadamente a função de escala transatlântica de referência, transformaram os nossos mares em santuários universais da arqueologia naval.

No Desporto, o investimento global é de 10.730.000 euros, integralmente suportado pelo ORAA dado o facto já assinalado do desporto ser uma prioridade negativa na perspetiva da União Europeia.

A conclusão do Centro de Treino de Judo de S. Jorge e da 2.^a fase de requalificação do Pavilhão Desportivo de Santo Espírito, em Santa Maria, coexiste, entretanto, com o acréscimo de dotações da generalidade das ações dos seus quatro projetos.

Em conclusão, os meios financeiros adstritos a esta proposta de Plano e Orçamento para 2018 possibilitam o desenvolvimento da Educação, da Cultura e do Desporto, que são as áreas integrantes da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão agora abertas as inscrições.

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As verbas afetas às construções escolares correspondem a compromissos constantemente adiados para as escolas que necessitam de reparações e de intervenções urgentes.

O Sr. Vice-Presidente, no passado dia 13 de novembro, alegou que a redução de 55 milhões de Fundos Comunitários, deve-se, como classificou, a nível de execução excelente, de obras planeadas, nomeadamente na área de educação, mas a verdade é que, Sr. Secretário, comunidades educativas das escolas EBI

Rabo de Peixe, EBI de Arrifes, EBI da Lagoa, entre outras, esperam e desesperam por infraestruturas adequadas e dignas às práticas pedagógicas que se exige nas escolas de hoje, e não só.

Escolas com cobertura de amianto que seriam intervencionadas até 2017, segundo definido em Resolução do Conselho de Governo de 11 de fevereiro de 2014, em que deliberaram que iriam ser intervencionadas até 2017, a verdade é que essas escolas não sofreram qualquer tipo de intervenção.

Sr. Secretário, quando poderão estas crianças e jovens usufruir de condições dignas e adequadas a uma educação de sucesso?

Façam assumir que não há dinheiro, nomeadamente Fundos Comunitários, para as intervenções.

Por mais quanto tempo vão ser adiadas as intervenções em causa?

Tenho dito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos os anos são contratados a termos resolutivo cerca de 700 professores para o sistema educativo regional, este ano já foram mais de 1000, professores estes que estão contratados há mais de três anos, alguns há mais de cinco, dez, ou até 15 anos e, por isso, sem sombra de dúvida, são precisos nas nossas escolas.

A atual proposta do Orçamento de Estado para 2018, em discussão na Assembleia da República, prevê, por proposta do Bloco de Esquerda, que após três anos de contrato ou duas renovações sucessivas haja lugar a abertura de vaga nos quadros, promovendo assim a integração dos professores contratados nessas condições.

Esta alteração é uma norma já previamente existente, mas previa que a abertura de vaga se fizesse apenas após quatro anos ou três renovações sucessivas.

Nos Açores o Governo do Partido Socialista não quer ouvir falar de combate à precariedade dos professores, pois nunca aceitou, até hoje, a integração dos professores contratados...

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: ... após três anos de contrato, como a lei exige, e bem, para o setor privado, e como exigem até diretivas europeias.

É digno de nota que o Partido Socialista, que é tão bom aluno e zeloso cumpridor das diretivas europeias, tudo invente para que esta diretiva não seja cumprida nos Açores.

Mas agora, já que o Governo Regional tem dito amiúdo que fará aqui o mesmo que se fará na República em relação, por exemplo, ao tempo de serviço dos professores contratados, ao descongelamento de carreiras, vai o Governo Regional, em relação à integração dos professores contratados seguir o exemplo do Orçamento de Estado? Ou o Governo Regional só segue o exemplo da República quando é para prejudicar quem trabalha, ou seja, os mesmos de sempre?

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Não seja injusto! O Sr. Deputado foi altamente injusto!

Deputada Zuraida Soares (BE): Gosto do “altamente”!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições. Sr. Secretário Regional, então para responder tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Maria João Carreiro aludiu construções escolares e a eventual falta de fundos comunitários para as realizar com maior rapidez.

Na minha intervenção ficou claro que em matéria de fundos comunitários, das três áreas que eu tutelo, a educação, a cultura e o desporto, só no desporto é que há a norma, a ordem de que é uma prioridade negativa na perspetiva de acesso a fundos comunitários.

Isso não se verifica quer na cultura, isso não se verifica também na educação.

E mais!... Se fizermos uma análise da evolução das construções escolares chegará facilmente a Sra. Deputada à conclusão de que a Região tem geralmente sempre em execução um número muito semelhante de novas instalações escolares em construção. Nomeadamente duas, três, é o que se verifica efetivamente agora com a Canto da Maia, em Ponta Delgada, com a Calheta, em São Jorge. Quando estas escolas ficarem efetivamente prontas serão substituídas por outras.

Falou-me, entretanto, a Sra. Deputada, e para ser concreto, de três escolas, em singular: a Escola de Rabo de Peixe, a Escola dos Arrifes e a Escola da Lagoa. Obviamente que nos estamos a referir à Básica Integrada da Lagoa.

Em relação à Escola de Rabo de Peixe, como eu já tive oportunidade de dizer, houve recentemente um passo atrás que resultou de uma decisão judicial decorrente da reclamação de um projetista.

Essa decisão judicial determinou a anulação de um processo.

Deputada Maria João Carreiro (*PSD*): 2013, Sr. Secretário!

O Orador: Nós temos agora a obrigatoriedade da retoma dos procedimentos e fá-lo-emos obviamente com a maior brevidade possível.

Relativamente à Escola dos Arrifes, como tenho a oportunidade de ver nesta proposta de Plano para 2018, ela está dotada para 2018 com verbas superiores àquelas que tinha para 2017. Porquê? Porque o projeto está em revisão, previsivelmente até ao mês de abril, e em 2018, decorrerá o concurso para a empreitada.

Se me perguntar, e o começo da empreitada, ainda em 2018 é apenas uma eventualidade?

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Não há!

O Orador: E a acontecer, é uma eventualidade efetivamente para o fim do ano, mas isto está decorrer de acordo com os planos que estavam efetivamente traçados.

Finalmente, em relação à EBI da Lagoa, cuja dotação também aumenta no Plano para 2018, vamos fazer a elaboração do projeto para intervenção.

De seguida respondo às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado António Lima.

O Sr. Deputado António Lima falou fundamentalmente de precariedade laboral entre os professores e falou também fundamentalmente de um suposto não cumprimento por parte do Governo Regional de uma Diretiva Comunitária.

A propósito destes assuntos, eu gostaria de relembrar que nos últimos anos, e particularmente através do lançamento de concursos extraordinários em 2014, 2015 e 2016, que facultaram a abertura (só estes!) de 300 vagas, mas também através de concursos regulares que depois suscitaram a abertura de mais vagas, nós fizemos um esforço para suprir, com professores do quadro, as necessidades permanentes do sistema educativo regional.

Claro que os professores contratados no sistema educativo regional continuam a ser muitos. Efetivamente são, entre 800 a 1000. É verdade! Simplesmente

porque também são muitas as necessidades transitórias do sistema educativo regional decorrentes, por exemplo, da existência...

Deputada Zuraída Soares (BE): São 1000, Sr. Secretário!

O Orador: ... de muitos professores do quadro no exercício de missões temporárias na política, na Administração Pública, nos Conselhos Executivos das Escolas, inclusivamente nas estruturas sindicais.

No futuro, o que eu poderei dizer é o seguinte:

Nós vamos manter a mesma postura. E qual é ela? Sempre que nós fizermos a identificação de uma necessidade permanente do sistema educativo suprida por um professor contratado, procederemos à abertura de uma vaga para o quadro. Caso contrário, obviamente não o faremos.

Estou convencido de uma coisa: esta é a forma mais justa, mais racional, de gestão de recursos humanos. Garante às instituições o número de professores indispensável para o seu funcionamento e evita a praga dos horários zero que pulula noutras paragens.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mil lugares de professores necessitados nos quadros!

O Orador: Como sabe, no continente é muito frequente.

Esta é também a forma de conferir, e pode querer que sim, maior segurança profissional ao corpo docente. E porquê? Porque uma qualquer estratégia de indiscriminado acesso de contratados aos quadros se traduz a prazo, e inevitavelmente, numa generalizada situação de despedimento de professores do quadro.

Temos ainda exemplos bastos disso num passado governativo e histórico bem, bem recente.

De resto, falou ainda o Sr. Deputado a propósito do facto de o Governo Regional ter assumido fazer na Região aquilo que se fizesse no continente.

É verdade. A propósito de assuntos bem específicos, a propósito do descongelamento de carreiras, a propósito da eventual reposição de tempo congelado.

Efetivamente nesse caso, assumiremos a mesma solução nacional na sequência das negociações que já estão anunciadas entre o Governo da República e as estruturas sindicais (e eu sublinho, entre o Governo da República e as estruturas sindicais).

Nos Açores, com menos anos de eventual recuperação, não nove, mas apenas sete, não se justificava a abertura de um processo negocial independente que poderia inclusivamente prolongar no tempo a busca e o encontro de soluções.

Claro que eu sei que aquando da introdução de cortes salariais, por iniciativa de uma governação relativamente sinistra de um passado ainda recente para evitar maiores prejuízos, aqui na Região nós minorámos impactos negativos a funcionários públicos e particularmente a professores. Mantivemos direitos, mantivemos regalias.

Porém, agora, quando possuímos a carga mais baixa do país, quando possuímos uma carga fiscal das mais baixas da Europa, não é racional a multiplicação de benefícios e de exceções se queremos no futuro, como aliás no passado, continuar a ser a única região portuguesa livre de políticas cruéis de ajustamento financeiro na emergência de uma qualquer nova crise.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir neste debate com o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, mas Sr. Secretário, o senhor sabe e tem consciência do valor da Autonomia; tem consciência que estamos a discutir um Orçamento Regional; tem consciência que existem sindicatos com representação regional; tem consciência que o senhor aí se gabou de, no passado, ter corrigido injustiças, mas fez isso apenas porque tinha um Governo que não era da sua cor, na República.

O senhor agora faz exatamente o contrário e não quer benefício para os funcionários públicos e para os professores dos Açores. Que contradição é essa, Sr. Secretário?

Estamos a discutir um Orçamento Regional.

Gostaria que me dissesse que verba tem para a progressão dos professores na carreira, para o ano que vem, porque eu não consegui ver, talvez por deficiência minha, que verba tem o senhor destinada a isso, já que falou de tantos milhões ali de baixo.

Já agora, Sr. Secretário, gostaria que me explicasse também, em que é que se vai materializar um 1 milhão e 800 mil euros naquilo a que os senhores chamam de Pro-Sucesso?

Quantos professores estão afetos ao Pro-Sucesso?

Quais são eles? E a fazer o quê?

E se confirma que a maior parte deles são professores contratados, que os senhores contrataram para o Pro-Sucesso, que já leva com dois anos. Que resultados temos?

Como é que se vai materializar 1 milhão e 800 mil euros no Pro-Sucesso, Sr. Secretário?

Gostaria muito que o senhor me explicasse essa dúvida porque eu não consigo descortinar.

Descortino, sim, gabinetes arrançados para ex-diretoras regionais;

Descortino, sim, “tachos” arranjados para ex-dirigentes regionais;

Descortino, sim, tudo isso e dar que fazer e empregar gente que não quer dar aulas, que nunca quis dar aulas e arranjam-se uns “tachinhos” de secretaria como à ex-diretora regional.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Parece.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, trago de novo ao debate nesta casa um assunto que muito diz aos marienses.

Refiro-me, com calculará, à reabilitação do antigo Cinema do Aeroporto em Santa Maria.

Poderia parecer repetitiva esta abordagem, já que o fiz relativamente aos Planos de 2016 e 2017.

Mas, perante os sucessivos “adiamentos” do início da obra inscrita em sucessivos Planos desde 2013, não creio correr esse risco.

Por uma questão de economia de tempo e porque todos os argumentos desta triste novela são já sobejamente conhecidos de todos, e de Vossa Excelência em particular, não irei elencar as vicissitudes deste projeto.

Contudo, considero importante referir alguns dados cronológicos naquela que se poderia chamar “A crónica de uma morte anunciada”:

- Agosto de 2008 – Ordem de encerramento do Atlântida Cine, por ordem da Direção Regional das Obras Públicas (Perigo eminente de derrocada)

- Desde 2013, mais de cinco milhões de euros orçamentados.

- Maio de 2015 – Apresentação do anteprojecto.

- Fevereiro de 2016 – Conselho do Governo autorizou a abertura do concurso publico no valor de quatro milhões de euros.

- Agosto de 2016 – Dois meses antes das eleições regionais, o executivo socialista adjudicou a obra, mas esta nunca avançou.

Em março de 2017, no debate parlamentar do Orçamento da Região, o Secretário Regional da Educação e Cultura foi questionado pelo PSD sobre este assunto, mas nem se dignou responder.

Cerca de um ano depois...

- 27 de julho de 2017, ironicamente em vésperas da visita estatutária do Governo a Santa Maria, ruiu o teto do Edifício do antigo Cinema do Aeroporto e parte das paredes, em madeira, do mesmo.

O desabamento do edifício do antigo Cinema do Aeroporto é o resultado da negligência do Governo Regional e constituiu um duro golpe na preservação da memória histórica da ilha de Santa Maria.

Impõe-se por isso questionar, **de novo**:

- Qual a data prevista para o início da obra?

- Garante o Governo que a atual situação do imóvel não necessitará de uma revisão do projeto?

- Está o Governo em condições de assegurar que a obra não sofrerá mais atrasos no seu início?

- Que ações foram tomadas após a situação de derrocada do edifício no sentido da salvaguarda de pessoas e bens?

- Qual verdadeiro ponto de situação do projeto?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Outro dos projetos que repetidamente tem sido discutido no mesmo âmbito é a Recuperação da antiga torre de controlo do Aeroporto de Santa Maria.

Mais um que transita de Plano em Plano sem qualquer concretização.

A sua estrutura totalmente em madeira, tal como a do cinema; o estado de degradação, visível, em que se encontra, inserido no edifício da aerogare do Aeroporto, constitui mais um sério perigo de ruir.

Neste caso a “culpa” tem sido repartida com a empresa ANA.

Tem que haver sempre um “culpado”, como convém...

Por isso questionamos:

- Qual o VERDADEIRO ponto de situação relativamente à Recuperação da antiga torre de controlo do Aeroporto de Santa Maria?
- Tem o Governo estudos técnicos relativo à integridade da sua estrutura?
- Qual a previsão para o início das obras?

Senhor Secretário:

Colocamos-lhe oito questões. **Repito**, OITO questões para as quais não aceitamos o silêncio em que se refugia sempre que o assunto lhe é incómodo!

Da mesma forma que uma obra prometida, foi adiada e sem início ao fim de cinco anos, também até hoje não obtivemos respostas sérias e credíveis!

Há, de facto, um novo ciclo nos Açores e, neste Parlamento, foi vossa Excelência que o inaugurou:

- O de se furtar a responder às questões, num claro desrespeito para com este Parlamento e para os seus deputados!

E, também por isso, está em causa a credibilidade dos Planos que o Governo apresenta.

Disse

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente e Membros do Governo:

Queria aqui destacar quatro pontos na área da educação que me parecem ser profundamente fundamentais para nós percebermos o Plano do Governo previsto para 2018. E quero focar-me em áreas que até aqui não têm sido devidamente valorizadas pela oposição.

Em primeiro lugar, a valorização do ProSucesso, que é um planeamento previsto para 10 anos, e neste sentido queria destacar duas intervenções que me parecem muitíssimo importantes, nomeadamente os projetos de intervenção comunitária, que tiveram uma primeira experiência piloto no concelho da Lagoa e, este ano letivo, estão a desenvolver esforços na área de Vila Franca do Campo.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Não dá jeito!

A Oradora: E isto é extremamente importante, porque não se trata apenas de uma medida educativa centrada em si própria, mas é uma medida educativa que faz o diálogo com a comunidade local, com as famílias e com todo o tecido social que é bastante importante vocacionar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Segunda questão, algo que me parece que aqui vou designar como uma revolução silenciosa, que é a Rede de Bibliotecas Escolares.

O Governo Regional tem encetado, de há dois anos a esta parte, um investimento imenso na rede das bibliotecas escolares, em que tem sido feito um esforço particularmente incisivo nos alunos do 1.º ciclo e principalmente

direcionados para os alunos do 2.º ano de escolaridade porque é aí que as competências ao nível da leitura merecem o seu desenvolvimento e, neste caso, esta promoção da leitura tem uma preocupação ainda que me parece ser de destacar, é que é uma promoção da leitura e uma rede de bibliotecas escolares que promove a inclusão. São bibliotecas inclusivas, ou seja, há uma preocupação muito clara de redirecionarmos os espaços das bibliotecas escolares em áreas onde todos os alunos (e repito: todos os alunos!) possam ter acesso e, em segundo lugar também, crianças com maiores dificuldades de aprendizagem, uma inclusão com crianças com problemas de aprendizagem e estas bibliotecas escolares estão com olhos postos claramente na totalidade do tecido educativo dentro das escolas.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas ainda vou falar em mais duas questões, Sras. e Srs. Deputados, algo que também aqui ainda não foi mencionado, que diz respeito ao trabalho das tecnologias digitais no sistema educativo regional

Queria aqui focar duas questões. Em primeiro lugar, o T.O.P.A. (Traz O Teu Próprio Aparelho), ...

Deputada Maria João Carreiro e Deputado Luís Garcia (PSD): Só para a Terceira!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é só para a Terceira!

A Oradora: ... que é claramente uma forma de rentabilizar as competências digitais de todos os nossos alunos no circuito escolar, no circuito de aprendizagem e no circuito do ensino.

Por outro lado, não só estamos preocupados com a forma como os alunos fazem essas aprendizagens, mas também estamos preocupados com a forma como os professores, que são um setor fundamental e extremamente importante para o sistema educativo regional, efetivamente colaboram e partilham materiais pedagógicos e científicos.

Aqui, o REDA, ou seja, a plataforma de recursos digitais escolares, é fundamental para haver esta partilha de informação que vai beneficiar e que beneficia em muito o trabalho dos professores, sejam eles de carreira, sejam eles contratados, primeiro.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Por fim, queria salientar a importância e o desenvolvimento, a injeção do apoio social que o Governo Regional tem dado na área escolar. Vamos trabalhar com números, Sras. e Srs. Deputados:

O apoio social em 2015, era de 9 milhões; em 2016, 9 milhões e meio; em 2017, 10 milhões e atualmente está inscrito no Orçamento 10 milhões e 600.

Deputado Luís Maurício (PSD): Chegaram atrasados com esta proposta que fizemos o ano passado e que os senhores chumbaram!

A Oradora: A questão é muito importante, significa que quando as crianças precisam, quando as...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... as famílias precisam de apoio social à escolaridade, está aqui presente e isto é, de facto, quatro pontos que me parecem bastante importantes e que o Governo Regional tem inscrito no seu Plano para 2018.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Parece, os assuntos de Santa Maria são certamente para si esses que aqui trouxe, serão certamente o “Grito do Ipiranga”, porque falou em 2016, falou em 2017 e à força toda quer falar mais neles, porque sabe que eles serão resolvidos muito em breve...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... e tem conhecimento disso. Tem conhecimento daquilo que se está a fazer no cinema, tem conhecimento do protocolo que foi assinado entre o Governo Regional e a ANA, a propósito da Torre de Controlo e do futuro Museu do AR, em Santa Maria.

Deputado Luís Maurício (PSD): O Sr. Deputado gosta de ver “cinema ao ar livre”!

O Orador: Não deixa de ser curioso que toma uma árvore pela floresta. O senhor esquece-se dos investimentos sucessivos que têm sido feitos na cultura em Santa Maria, designadamente com a reabilitação histórica, designadamente agora com a fase de conclusão do Polo de Vila do Porto do Museu de Santa Maria.

Vou ler-lhe uma declaração feita por um senhor que bem conhecerá certamente e diz o seguinte:

“Dependendo de estar no poder ou na oposição, a abordagem às questões é muito diferente e provavelmente quem não tem o exercício do poder e a responsabilidade de decidir usa muito mais facilmente a demagogia do que a responsabilidade e o realismo.”

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Isso foi dito em 12 de abril de 2017, pelo vosso putativo candidato a Presidente de partido...

Deputado Luís Maurício (PSD): 2017? O senhor está todo baralhado!

O Orador: ... quando o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD decidiu ir para a Europa como se avizinha.

Portanto, José Manuel Bolieiro, na RTP-Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem lembrado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Colocou aqui o Sr. Deputado Artur Lima algumas questões relativas à compensação dos docentes em época de crise relativas eventualmente ao descongelamento de carreiras que se aproxima, relativas também à gestão do Programa ProSucesso, Açores pela Educação.

Sr. Deputado, não é verdade que no passado o Governo dos Açores tenha defendido direitos, tenha defendido regalias quando os cortes foram introduzidos e que agora não o faça devido à simples diferença de cor política entre o Governo de então e o Governo de agora.

As circunstâncias de então e as circunstâncias de agora são substancialmente diferentes e elas justificam de todo aquela atitude, a nova atitude que eu acho que explanei e explanei com clareza na primeira intervenção que efetivamente fiz.

Colocou o Sr. Deputado uma outra pergunta: diga lá nesse Plano, diga lá nesse Orçamento, onde é que estão as verbas suficientes para cobrir as progressões de todos aqueles a que delas vierem a terem direito.

Eu posso apenas garantir perante esta câmara uma coisa. Isto já foi garantido pelo Governo Regional anteriormente, inclusivamente pelo seu Presidente.

O Governo dos Açores respeitará todos os acordos estabelecidos na República entre o Governo nacional e as organizações sindicais.

Obviamente que esses acordos passam pelo descongelamento de carreiras que é uma realidade, esses acordos passarão certamente pela reposição de anos de serviço com uma metodologia que nós não conhecemos neste momento por inteiro, mas não ficarão, os professores dos Açores, lesados neste processo. Não deixarão de ter nada, nada, que na República efetivamente não haja.

Finalmente, em relação ao ProSucesso, faz-me uma pergunta que é a seguinte: quantos professores estão envolvidos neste programa?

Apetece-me a responder de uma forma muito concreta: estão envolvidos neste programa todos os professores que lecionam nos Açores...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Recebem mais por isso?

O Orador: ... nos ensinamentos básico e secundário.

Em projetos mais específicos, em novidades que surgiram da implementação do ProSucesso, nós teremos cerca de quatro centenas de professores a eles associados.

São geralmente, ao contrário daquilo que diz o Sr. Deputado, professores do quadro. São professores do quadro.

Claro que muitos deles tiveram que ser substituídos enquanto, transitoriamente, desempenharem essas funções.

Agora, verdadeiramente ligados ao ProSucesso, à condução do ProSucesso, à gestão do ProSucesso, nós temos um conselho científico constituído por sete

personalidades que não recebem absolutamente nada e que não têm qualquer dispensa de serviço em instituição alguma.

Temos uma comissão coordenadora, de gente que não recebe nada...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não recebem nada?! Estão a ser pagos!

O Orador: ... alguns do sistema educativo regional têm ou dispensas parciais ou totais, muito raramente, da sua componente eletiva e estamos a criar, portanto, uma comissão de avaliação em negociação neste momento com a Universidade dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então para que é um milhão e quinhentos mil euros?

O Orador: Passaria a seguir ao Sr. Deputado Paulo Parece que colocou questões relativas a Santa Maria.

Falou de várias obras projetadas para Santa Maria. Curiosamente não falou no Núcleo Museológico de Vila do Porto, que é uma obra que está a acabar e que é uma muito importante, porque cruzada com o início do Museu Francisco Lacerda em São Jorge vai finalmente contribuir para que em cada uma das nossas ilhas haja uma unidade museológica de referência.

Quanto ao Cinema do Aeroporto, ainda no fim da passada semana, aprovei a minuta de contrato que vai seguir para Tribunal de Contas seguindo-se obviamente a consignação e o início da empreitada.

Na minha intervenção inicial, e no que à cultura diz respeito, disse que nós este ano lançávamos fundamentalmente duas grandes empreitadas. Que empreitadas são essas? Que empreitadas foram essas que ali foram enunciadas?

- O Museu Francisco Lacerda em São Jorge;
- O Cinema do Aeroporto em Santa Maria.

Relativamente à Torre do Aeroporto de Santa Maria vai ser subscrito um acordo com a ANA porque a filosofia foi alterada por vontade da ANA, a Torre passará

para a posse da Região acompanhada de um certo envelope financeiro e a partir daí desenvolveremos os procedimentos tendentes à sua recuperação.

Finalmente, a Professora Susana Costa levantou várias questões relativas ao ProSucesso que não me obrigam a respostas muito em concreto, mas efetivamente “colocou o dedo na ferida” entre projetos de sucesso dentro do ProSucesso, nomeadamente o PIC, o Projeto de Intervenção de Comunitária, “Escola, Família e Comunidade”, que funcionou o ano passado na Lagoa com resultados muito bons, que neste momento foi alargado a Vila Franca do Campo e que temos a intenção de no futuro eventualmente alargar a toda a ilha de São Miguel.

Falou da Rede Regional de Bibliotecas Escolares que se vem relacionando, no dia-a-dia, com as demais bibliotecas do arquipélago numa estratégia de promoção da leitura.

Falou do T.O.P.A, falou da ação social escolar e podia-se ter falado de outros, dos “Prof DA” e o "Apoio mais - retenção zero", etc..

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. Secretárias, Srs. Secretários:

Vem-se hoje aqui analisar, debater aquelas que são as propostas do Governo, de forma coerente, no cumprimento dos compromissos do Partido Socialista.

Começo desde logo pela primeira parte. A primeira parte tem a ver com as construções escolares.

Não deixa de ser interessante que o Partido Socialista tendo inscrito no seu Programa Eleitoral, sufragado pelos açorianos, maioritariamente sufragado pelos açorianos, sobre a requalificação da Escola de Capelas que está prontamente a ser iniciada.

Na altura, lembro-me que o PSD esteve contra a requalificação da Escola de Capelas.

Deputado Luís Maurício (PSD): Queríamos uma escola nova!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Hoje é o dia das meias verdades!

A Oradora: Esteve contra, manifestou-se em diversos espaços contra a requalificação.

Portanto, o PSD já nos acostumou àquilo que dá jeito, ou seja, num determinado momento defende uma situação, noutra momento defende outra situação.

Este é o PSD que já nos acostumou há muito tempo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso não é a modinha das imprecisões!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Portanto, o Partido Socialista vai iniciar a sua requalificação.

Em segundo lugar, o Partido Socialista, naquela que é a apresentação do seu programa, comprometeu-se com o novo ciclo que tem a ver com a capacitação humana dos docentes e dos nossos alunos.

E é bem prova disso o conjunto dos projetos no âmbito do ProSucesso, algo que os senhores negam. Constantemente estão a negar os projetos do ProSucesso.

Aqui, há pouco, foi referido, e muito bem, o projeto T.O.P.A., que está a ser implementado na Escola Secundária das Laranjeiras ou...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Laranjeiras e a verba está na Ilha Terceira! É preciso ter lata!

A Oradora: Saiba ler, Sra. Deputada, saiba ler!

... na questão dos laboratórios de energias renováveis, que está, por exemplo, na Escola Canto da Maia, logicamente, distribuído pela Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Gostaria, Sr. Secretário, de lhe questionar naquele que é o nosso entendimento sobre o excelente trabalho que o Governo Regional tem feito na área da

educação e não deixa de ser interessante que de um ano a esta parte estamos sensivelmente com um ano de mandato, o partido da oposição tenha escolhido a palavra “autonomia” como a chave de crítica ao Governo Regional.

Está provado, um ano depois, que o Governo Regional não só tem uma legislação pioneira na área da autonomia, como toda as escolas têm autonomia pedagógica, administrativa e financeira. E mais!... As escolas, algumas, aquelas que assim o entenderam, recorreram, por via da sua autonomia, à flexibilidade curricular.

Portanto, mais autonomia do que isto é impossível.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Os Srs. Deputados do PSD quando vieram reclamar que faltava autonomia às escolas...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): E vão continuar a defender autonomia nas escolas!

A Oradora: ... já se percebeu com esta particularidade que “enfiam a viola no saco”, que não falta autonomia nas escolas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Por fim, Sr. Secretário, para lhe questionar, porque penso que é importante, é importante nós falarmos sobre o que é positivo.

Tem a ver com as taxas de exames e provas nacionais do ano de 2017, sobre as taxas de transição.

Não deixa de ser interessante que, no que respeita às taxas de transição, o PSD inscrevia como 5% o seu grande objetivo para esta legislatura.

Pois o Partido Socialista, aqui, através do Governo, já superou essa meta há muito tempo. Nós estamos ao nível de 2020-2021.

Os senhores propunham 5% da redução, nós já estamos a 10%. Vejam o que é que os senhores queriam para os açorianos! Esta é que é a questão.

Relativamente ainda, Sr. Secretário, ao falarmos um pouco do envolvimento do Prof DA, naquela que é a majoração dos conhecimentos no 1.º ciclo na área da matemática e da informática, um projeto que está claramente integrado na área do ProSucesso.

Portanto, taxas de exames e provas, taxas de transição, e relativamente ao projeto Prof DA no 1.º ciclo.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Parece tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Parece (PSD):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, é espantoso que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, mesmo respondendo acaba por não dizer nada.

Ainda fiz questão de lhe dizer que tinha colocado oito questões. Aquilo que o senhor respondeu foi que tinha assinado o contrato.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Aprovado a minuta do contrato!

O Orador: Aprovado a minuta. Sim, porque isto ainda tem mais episódios.

De qualquer maneira eu gostava de reavivar aqui...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu gostava de dar aqui uma nota. Eu coloquei a questão ao Sr. Secretário...

Deputado André Bradford (PS): Não é só chegar lá, contratar uma empresa e assinar o contrato!

O Orador: Se for convidado para Secretário trata do assunto.

Sr. Secretário, quando eu coloquei a questão se o Governo podia garantir que não era necessária a revisão do projeto foi por uma questão que o senhor também sabe. É que o cinema ruiu, o edifício ruiu.

Portanto, aquilo que o senhor considerou um acidente de percurso...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

... são palavras suas, foi um acidente de percurso, e ainda disse, “o abatimento do teto obrigou a tomar medidas de circunstância para salvaguardar a segurança pública com uma vedação de lugar e a retirada de materiais eventualmente mais perigosos”.

Sr. Secretário, relativamente a isso não sei quem é que o informou, mas a vedação do local que lá está (não sei se ainda está com o vento que se tem feito sentir) é uma simples fita.

Os materiais perigosos, como o senhor se refere, e sabe muito bem, tem a ver com amianto, porque toda a cobertura é com amianto. E sabe que para desmantelar um telhado daqueles é preciso uma equipa especializada por aquilo que a lei obriga, e, neste momento, é o perigo do amianto que está todo fragmentado e está lá depositado exatamente como no mesmo dia que caiu. Este é um ponto.

E quando eu falo também na revisão do projeto, é porque em maio de 2015, aquando da apresentação do anteprojeto, foi dito pelo Sr. Diretor Regional Nuno Lopes, o seguinte:

“O projeto para o edifício do cinema prevê a recuperação e preservação da estrutura original, que é toda em madeira, o reforço das fundações, que são

pouco profundas, dado que esta foi uma infraestrutura pensada para ser temporária.”

E ainda disse mais:

“A opção de recuperar a estrutura original de madeira ou o reforço das fundações traduzem-se numa intervenção profunda e delicada, atendendo a que há hoje muitas exigências a nível de segurança”.

Sr. Secretário, a delicadeza na recuperação daquilo tinha a ver com isso: estar na forma como estava o edifício antes. Era a delicadeza que era necessária.

(Neste momento o Sr. Deputado mostra uma foto à câmara)

O edifício como se encontra hoje está assim, muito delicado.

(Neste momento o Sr. Deputado mostra uma foto à câmara)

Portanto, aquilo que eu duvido é se o projeto continuará o mesmo e se isso não terá implicações depois no decorrer da obra.

O senhor sabe tão bem como eu que isso é verdade e é isso que se pode constatar lá no local.

Quanto à Torre de Controle, pois, ainda tenho aqui umas afirmações suas, mas o que dizia era o seguinte: avançava o polo do Museu de Vila do Porto, aliás, já tive oportunidade de falar isso em março de 2017, aquando da discussão do Plano para este ano.

Não é favor nenhum. Uma obra que demorou tantos anos a arrancar, é natural que agora esteja concluída e congratulo-me por isso.

Já agora gostava que o Sr. Secretário também nos explicasse, uma obra de milhões daquela, quantos postos de trabalho é que vai criar?

Já agora, para terminar, relativamente à intervenção do Sr. Deputado João Vasco Costa, e meu amigo, gostava só de dizer o seguinte:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Gostei dessa parte: meu amigo!

O Orador: Sou amigo! Sou amigo!

Eu acredito (creia que estou a ser sincero) que queira ver o cinema do aeroporto recuperado tanto como eu ou como qualquer um dos marienses.

Agora aquilo que me custa ver é o Sr. Deputado vir aqui tentar salvar a face do Governo pela incompetência como tem tratado este assunto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Jorge Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Queria fazer-lhe uma questão sobre o ensino profissional.

O ensino profissional não devia ser visto como um “parente pobre” da educação, o ensino para onde vão os alunos quando têm mais dificuldades. Antes deveria ser visto como um percurso normal da educação onde os alunos quando terminam, além de completarem um ciclo de estudos, também têm uma habilitação profissional condizente com o nível de curso que tiram.

A questão é que em muitas áreas desta região, além das escolas profissionais, existem as escolas básicas e secundárias que também estão a dar formação profissional.

Muitas vezes, na mesma área, assiste-se a uma duplicação dos mesmos cursos, em que as escolas básicas e secundárias e as escolas profissionais oferecem os mesmos cursos, são cursos muitos semelhantes dentro da mesma área.

Por outro lado, nota-se que há falta de determinados cursos que não aparecem.

A pergunta que eu lhe queria deixar, Sr. Secretário é, se existe ou não articulação entre a Secretaria Regional da Educação e a Vice-Presidência sobre os cursos a ministrar em ambos os estabelecimentos de ensino.

No fundo, quais são os critérios que balizam a abertura destes cursos em ambos os estabelecimentos de ensino?

Obrigado.

Deputados Duarte Freitas e Marco Costa (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito sinteticamente, a Deputada Sónia Nicolau reportou-se aqui a duas questões e sobre elas não me vou alongar: a questão da autonomia que, na prática, as nossas escolas têm. É efetivamente ampla e substitui em muitos casos a necessidade dos chamados contratos de autonomia que existem noutras partes.

Reportou-se também a Sra. Deputada aos resultados do sistema educativo regional.

Eu gostaria apenas de dizer que o ProSucesso é um plano pensado a prazo. Temos que ser, enfim, cautelosos. Nas coisas da educação não há mudanças repentinas. Única e simplesmente alguns bons indicadores transmitem-nos, portanto, alguma confiança.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é verdade, Sr. Secretário! A área da educação é tão vasta, tão vasta, tão vasta que não há mudanças! (*risos*)

O Orador: Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Paulo Parece, vou tentar responder muito rapidamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ó senhor como é que o senhor gasta um milhão e quinhentos mil euros com gente a trabalhar de graça?

O Orador: Efetivamente já lhe falei do início da empreitada e digo-lhe uma coisa, já há mecanismos, já há máquinas, portanto, junto ao cinema do aeroporto, exatamente para fazer aquilo que diz que falta fazer e falta: remover os materiais perigosos e simultaneamente proceder-se a uma desratização.

Finalmente, o Sr. Deputado Jorge Jorge falou aqui de ensino profissional. É uma área que não é inteiramente da minha Secretaria, com muito bem sabe.

Se há, portanto, um entendimento entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a Vice-Presidência para a escolha de cursos profissionais, há! E há justamente para que no mesmo concelho, em escolas muito próximas as ofertas efetivamente não se repitam.

Só lhe posso dizer uma coisa: o ensino profissional é um ensino com futuro, é um ensino que temos de dar obviamente um carinho muito especial...

Deputado Marco Costa (PSD): Não é o que os senhores têm feito, desculpe lá!

O Orador: ... porque na escola de escolaridade obrigatória, na escola em que todos estão até aos 18 anos, obviamente não se podem seguir única e simplesmente os percursos regulares do passado.

Aliás, o exemplo europeu dá nota exatamente disso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

Deputado Marco Costa (*PSD*): Então aprendam com ele!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, relativamente à primeira questão que foi colocada, a verdade é que gostaríamos de ser esclarecidos.

Se há escolas com amianto que supostamente deviam ter sido intervencionadas em 2017, e não houve qualquer intervenção, se há comunidades educativas que suspiram e desesperam por condições dignas, nomeadamente Rabo de Peixe, será que vão ter que esperar mais 10 anos, qual comunidade educativo das Capelas, para ter novas instalações? Gostaria de ter uma data, porque o povo açoriano assim merece.

Relativamente a outra questão que foi levantada aqui pela bancada do Partido Socialista, nomeadamente ao reforço da ação social escolar.

Nós, na verdade, assistimos a um reforço da ação social escolar dotando-a de uma verba que corresponde precisamente à apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata 2016/2017, que o Partido Socialista chumbou.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Portanto, já há muito temos vindo a defender o reforço dessa verba, precisamente para esbater as barreiras da aprendizagem.

O Partido Socialista, em dois anos, chumbou!

Portanto, o que se coloca é a questão: será que foi necessário sacrificar os alunos que beneficiam da ação social escolar que corresponde a 65% dos alunos, em fase de uma teimosia política, para não dar razão ao Partido Social Democrata?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: É uma questão que gostaríamos de ver esclarecida.

Ponto três: tecnologias de informação!

Há muito também que apoiamos e defendemos tecnologias de informação e até aprovamos uma medida que foi proposta pelo Partido Socialista no que diz respeito à “dinamização da ciência e tecnologia da escola”.

Agora, questionamos, e já questionámos em sede da Comissão de Assuntos Sociais e o Sr. Secretário não soube responder, voltou agora a não esclarecer e é uma questão que merece ser esclarecida: como é que a T.O.P.A é aplicada nomeadamente na Escola Secundária das Laranjeiras, e a verba afeta ao Plano está na Terceira?

Escola Secundária das Laranjeiras, Ponta Delgada; verba afeta à Terceira. Gostaríamos de ser esclarecidos.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já gastei muito tempo, o tempo é global, portanto, vou ser muito sucinto.

Não me vou aludir às escolas, porque disso já falei. Apenas relativamente às verbas que são afetas à Terceira e não às demais ilhas. Ó Sra. Deputada, não é nada disso.

Deputada Maria João Carreiro (*PSD*): Está no Plano!

O Orador: Única e simplesmente como sabe a Secretaria Regional da Educação e Cultura é uma Secretaria que está sedeada na Terceira.

Deputado Luís Maurício (*PSD*): O senhor não sabe o que está a dizer!

Os trezentos milhões de euros estão desagregados para a Terceira, porque a Secretaria está sedeada na Terceira?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: É a mais centralizada Secretaria do Governo Regional dos Açores. Tem a sede na Terceira, tem Direções Regionais na Terceira, tem a Inspeção Regional na Terceira e há despesas que são feitas centralmente, por isso estão inscritas na Terceira. Mais nada do que isso! Agora revertem em benefício de todas as ilhas.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições?

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Sras. e Srs. Deputados, eu sei que a vossa vontade é inscreverem-se, porque de facto estão animados, mas como ninguém se inscreveu vamos passar às intervenções de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. Secretárias e Srs. Secretários Regionais, Açorianas e Açorianos:

A Educação não é só a base para o desenvolvimento. É a garantia de um desenvolvimento coeso, culto e sustentável.

É por essa razão que o investimento na Educação acomoda uma componente significativa deste Plano e Orçamento e é transversal às diferentes áreas da governação da área da juventude à ciência e tecnologia, da solidariedade social à saúde.

Estes investimentos comportam um novo paradigma que transita das infraestruturas e modelos organizacionais escolares – aqueles que foram os desafios estruturais das últimas décadas –, para a denominada **Coesão Educacional e Capacitação Humana**, naquela que é a nova ambição estrutural e relacional para os próximos tempos.

Estaremos todos prontos para este novo paradigma?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Ou melhor, quem está disponível para se juntar ao Governo na construção de uma Região cada vez mais próspera em matéria de Educação?

Pelo passado, recente e não só, provavelmente, o Partido Socialista continuará a contar com os próprios representantes e não com os outros representantes do povo açoriano. Da nossa parte estamos disponíveis para o debate da política.

A oposição, principalmente o ainda maior partido da oposição, perder-se-á, como se tem assistido na minudência da rubrica, do mais 1€ ou menos 1€.

A governança da Educação não é julgada pelo amiudar das rubricas ou de outras técnicas correntes da previsão orçamental, com que uns se distraem.

O que devia interessar a TODOS, mesmo A TODOS, é que a Educação nos Açores apresenta melhores resultados,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: ... na esmagadora maioria dos indicadores. Aliás, os indicadores obtidos no último ano letivo já se aproximam das metas do PROSucesso para 2020-2021.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

A Oradora: Melhores resultados nas **taxas de transição**, nas **taxas de conclusão do ensino básico e secundário e taxas de escolarização**.

Entre o amiudar e o exponenciar, queremos exponenciar a **Coesão Educacional e Capacitação Humana** e desta forma **puxar os Açores para cima!**

Por isso é que o Partido Socialista é o garante de um sistema educativo humanista e progressista, vê mais e mais longe.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o pior do país!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só vê para trás!

A Oradora: Daí entendermos que a **Coesão Educacional e Capacitação Humana**, representa um novo modelo, maioritariamente focado no **fluxo das aprendizagens significativas e relacionais. Um ensino para todos os alunos e para cada um dos alunos.**

Pela dignificação e valorização dos profissionais da educação, que passa por um compromisso presente nas relações laborais, em complemento com novas vias de ações pedagógicas, também, por via do PROSucesso, que florescem nas nossas escolas.

Desde 2005 aos dias de hoje, o efetivo de professores manteve-se, em média, em cerca de 4500 professores, tendo, no mesmo período, o efetivo de alunos diminuído em 25%, onde se associa a redução da natalidade, uma das variáveis caracterizadoras das sociedades desenvolvidas. Mas neste mesmo quadro, anualmente, são integrados nos quadros do sistema educativo regional dezenas de professores.

O passado e o presente de uma escola **inclusiva, inovadora e impulsionadora da comunidade escolar** é um dos patrimónios do Partido Socialista.

Nós, Partido Socialista, orgulhamo-nos do nosso património.

Assumimos os erros e os insucessos, mas olhamos para trás com a consciência de quem deu o melhor, a cada momento, pelo futuro dos Açores.

Esse património é o garante de quem no passado conseguiu e se apresenta, aqui e agora, com esperança em mais e melhor educação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: E neste Plano e Orçamento, como se evidencia, o foco e reforço na **Coesão Educacional e Capacitação Humana?**

Vamos a factos!

Primeiro, há anos letivos seguidos que mantemos **a taxa de desistência a 0%** no 1.º e 2.º ciclo. O mesmo é dizer que trouxemos os alunos à escola.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A escolaridade é obrigatória!

A Oradora: Com o investimento nos projetos pedagógicos e na formação dos profissionais da educação, para os anos seguintes ambicionamos que a taxa seja de 0% em todos os outros ciclos.

Em segundo, desde 2001 que reduzimos **a taxa de abandono escolar**, aliás fomos a região que mais a reduziu, passando em 15 anos dos 17,15% para os 2,51%, o mesmo é dizer passamos de 17 crianças para as três que não terminavam a escolaridade obrigatória.

Com o investimento nos currículos adaptados, na educação parental e na formação dos profissionais da educação, ambicionamos que, no futuro próximo, noventa e nove alunos em cada 100 concluam a escolaridade obrigatória.

Numa terceira alusão, a **taxa de transição e os resultados de exames e provas nacionais** têm tido um percurso crescente, assistindo-se, por vezes, é certo, a situações de retrocesso.

Com o investimento nos projetos de reforço de aprendizagens significativas, ambicionamos, num futuro próximo, que as taxas de transição, exames e provas nacionais assumam um percurso crescente e contínuo.

Aliás, a este propósito, dão-se alvíssaras a quem encontrar um requerimento, uma interpelação da oposição sobre os resultados nacionais de 2017 aos alunos açorianos.

Deputado António Marinho (PSD): Eles não estão respondidos!

A Oradora: É caso para dizer que o positivo da oposição é quando puxa os Açores para baixo!

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. Secretárias e Srs. Secretários Regionais, Açorianas e Açorianos:

Apresentamos, debatemos e votamos o futuro dos Açorianos!

Sabemos que estamos perante o nosso maior desafio: O desafio de uma Região Educadora, uma região onde todos se impliquem na educação de cada um dos cidadãos.

A esse desafio dizemos presente e com a renovada ambição que sempre nos conduziu, nos conduz e nos conduzirá a mais e melhor educação.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Passamos à próxima intervenção de tribuna. Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“Açores,

Terra da Educação, Mar do Conhecimento”.

“Conseguir que todos os alunos tenham verdadeiramente sucesso” é o início e o fim do Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar nos Açores.

O quanto gostaríamos que tal desiderato se traduzisse em propostas de Plano e Orçamento para o corrente ano.

Os progressos atingidos neste sector não são ignorados, são fruto do empenho e dedicação dos nossos alunos, dos nossos professores e dos demais agentes educativos.

No entanto, não se pode ignorar os resultados que nos dizem que continuamos a ser os primeiros dos últimos.

Como vislumbrar um futuro melhor para a educação nos Açores, quando os dados recentemente publicados continuam a posicionar-nos como a região do país com a maior taxa de retenção e desistência nos ensinos básico e secundário?

Como vislumbrar um futuro melhor para a Educação nos Açores, quando, em sintonia com a Estratégia Europeia para a Educação e Formação 2020, o ProSucesso define como objetivo principal a redução da taxa de abandono

escolar precoce para níveis inferiores a 10% e nos Açores temos uma taxa de 27%?

Os Açores merecem um novo rumo na Educação, em prol do seu desenvolvimento.

Como alertava recentemente Jaime Gama, “a Educação tem uma enorme importância na melhoria das sociedades e das economias. É com a Educação que se realiza não só a mobilidade social ascendente, mas que se dota a Economia e a administração dos graus adequados de produtividade para que o sistema melhore. A Educação é estratégica e fundamental.”

Mas, como pode o Governo Regional afirmar que a Educação é uma prioridade para 2018, quando o Plano proposto prevê uma redução do investimento público no sector da Educação em 18,8%, em relação ao programado para o ano 2017?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

A Oradora: Mais uma vez, confrontamo-nos com um Plano e um Orçamento que refletem as promessas várias vezes sufragadas e não cumpridas de construções escolares. Mais do mesmo!!

Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A escola é o palco privilegiado para a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências necessárias para formar cidadãos aptos e ativos para ingressar no mercado de trabalho.

É necessário que todas as crianças e jovens frequentem a escola e que todos aprendam e beneficiem de um ensino de qualidade e de excelência.

Falar de educação, é falar do futuro das nossas crianças e jovens. Falar de futuro é falar de personalizar experiências educacionais, programar o ensino de acordo com os entusiasmos e as capacidades dos alunos, fomentando a

participação e o talento. Menos currículo, mais aluno, defende o Grupo Parlamentar do PSD.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só alcançaremos o sucesso educativo se tivermos um ensino centrado no aluno, de forma mais integrada, mais colaborativa e participativa, assente nas experiências de cada aluno. Juntamente com as capacidades cognitivas e de aprendizagem, é necessário fomentar as competências sociais e emocionais que são cada vez mais importantes para ter sucesso no trabalho e na vida.

Deputados Duarte Freitas e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Todas as crianças e jovens podem ter sucesso, mas é necessário audácia e ambição na definição de políticas educativas adequadas aos desafios que as escolas de hoje e os professores enfrentam, com o envolvimento dos pais, certamente, das famílias, de toda a sociedade.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PSD defende que é necessário:

- **Reforçar a autonomia das unidades orgânicas**, transformando o projeto educativo de cada escola num plano anual de melhorias de resultados educativos, com objetivos e metas quantificáveis, que possam conduzir a créditos pedagógicos e financeiros em função dos resultados obtidos, no contexto em questão;
- **Envolver os pais e os vários agentes** educativos em novas abordagens de gestão partilhada associadas a esse plano anual de melhorias;
- **Habilitar as escolas com recursos** para desenvolverem estes planos de melhorias;
- **Fortalecer a profissão docente**, dando-lhes margem de progressão e mais tempo para trabalharem individualmente com os seus alunos e com os pais, para investirem no seu desenvolvimento profissional e no dos colegas;
- **Renovar e capacitar equipas do corpo não docente** para a intervenção educativa, através de medidas como a criação de um perfil próprio de

competências, no âmbito da animação sociocultural ou de acompanhamento social, ou ainda com a colocação de jovens profissionais nas unidades orgânicas;

- **Valorizar a educação escolar junto da população adulta**, através de medidas como a reorganização da Rede Valorizar, com a descentralização dos serviços através de protocolos de colaboração com entidades privadas do sector social.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O quanto gostaríamos de nos podermos regozijar com as propostas de planeamento que o Governo Regional aqui nos traz.

Para que os “Açores sejam Terra de Educação e Mar de Conhecimento”, como defendeu António Sampaio da Nóvoa, não nos podemos quedar pelas bonitas palavras e empolgados discursos. Temos de criar todas as condições para que as nossas crianças e jovens tenham uma educação de sucesso.

Os Açores têm que vencer o desafio da Educação!!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Passamos então à próxima intervenção de tribuna. Tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo, Excelentíssimas Senhoras Secretárias e Senhores Secretários:

Na área do investimento previsto para 2018 na tutela da Secretaria da Educação e da Cultura quero partilhar convosco três elementos de continuidade e três elementos de inovação previstos neste Plano que agora apreciamos.

Ao nível da continuidade, primeira ideia: a consolidação da estratégia de dotar todas as ilhas com uma instituição de caris museológico. Aqui já foi sobejamente falado o papel que é dado à consolidação museológica na Ilha de Santa Maria, mas queria também fazer referência à consolidação no que diz respeito à Ilha das Flores, por via de uma museografia no Convento de São Boaventura e também no que respeita ao projeto museológico da Ilha do Corvo. Segunda ideia de continuidade, algo que me parece particularmente caro a todo o tecido sociocultural das nove ilhas dos Açores, que é o apoio que é dado à música.

Aqui, o apadrinhamento que é dado à banda Lira Açoriana e às filarmónicas, que como todos sabem representam um papel fundamental na dinâmica das comunidades, tem que ser destacado.

Terceiro lugar: a proteção do património edificado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: O Governo Regional deu em 2017 um passo imenso que tem que ser destacado no que diz respeito a uma revisão dos imóveis até agora classificados na Região Autónoma dos Açores, com base (e parece-me que é de salientar esta questão) em critérios de paridade.

Recordo aqui que muitos dos imóveis que nós temos classificados, sejam de interesse municipal, ou de interesse público, ou de interesse nacional, datava esta classificação da década de 1950, 1960 e, em 2017, tem havido um trabalho

de investigação, de pesquisa para criar, de facto, uma paridade nestes critérios e haver uma efetiva classificação como deve ser em relação ao património edificado.

Estes são os três fatores de continuidade, mas o Plano para 2018 também abrange questões de inovação.

Falei há pouco no Programa do “Ler Açores” que salta um degrau acima daquilo que havia anterior, porque vai juntar o Plano Regional de leitura, a rede de leitura pública e a rede regional de bibliotecas escolares. E não, minhas senhoras e meus senhores Deputados, não se trata apenas da construção de um Plano “Ler Açores”, nos moldes do séc. XX.

Efetivamente, este plano “Ler Açores”, de promoção do gosto pela leitura e pelo livro, é fundamental porque está a tentar criar um catálogo único das bibliotecas escolares, extensíveis a todas as unidades orgânicas do arquipélago dos Açores, vai permitir uma gestão partilhada, uma rentabilização de custos e uma gestão eficiente de recursos.

Portanto, é um salto para com as tecnologias ligadas ao livro para o séc. XXI e deixem-me também destacar este pormenor: o grande objetivo não é apenas a promoção da leitura, porque os nossos jovens leem, e nós sabemos bem como as redes sociais partilham conhecimento através da leitura, mas para além do investimento na leitura é promover o gosto pelo livro, e isto também é um pormenor que a mim me apraz ressaltar.

Segunda questão de inovação:

A divulgação do património arqueológico, por via de pontos de referência, nomeadamente de *briefings*, de pontos de *briefings*, que vão ser instalados na Ilha Terceira e na ilha das Flores, vai criar um diálogo que me parece muitíssimo preminente no que diz respeito à potenciação do turismo cultural nesta área, é certo.

Dir-me-ão com toda a justeza: o património arqueológico não é novo! Mas aqui, o que o Governo está a planificar, é uma divulgação em terra do conhecimento e das mais-valias que é feito da arqueologia subaquática.

Terceiro elemento de inovação (confesso que por este tenho particular, eu, Susana, apreço) diz respeito à valorização do património, mas agora, desta vez, já não imóvel, como referi há pouco, mas do património móvel

Queria destacar precisamente o caso da coleção que vai ser instalada no Palácio Bettencourt, a coleção de Francisco Oliveira Martins, porque aqui eu diria que são dois projetos num.

Em primeiro lugar, é a revitalização do Palácio Bettencourt que foi esvaziado há pouco tempo, mas que é uma casa histórica no panorama do centro histórico de Angra do Heroísmo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Habitaram bispos, esteve instalado o liceu de Angra, tem duas estantes que pertenceram à coleção de Almeida Garrett, e toda esta história do séc. XVII e XVIII vai ser agora enriquecida com uma coleção, cujo inventário começou em 2008, mas em 2010 o Governo Regional decidiu selecionar 500 peças para integrar esta coleção particular de Francisco Oliveira Martins.

Esta coleção particular de 500, que são aquelas que vão viajar agora, e espero bem, para serem acolhidas no Palácio Bettencourt, são particularmente significativas, porque no relatório que foi redigido em 2010, quando se fez uma triagem de que peças é que deviam ser classificadas, os especialistas de história de arte nacional referem que esta coleção de Oliveira Martins, que como sabem é uma coleção particular, tinha peças que nem se encontravam em coleções nacionais.

Portanto, penso que vamos dotar a ilha Terceira e em particular o Centro Histórico de Angra com um espaço que nos vai dignificar a todos, não apenas os terceirenses, mas a todos os açorianos residentes e aqueles que nos visitam.

Mas a verdade é que a política cultural não se esgota na tutela da Secretaria da Educação e Cultura, mas é efetivamente e assume uma relevância transversal.

Neste sentido, para finalizar a minha intervenção, também destacaria três pontos:

Em primeiro lugar, o desafio que o Governo continuamente tem feito e continuará a fazer no que diz respeito às novas gerações, e neste caso concreto referi o apoio às indústrias criativas e culturais, e queria aqui destacar, permitam-me, o festival Walk & Talk que, de facto, tem sido uma referência que conjuga este diálogo que me parece muito importante dentro do tecido cultural jovem local, mas também aqueles que acolhem e que vêm de propósito aos Açores para partilhar e participar no festival Walk & Talk. É uma referência que me parece extremamente importante.

Segundo lugar, o investimento na promoção do legado cultural insular, aquilo que eu diria que é mais relacionado com as relações externas, ou seja, aquilo que está plasmado como um resgate da identidade insular, mas mais com o resgate da identidade insular, eu diria que isto é extremamente importante porque potenciou, permitam-me a expressão, os dois “iis”, o “i” de IDENTIDADE, mas também o “i” de INOVAÇÃO, porque aqui vai desaguar num diálogo intergeracional entre os emigrantes que saíram dos Açores nas décadas de 50 e 60 fundamentalmente, mas também as novas gerações, a segunda e a terceira geração que reside no Canadá e nos Estados Unidos, e há uma preocupação clara nesse Plano para 2018 de juntar estas duas linguagens geracionais para promover, de facto, um futuro.

Não é apenas um resgate da identidade insular, é também uma perspetiva de braço dado a estas novas gerações.

Terceira e última questão: aquilo que eu designaria como a importância que este Plano dá à cultura digital.

É um assunto que para mim é deveras importante.

Eu diria que todos nós trabalhamos com documentação escrita.

Temos nos Açores documentação que remonta ao séc. XV. Se eu quiser saber como é que se efetuava o processo da agricultura, que produtos eram cultivados, eu vou ler cartas datadas do séc. XV, mas nós temos a garantia que a documentação escrita em papel do séc. XV resistiu até hoje mais de 500 anos. O mesmo não temos em relação aos suportes digitais.

Todos nós presentes, famílias e Srs. Deputados, temos uma questão muito importante, que é temos fotografias em suporte digital e estas fotografias em suporte digital não nos dão a garantia que daqui a 50 anos elas estão ainda legíveis, porque o programa informático mudou, porque o suporte tecnológico alterou-se e, portanto, há aqui uma incapacidade de prever a sobrevivência digital.

Se nós podemos pensar nesta circunstância em microescala na nossa vida particular, é propósito e competência do Governo Regional, resgatar e garantir que esta leitura digital, esta memória coletiva disto, que é a "*Res publica*", salva salvaguarda para o séc. XXI.

Portanto, aquilo que o projeto de autonomia digital prevê é uma divulgação e acessibilidade nas redes digitais e é aquilo que é muito importante que é a preservação digital, que não pode ser feita de forma aleatória, mas tem que ser feita de uma forma com parâmetros que garantam a sobrevivência daquilo que é, no final de contas, a forma como todos nós hoje comunicamos através da informação digital.

Por isso, minhas senhoras e meus senhores, cultura digital é uma preocupação que não é do séc. XX, é uma preocupação para todos nós no séc. XXI.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Passamos então à última intervenção de tribuna referente a esta matéria. Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado César Toste faça a sua intervenção.

Deputado César Toste (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Sra. Deputada Susana Costa, partilho de algumas opiniões que disse aqui, mas permitam-me nesta intervenção primeiramente dizer HAJA SAÚDE!

Na análise deste plano e orçamento concluímos que a cultura é um dos parentes pobres deste Governo.

O Governo investe cada vez menos na cultura e a forma como executa os seus investimentos arrasta-se no tempo, deixando maus exemplos de gestão do dinheiro público.

E não podemos passar uma borracha por cima disso. É verdade que “neste momento, não importa muito olhar para trás, mas antes utilizar as experiências do passado no entendimento do presente e, sobretudo, na projeção do futuro”.

Esse é um discurso politicamente correto, mas não exclui as responsabilidades do Governo.

Como alguém já disse muitas vezes – o papel aceita tudo.

E os açorianos que se desenrasquem ou vejam o seu património material e imaterial a ruir e a desaparecer.

Podem dizer-me que existem outras prioridades nos tempos que passaram e estamos a passar.

Mas pergunto – A CASA DA AUTONOMIA É UMA PRIORIDADE PARA OS AÇORES?

Deputado Francisco César (PS): É!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): É sim senhor!

O Orador: Mas os açorianos são um povo tão bom e que valorizam tanto a sua cultura que apesar das contrariedades, da crise e dos seus baixos rendimentos continuam a dar corpo e alma à forma única como nos relacionamos uns com os outros, aos valores que partilhamos e às linguagens que usamos para comunicar. Mas os açorianos são um povo tão bom que se contentam com pouco e que desse pouco fazem com que os Açores sejam conhecidos no mundo inteiro.

Mas os açorianos são um povo tão bom que acreditam que para o ano é que será... e se não for, ficam tristes mas renovam a confiança e esperança. Porquê? Porque a cultura é uma riqueza inigualável que nos identifica, dá sentido à vida e eles não querem perder por nada neste mundo.

“Governar é também ouvir para melhor entender e decidir”, afirmou o senhor secretário da Educação, Cultura e Desporto no auto de entrega dos motores para a Espalamaca.

Como diz o povo, graças a Deus que o povo do Pico espalamacou a sério e conseguiu que a Espalamaca volta-se ao mar.

Há quantos anos o Governo anda ouvir o povo do Pico sobre a importância da Espalamaca?

Há quantos anos a lancha Espalamaca vem nos documentos do Orçamento?

Se não fosse pela Associação Amigos do Canal a lancha ficaria em terra.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ó Sr. Deputado, também foi! Mas não foi só!

O Orador: Podem dizer-me de novo que existem outras prioridades nos tempos que passaram e estamos a passar.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sim! Mas também resultou da Associação!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Com certeza, mas não foi só!

O Orador: Foi do povo, saiu do povo, saiu de nós!

MAS PERGUNTO? QUANTOS INVESTIMENTOS PEQUENOS PELOS AÇORES FORA SERIAM POSSÍVEIS SE O GOVERNO OUVISSE O POVO AÇORIANO?

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros:

É importante que o Governo continue a dinamizar atividades culturais (é sim senhor), mas é importante que apoie mais as atividades promovidas pelos agentes locais das nove ilhas dos Açores.

A cultura evoluiu, é verdade, e enfrenta novos desafios que necessitam que os responsáveis pela cultura dos Açores saiam dos seus gabinetes e sintam no terreno como vai a cultura popular dos Açores.

A nossa cultura popular enfrenta dificuldades e só quem está distraído ou não quer ver é que não valoriza isso.

As sociedades filarmónicas, os grupos de folclore, os grupos de teatro, o carnaval, as comissões de festas tradicionais e muitos outros tem cada vez mais encargos e menos dinheiro. Precisam dinheiro, é verdade, mas também precisam que o GOVERNO os escute e aposte neles. É fácil abrir um programa,

como muitos já foram programados nesta casa, e dizer – APOIAMOS. Não bastam programas de apoio.

Precisamos incentivo e que todos os agentes culturais façam parte de um grande cartaz cultural dos Açores.

O turismo cultural dos Açores está mais junto das nossas populações do que nos grandes teatros. É junto às populações que decorre a cultura mais genuína dos Açores. É lá que marcamos quem nos visita.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Sabem o que diz o povo – nas festas estão lá todos a dar apertos de mãos principalmente em altura das campanhas.

Deputada Mónica Rocha (PS): Inclusive!

O Orador: Inclusive!

Depois esquecem de nós!

É fácil prometer, mas não esqueçamos que a cultura é também importante para o futuro dos Açores. Não apostar a sério na cultura é contribuir para que a casa da autonomia esteja magnífica, mas que a sua essência seja vazia e sem significado.

Minhas senhoras e senhores não tenham dúvidas!

A verdadeira casa da autonomia está em casa de cada açoriano!

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Não havendo intervenções, eu solicitava um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário, vou também interromper os trabalhos por hoje. Amanhã regressamos às 10H00 com a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que informe os tempos para o debate.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

O Governo tem 136 minutos e 55 segundos;

O PS tem 168 minutos e 6 segundos;

O PSD 79 minutos e 29 segundos;

O PP 35 minutos e 50 segundos;

O BE 3 minutos e 54 segundos;

O PCP 15 minutos e,

O PPM 4 minutos e 53 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Uma boa noite a todos. Regressamos amanhã às 10H00.

Eram 19 horas e 23 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Deputada que faltou à sessão:

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Documentos Entrados

Listagem da correspondência:

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Aprova o Regime de Avaliação de Impacto de Género dos Atos Normativos – n.º 512/XIII/2.^a (PS) - n.º 120/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 11 – 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 12 – 04.

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Altera o Regulamento de Atribuição de Matrícula a Automóveis, Seus Reboques e Motociclos, Ciclomotores, Triciclos e Quadriciclos, transpondo a Diretiva 2014/46/UE - MPI - (Reg. DL 320/2017) - n.º 54/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 10 – 27

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 06;

Assunto: Altera os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação do ensino e das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário - MEDU - (Reg. DL 326/2017) - n.º 56/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 11 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 23;

Assunto: Altera o regime da qualidade da água para consumo humano, transpondo a Diretiva (UE) 2015/1787 - *MA*” - (Reg. DL 342/2017) - n.º 57/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 11 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 13;

Assunto: Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2014/52/EU - *MA* - (Reg. DL 376/2017) - n.º 58/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 11 – 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 13.

3 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 27/2004/A, de 24 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Gestão do Património Arqueológico - n.º 12/XI](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 24

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 27;

Assunto: [Plano Regional Anual para 2018](#) - n.º 13/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 31

Data limite para pareceres sectoriais: (CAPAT, CPG, CAS e CE) - 2017 – 11
- 15

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 23;

Assunto: [Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2018](#) - n.º
14/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 31

Data limite para pareceres sectoriais: (CAPAT, CPG, CAS e CE) - 2017 – 11
- 15

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 23.

4 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Criação dos mecanismos e aquisição dos sistemas tecnológicos necessários ao cumprimento do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2011/A, de 13 de julho - n.º 56/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2017 – 10 – 27

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 11 – 30;

Assunto: [Integração da ilha do Corvo no plano de proteção das relheiras dos Açores - n.º 57/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2017 – 11 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2017 – 12 – 06;

Assunto: [Recomenda ao Governo da República que providencie, junto das entidades competentes, a imediata abertura da Conservatória do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial do Município do Corvo e o fim das ausências, de carácter permanente e sem recurso a substituição, do respetivo Conservador - n.º 58/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2017 – 11 – 06

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 12 – 11;

Assunto: Recomenda ao Governo Regional da Região Autónoma dos Açores a cedência, à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial (APADIF), de parcela de terreno, na ilha do Faial, da propriedade da Região Autónoma dos Açores, e a consequente celebração de um contrato de cooperação-valor investimento com o objetivo de assegurar o financiamento necessário à execução de obras de construção e edificação de um Centro de Atividades Ocupacionais - n.º 59/XI

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2017 – 11 – 10

Com Pedido de Urgência.

5 – Petições:

Assunto: Prolongamento para alunos do 1.º Ciclo da Escola JI/B1 do Pasteleiro – Ilha do Faial –

n.º 19/XI

Proveniência: Pais e Encarregados de Educação da EB e Jardim de Infância do Pasteleiro

Data de Entrada: 2017 – 10 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda admissibilidade;

Assunto: Pelo correto reposicionamento na carreira ao abrigo do Estatuto da Carreira Docente DLR n.º 25/2015/A, de 17 de dezembro e contra a discriminação de carreiras com duração superior aos 34 anos que a lei preconiza – N.º 20/XI

Proveniência: António João Setoca Anacleto

Data de Entrada: 2017 – 10 – 20

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda admissibilidade.

6 – Requerimentos:

Assunto: [Produtos Regionais Qualificados](#)

Autores: António Almeida, Marco Costa, António Pedroso, Paulo Parece Bruno Belo e João Costa (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 20

Referência: 54.03.00 – N.º 325/XI;

Assunto: [Alteração da cor da água da piscina da Escola Manuel de Arriaga causa preocupação](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 25

Referência: 54.03.07 – N.º 326/XI;

Assunto: [Relatórios trimestrais de execução orçamental, relativos às empresas do setor público empresarial - Insistência](#)

Autores: António Vasco Viveiros, António Pedroso, Luís Garcia e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 26

Referência: 54.03.00 – N.º 327/XI;

Assunto: [Alteração do horário da Sata Air Açores, Inverno IATA 2017-2018, relativamente a Santa Maria](#)

Autores: Paulo Parece Batista e António Vasco Viveiros (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 27

Referência: 54.03.01 – N.º 328/XI;

Assunto: [Programação do horário de Inverno dos voos da SATA para a ilha de Santa Maria](#)

Autores: Zuraida Soares e António Lima (BE)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 27

Referência: 54.06.01 – N.º 329/XI;

Assunto: [Quadro de pessoal da Ilha de S. Jorge afeto à Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Rui Martins (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 27

Referência: 54.01.05 – N.º 330/XI;

Assunto: [Irregularidades no funcionamento dos Centros de Processamento de Resíduos da Região](#)

Autores: Catarina Chamacame Furtado, Luís Garcia, António Pedroso e Paulo Parece Baptista (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 331/XI;

Assunto: [Cópias dos relatórios dos estudos prévios referentes às obras no porto da Horta](#)

Autores: Zuraida Soares e António Lima (BE)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 31

Referência: 54.06.07 – N.º 332/XI;

Assunto: [Estado de Saúde na ilha das Flores](#)

Autores: Bruno Belo e Luís Maurício (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 10 – 31

Referência: 54.03.08 – N.º 333/XI;

Assunto: [Fim da ligação Terceira-Madrid](#)

Autores: Mónica Seidi, Luís Rendeiro e César Toste (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 03

Referência: 54.03.03 – N.º 334/XI;

Assunto: [Plano de proteção das relheiras dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 03

Referência: 54.07.09 – N.º 335/XI;

Assunto: [O serviço de medicina dentária na ilha do Corvo limita-se a arrancar dentes na ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 03

Referência: 54.07.09 – N.º 336/XI;

Assunto: [Encerramento do Instituto do Mar](#)

Autores: Rui Martins, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 06

Referência: 54.01.00 – N.º 337/XI;

Assunto: [Identificação de bactéria confirma problemas de higiene e salubridade na piscina da Escola Manuel de Arriaga](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 07

Referência: 54.03.07 – N.º 338/XI;

Assunto: [Apoios financeiros às juntas de freguesia da ilha de São Jorge](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Rui Martins (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 08

Referência: 54.01.05 – N.º 339/XI;

Assunto: [Oferta Formativa – Ensino Profissional](#)

Autores: Maria João Carreiro, Marco Costa, Jorge Jorge e Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 340/XI;

Assunto: [Trabalhadores da SINAGA](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 13

Referência: 54.04.02 – N.º 341/XI;

Assunto: [SINAGA](#)

Autor: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 13

Referência: 54.04.02 – N.º 342/XI;

Assunto: [Condições de higiene e segurança no trabalho no Centro de Processamento de Resíduos do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 13

Referência: 54.07.09 – N.º 343/XI;

Assunto: [O péssimo serviço realizado, no âmbito da medicina veterinária, pelo Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores e Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 13

Referência: 54.07.00 – N.º 344/XI;

Assunto: [Unidade de Saúde da Ilha do Corvo – dados de gestão e organização](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 13

Referência: 54.07.09 – N.º 345/XI;

Assunto: [Desenvolvimento do turismo](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Rui Martins (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 13

Referência: 54.01.00 – N.º 346/XI;

Assunto: [Mau funcionamento do serviço de medicina dentária na Unidade de Saúde de Ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 14

Referência: 54.07.09 – N.º 347/XI;

Assunto: [Pagamentos de prestações em atraso para com os Estabelecimentos de Ensino Particular, Cooperativo e Solidário](#)

Autores: Mónica Seidi e Maria João Carreiro (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 348/XI;

Assunto: [Parque Habitacional da Base das Lajes](#)

Autores: Mónica Seidi, Luís Rendeiro e César Toste (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 16

Referência: 54.03.03 – N.º 349/XI;

Assunto: [Funcionamento do SAPA nos Açores – Sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência ou incapacidade temporária](#)

Autores: Luís Garcia, Luís Maurício, Carlos Ferreira e Mónica Seidi (PSD)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 21

Referência: 54.03.00 – N.º 350/XI;

Assunto: [Operacionalidade do Porto da Calheta](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Rui Martins (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 11 – 21

Referência: 54.01.05 – N.º 351/XI.

7 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Situação Laboral na Sata Gestão de Aeródromos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 23

Referência: 54.03.00 – N.º 301/XI;

Assunto: [Cumprimento do art.º 8.º do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2017 – Integração nos Quadros Regionais de ilha](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 302/XI;

Assunto: [Problema Ambiental em Ponta Delgada, Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 24

Referência: 54.04.08 – N.º 298/XI;

Assunto: [Ryanair cancela voos para a ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 10 – 30

Referência: 54.03.03 – N.º 311/XI;

Assunto: [O que se passa com o funcionamento do Centro de Processamento de Resíduos do Faial?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 03

Referência: 54.03.07 – N.º 267/XI;

Assunto: [Terrenos da Falca](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 03

Referência: 54.04.08 – N.º 296/XI;

Assunto: [Estado atual do processo de implementação do Sistema NRP-AR no Aeroporto da Horta](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 03

Referência: 54.01.07 – N.º 304/XI;

Assunto: [Requalificação da zona balnear da Calheta, em Santa Cruz da Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 06

Referência: 54.03.04 – N.º 273/XI;

Assunto: [Melhoria da Gestão Administrativa de áreas protegidas incluídas nos Parques Naturais da Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 10

Referência: 54.03.00 – N.º 290/XI;

Assunto: [Relatórios de Atos Inspetivos à PT/MEO nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 10

Referência: 54.06.00 – N.º 303/XI;

Assunto: [Postos de Turismo na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 13

Referência: 54.01.05 – N.º 279/XI;

Assunto: [Infraestruturas para a agricultura – captação do Cabeço Pequeno](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 13

Referência: 54.03.06 – N.º 323/XI;

Assunto: [Falta de professores do Primeiro Ciclo do Ensino Básico da Escola Básica e Secundária das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 21

Referência: 54.04.08 – N.º 320/XI;

Assunto: [PSD questiona Governo Regional sobre Construção do Sports Eco Resort na Praia da Vitória](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 11 – 22

Referência: 54.03.03 – N.º 167/XI.

8 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a comunicar que Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro cessou funções como Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e que assumirá o mandato de Deputado da ALRAA, com efeitos a 24 de outubro de 2017. Informa ainda que o Sr. António Gonçalves Toste Parreira cessa funções como Deputado da ALRAA nessa mesma data

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, André Bradford

Data de Entrada: 2017 – 10 – 23;

Assunto: Informação recebida por correio eletrónico de constituição de um Grupo de Trabalho, no âmbito da CAS, criado ao abrigo da Resolução da ALRAA n.º 20/2017, com a designação de Grupo de Trabalho de Análise e Avaliação das Respostas Públicas Regionais na Área da Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens com mais de 12 anos de idade, constituída por 4 Deputados do Grupo Parlamentar do PS, 2 Deputados do Grupo Parlamentar do PSD e o Deputado da Representação Parlamentar do PPM

Proveniência: A Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Renata Correia Botelho

Data de Entrada: 2017 – 10 – 26;

Assunto: Relatório do Conselho das Finanças Públicas n.º 9/2017 - "Análise da proposta de Orçamento do Estado para 2018"

Proveniência: Cláudia Henriques, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2017 – 11 – 07;

Assunto: Ofício do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (94/CNADS/2017), de 7 de novembro de 2017, com uma comunicação a propósito dos incêndios ocorridos em 2017

Proveniência: Filipe Duarte Santos, Presidente do CNADS

Data de Entrada: 2017 – 11 – 08;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Pesar pelas vítimas dos incêndios dos passados dias 15 e 16 de outubro de 2017

Proveniência: Fernando Frutuoso de Melo, Chefe da Casa Civil de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa

Data de Entrada: 2017 – 11 – 10;

Assunto: Ofício a agradecer o envio da Resolução da ALRAA n.º 21/2017 – “Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA sobre o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, a Cadeia de Apoio da Horta e a criação de um Centro Tutelar Educativo dos Açores”

Proveniência: Patrícia Melo e Castro, Adjunta do Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal

Data de Entrada: 2017 – 11 – 15;

Assunto: Ofício a enviar remessa de Relatórios aprovados:

- Relatório n.º 15/2017-VIC/SRATC – (Ação n.º 17-433VIC3) – Fundo Escolar da Escola Secundária Vitorino Nemésio

- Relatório n.º 16/2017-VIC/SRATC - (Ação n.º 17-416VIC3) – Gabinete do Secretário Regional da Educação e Cultura

Proveniência: Secção Regional do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2017 – 11 – 15;

Assunto: Correio eletrónico com Resolução - Os professores e Educadores lutarão em defesa da sua carreira profissional e não admitirão qualquer perda de tempo de serviço

Proveniência: Os Professores e Educadores em concentração em frente à EBI da Horta

Data de Entrada: 2017 – 11 – 15;

Assunto: Correio eletrónico com os Links das Propostas de Alteração ao Orçamento do Estado 2018

Proveniência: Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa da AR

Data de Entrada: 2017 – 11 – 17;

Assunto: Correio eletrónico com os Links das Propostas de Alteração ao Orçamento do Estado 2018

Proveniência: Vasco Cipriano da COFMA, AR

Data de Entrada: 2017 – 11 – 20;

Assunto: Correio eletrónico com os Links das últimas Propostas de Alteração ao Orçamento do Estado 2018, com pedido de parecer à RAA

Proveniência: Vasco Cipriano da COFMA, AR

Data de Entrada: 2017 – 11 – 20;

Assunto: Correio eletrónico com o Link de uma Proposta de Alteração ao Orçamento do Estado 2018, que passa a incidir, também, sobre matéria relacionada com a RAA

Proveniência: Vasco Cipriano da COFMA, AR

Data de Entrada: 2017 – 11 – 21.

9 - Relatórios:

Assunto: [Setorial sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 13/XI e 14/XI – Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, respetivamente](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2017 – 11 – 20;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece o Porta de Entrada-Programa de Apoio ao Alojamento](#) Urgente – MA – (Reg DL 388/2017 – 51/XI-GR

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 11 – 08;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime especial de afetação de imóveis do domínio privado de administração direta e indireta do Estado ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado](#) – MA – (Reg DL 394/2017 – 52/XI-GR

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 11 – 08;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que altera o regime legal de concessão e emissão dos passaportes](#) – MAI – (Reg. DL 196/2017 – 53/XI-GR

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 11 – 08;

Assunto: [Setorial sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 13/XI e 14/XI – Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, respetivamente](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2017 – 11 – 17;

Assunto: [Setorial sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 13/XI e 14/XI – Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, respetivamente](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 11 – 20;

Assunto: [Relatório sobre a Audição do Secretário Regional da Saúde, no âmbito do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, sobre a exoneração do ex-vogal do Conselho de Administração da Unidade de Saúde da ilha do Pico, Professor Doutor Luís Nunes](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 10 – 20;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 607/XIII/3.ª \(PCP\) - Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, que estabelece o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos Básico e Secundário – n.º 116/XI-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 10 – 31;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 46/XI \(PPM\) – Proteção, Dignificação e Divulgação dos Dialectos Açorianos](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 11 – 09;

Assunto: [No âmbito da Petição n.º 1/XI – Recuperação e Preservação do Forte de São João Baptista, na ilha de Santa Maria](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 11 – 09;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que altera o Regulamento da Habilitação Legal para conduzir, transpondo a Diretiva 2016/1106/UE](#) – MPI – (Reg DL 375/2017 – 50/XI-GR

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 10 – 27;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 948/XIII/2.ª \(BE\) – Recomenda ao Governo que tome medidas de apoio à pesca e à gestão sustentável de recursos marítimos nacionais](#) – n.º 93/XI-AR

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 11 – 02;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 1061/XIII/3.ª \(PCP\) – Pelo investimento e modernização das redes de transportes e infraestruturas](#) – n.º 112/XI-AR

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 11 – 02;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 571/XIII/2.ª \(CDS-PP\) – Altera a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro \(Lei de Enquadramento Orçamental\)](#) – n.º 108/XI-AR

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 11 – 02;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 99/XIII/3.ª \(GOV\) – Aprova as Grandes Opções do Plano 2018](#) – n.º 118/XI-AR

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 11 – 02;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.ª \(GOV\) –Aprova o Orçamento do Estado para 2018](#) – n.º 119/XI-AR

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 11 – 02;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que altera o Regulamento de Atribuição de Matrícula a Automóveis, Seus Reboques e Motociclos, Ciclomotores, Triciclos e Quadriciclos, transpondo a Diretiva 2014/46/UE](#) - MPI (Reg. DL 320/2017) – 54/XI-GR

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 11 – 06;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 36/XI \(PSD\) – Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias à inclusão da Graciosa na “Linha Lilás” da Atlânticoline](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 11 – 09;

Assunto: [Propostas de alteração relativas à Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.ª \(GOV\) –Aprova o Orçamento do Estado para 2018](#) – n.º 119/XI-AR

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 11 – 22;

Assunto: [Setorial sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 13/XI e 14/XI – Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, respetivamente](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 11 – 23;

Assunto: [Propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 13/XI e 14/XI – Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, respetivamente](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 11 – 23.

10 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 30, 31 e 32.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários da Assembleia n.ºs 33 e 34, bem como a Separata n.º 5/XI.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco